

ASSUNTOS DE INTERESSE GERAL

CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO RIO DE JANEIRO

SUA FUNDAÇÃO E SEU TERMO

MAURICIO A. T. DE CASTRO

## ADVERTÊNCIA

*Desejo inicialmente deixar bem claras a minha qualificação e as razões de haver escrito este trabalho.*

*Não sou historiador nem professor: sou um engenheiro que — por dever de ofício, primeiro, e por diletantismo, depois, — se dedicou ao estudo da fundação da cidade e da demarcação de seu patrimônio territorial.*

*Pode parecer pretensioso abordar um tema já exaustivamente examinado com cultura, inteligência e conhecimento especializado por vários autores, entre os quais sobressai o engenheiro JOÃO DA COSTA FERREIRA, com o seu excelente livro A cidade do Rio de Janeiro e seu térmo — Ensaio Urbanológico.*

*Justifico-me :*

*Tive a honra de conhecer êsse ilustre mestre e de merecer sua atenção durante alguns anos de convivência, na antiga Prefeitura do Distrito Federal; quando comecei a trabalhar na velha Subdiretoria do Patrimônio, incentivou-me com sua bondade e orientou-me com sua cultura.*

*O engenheiro COSTA FERREIRA deixou seu livro incompleto sem o exame das conseqüências que advieram do serviço executado e sem a planta da demarcação da sesmaria patrimonial da cidade (1); sobravam-lhe méritos para concluir êsses trabalhos, mas certas dúvidas surgidas da leitura atenta dos autos da medição não o animaram a ir além de um traçado sobre a carta da cidade em 1 : 15 000 (referido em seu livro) e que infelizmente se perdeu; COSTA FERREIRA desenhou, ainda, duas plantas em 1 : 20 000, reproduzindo sem detalhes os caminhamentos das demarcações de 1667 e de 1753 - 1754, respectivamente; graças ao engenheiro ARMANDO MARQUES MADEIRA, amigo e discípulo de COSTA FERREIRA, existe uma cópia destas plantas, cujos originais se extraviaram.*

*Meu pai, comandante EUGENIO DE CASTRO, paciente e meticoloso em suas pesquisas e conhecedor, entre outros assuntos, da história do Brasil quinhentista, incutiu-me a idéia de levar a cabo o estudo da sesmaria patrimonial da cidade, indicando-me documentos e procurando despertar em mim um continuador do seu trabalho. Não o conseguiu, é certo, mas legou-me um grande carinho pela cidade onde nascemos, na mesma casa, no vale do riacho da Carioca. Admirador incondicional e discípulo de CAPISTRANO DE ABREU, incluiu meu nome na Sociedade que ajudou a fundar e que animou com a máxima dedicação, ao lado de seu culto e cordial amigo RODOLFO GARCIA, para honrar a memória do insigne historiador brasileiro.*

O acaso proporcionou-me oportunidade de mostrar o resumo de meu trabalho, de mais de vinte anos, tantas vezes interrompido, quase todo executado durante as horas de folga, sem outra pretensão além de contribuir para a defesa do patrimônio territorial da Cidade: tratava-se de esclarecer dúvida surgida durante uma reunião da Sociedade Capistrano de Abreu, em cuja presidência estivera MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA. MARCOS CARNEIRO DE MENDONÇA insistiu comigo para apresentar o traçado dessa sesmaria à Comissão do 4.º Centenário do Rio de Janeiro designada pelo Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro; depois, a benevolência de JOSÉ HONÓRIO RODRIGUES, de AMÉRICO JACOBINA LACOMBE e de FRANCISCO DE ASSIS BARBOSA animaram-me a publicar o presente estudo. Cumprindo antiga promessa, o trabalho foi entregue à Revista de Direito da Procuradoria Geral, idealizada e competentemente dirigida por GUSTAVO PHILADELPHO AZEVEDO, desde quando foi Prefeito do Distrito Federal o engenheiro ALIM PEDRO.

Minha credencial, portanto, é a de um topógrafo, curioso da historiografia carioca, que tenta buscar a verdade, entrevista pelo estudo de documentos autênticos, sobre a fundação e a sesmaria patrimonial da cidade do Rio de Janeiro.

Rio, 3 de agosto de 1965.

MAURÍCIO AMOROSO TEIXEIRA DE CASTRO

## PRELIMINARES

Fundar ou estabelecer um núcleo populacional é um ato que depende da coexistência de três fatores essenciais :

1.º — um grupo social, relativamente solidário, motivado para êsse objetivo e entre cujos componentes se possam repartir o trabalho material e o intelectual iniciais e imprescindíveis à sobrevivência do grupo;

2.º — determinação ou delimitação de uma área onde se localizará o núcleo, dentro de um ambiente geográfico (no sentido lato da palavra) adequado à vida do grupo social ou que possa tornar-se adequado pelo trabalho desse grupo;

3.º — um mínimo de condições favoráveis ao empreendimento, proporcionadas pela colaboração ativa, pelo consenso, pela fraqueza ou pela omissão dos demais grupos sociais coevos eventualmente interessados na instalação e atividade permanentes do nôvo grupo social, na área escolhida.

Um núcleo populacional, iniciado com êsses requisitos necessários, permanecerá no tempo, crescerá em população e expandir-se-á em área, desde que prevaleçam fatores econômicos e condições ambientes propícios ao fortalecimento e à multiplicação do grupo social que o fundou, ou à sua renovação.

O auxílio temporário ou o reforço externos prestados ao grupo inicial não lhe tiram a característica de “fundador”, desde que as atividades sociais não sofram solução de continuidade, no tempo e no espaço. Tampouco reduzem o mérito da fundação os nomes atribuídos à *cellula mater* do núcleo populacional: “paupérrima e estreitíssima casinha” (2), cêrca, fortim, fortaleza, feitoria, arraial, aldeia, povoação, povoado, vila, cidade ou qualquer outro; é necessário, porém, que a “célula” exista realmente dentro da área prevista por onde, aos poucos, progredirá o núcleo populacional fundado.

As exigências legais ou burocráticas, acaso vigentes, que prescrevessem normas e condições para a existência de um determinado tipo de núcleo populacional (uma cidade, por exemplo), desaparecem diante do fato consumado da criação desse núcleo, reconhecido por todos os contemporâneos e projetado no curso dos anos, sem interrupções.

É óbvio, também, que a imposição do mais severo ditador de nada valeria para manter um grupo social em um lugar sem as condições mí-

nimas necessárias à sobrevivência humana, decorrentes do meio geográfico ou da maior eficiência do grupo social adversário, já instalado nesse lugar. Por outro lado, em ambiente favorável, foram fundados núcleos populacionais que progrediram rapidamente; progrediriam de qualquer forma, mesmo com ordens superiores em contrário, desde que coexistissem os fatores e condições apontadas no início deste trabalho.

Atualmente, a escolha do lugar adequado onde se irá situar uma cidade exige um planejamento completo desenvolvido por uma equipe de competentes cientistas e técnicos especializados; no século XVI, porém, o instinto, a experiência e o senso prático, a serviço da ambição e coadjuvados pela audácia, sobrepujaram-se aos parcos conhecimentos técnicos e científicos da época e foram o guia dos conquistadores para o estabelecimento dos pequenos núcleos coloniais.

Um núcleo populacional, desde seu início ou fundação até seu desaparecimento, é um fenômeno social complexo, regido por leis já conhecidas ou que serão determinadas por métodos científicos; seu desenvolvimento deve ser apreciado essencial e obrigatoriamente sob os aspectos antropogeográfico e econômico, com apoio em documentação fidedigna e observação acurada; só se poderá compreender com clareza a criação e a evolução de um núcleo populacional, no espaço e no tempo, considerando-o uma parcela da sociedade humana; é necessário integrá-lo na História de todos os outros núcleos populacionais que com ele tiveram ou tenham relações de qualquer natureza.

O afastamento no tempo, se bem que apague a memória de dados importantes para a interpretação histórica, permite julgar sob uma perspectiva mais justa a grandeza relativa dos acontecimentos.

Registrar criteriosamente esses fatos e as respectivas correlações e, sem preconceitos ou partidarismo, analisá-los com o auxílio da lógica e dos conhecimentos científicos atuais, é a função do historiador.

Entretanto, uma ocorrência específica da vida de um núcleo populacional pode e deve ser esclarecida pela historiografia, abstraindo-se de considerar seus motivos determinantes remotos ou recentes e suas conseqüências imediatas ou futuras. É o que pretendo realizar, no presente trabalho, sobre a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro e a demarcação de seu termo ou sesmaria patrimonial.

\* \* \*

A fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, neste ano em que se comemora oficialmente seu quarto centenário, tem sido objeto de várias especulações; existem duas correntes principais que defendem as teses seguintes :

1.<sup>a</sup> — fundação da cidade por Estácio de Sá, em 1.<sup>o</sup> de março de 1565, no istmo do morro do Cara de Cão (de São João atual) ou no próprio morro; a maioria dos estudiosos do assunto a ela se filia;

2.<sup>a</sup> — Men de Sá foi o fundador, no morro do Descanso (de São Januário, depois do Castelo, hoje arrasado), em 1567, havendo divergências quanto à data :

— 20 de janeiro, derrota de franceses e tamoios no fortim de Uruçumirim (Biraoçu-mirim, etc.), no local identificado, quase unânimemente, com o atual morro da Glória; a tranqueira não era muito forte e foi logo tomada de assalto; os portugueses perderam, entre outros, o capitão Gaspar Barbosa, morto nesse dia, além do capitão-mor Estácio de Sá que, atingido por flecha, veio a morrer cerca de um mês depois; essa vitória dos portugueses, mamelucos e índios seus aliados não foi definitiva, pois havia no Rio de Janeiro duas outras fortificações muito mais importantes, tomadas nos dias seguintes (3); Men de Sá não participou ativamente dos combates por se achar doente e quase ter morrido, nessa ocasião;

— 1.<sup>o</sup> de março, data mais ou menos simbólica, em que se completavam dois anos do desembarque de Estácio de Sá, na praia de dentro, entre o Cara de Cão e o Pão de Açúcar; as novas construções iniciadas por Men de Sá e seus companheiros no morro do Descanso não deviam estar ainda concluídas, nessa data;

— 16 de agosto ou, mais corretamente, 18 de agosto (4), quando Men de Sá confirmou, ampliando-a, a sesmaria patrimonial da cidade doada por Estácio de Sá em 16 de julho de 1565; entretanto, como se verá, esse ato de Men de Sá implica no reconhecimento da existência anterior da cidade, desde 1565.

\* \* \*

O traçado, sobre a carta cadastral, dos trabalhos de campo realizados em 1667 e 1753 - 1754 para demarcação da sesmaria patrimonial da cidade, já não conta, infelizmente, com a única pessoa capaz de executá-lo, com conhecimento profundo do assunto e com inteligência esclarecida: o engenheiro JOÃO DA COSTA FERREIRA. Seus ensinamentos estarão sempre lembrados no presente trabalho e o nortearão.

As dificuldades a vencer para realizar a tarefa provêm de várias origens: pequena precisão dos instrumentos e dos métodos de medida usados nas duas demarcações; erros grosseiros de medida de ângulos ou de distâncias cometidos pelos "pilotos", no levantamento, ou pelo escrivão, na respectiva transcrição para os autos; desaparecimento de 20 dos 21 marcos colocados em diferentes pontos dos caminhamentos correspondentes à linha de testada ou à de sertão, porque só resta um marco reconhecidamente autêntico, o de n.<sup>o</sup> 3, na Barra da Tijuca; resistências de toda a espécie

criadas até pelo próprio governo da cidade, desde sua fundação, mas principalmente pela Companhia de Jesus, a alguns de cujos membros, entretanto, homens puros de sentimento, cultos e corajosos, como Nóbrega e Anchieta, tanto deve o Brasil e, em particular, a cidade de São Sebastião.

O estudo da declinação magnética do Rio de Janeiro e o cálculo da respectiva variação de valores, desde 1565 até 1754, apresenta também algumas dificuldades.

\* \* \*

O trabalho está dividido em duas partes :

A primeira estuda os fundadores, o local e a data da fundação da cidade; apesar de basear-se em documentos e não contribuir com novos dados para a historiografia da fundação, é uma tentativa para interpretar êsses documentos e os estudos existentes com o objetivo de colaborar no estabelecimento da verdade sobre o assunto em foco; integram a primeira parte um resumo anotado dos atos praticados antes de 18 de janeiro de 1567, um quadro das Ordens e Provisões Reais dos três primeiros livros de registro (5) e um esboço sobre as primeiras tentativas de ocupação e de exploração do Rio de Janeiro e sobre a casa de pedra, na Carioca.

A segunda explica as duas demarcações da sesmaria patrimonial, ou termo da cidade, sobre a planta cadastral atual e é acompanhada de um resumo dos autos da segunda medição e de um esboço da topografia da região em 1565.

## PRIMEIRA PARTE

### FUNDAÇÃO DA CIDADE

#### 1. Os fundadores

Procurarei mostrar, a seguir, que Estácio de Sá e seus companheiros foram os fundadores da cidade de São Sebastião.

A análise imparcial dos documentos existentes prova que o 3.<sup>o</sup> governador-geral do Brasil, Men de Sá, foi o maior e mais eficiente colaborador na fundação e na consolidação da cidade; antes de fundada, atuou como animador da idéia já sugerida à Metrópole por Tomé de Souza, por Duarte da Costa e pelo padre Manuel da Nóbrega; em 1560, com seus comandados e como combatente, expulsou os inimigos da ilha de Villegagnon, destruindo o forte de Coligny, nela edificado; mandou Estácio de Sá ao Reino solicitar auxílio para povoar-se e fazer-se uma fortaleza no Rio de Janeiro; em 1567, após a fundação, prestou o inestimável e decisivo socorro à incipiente cidade, vindo êle próprio, gravemente enfermo, na armada sob o mando do valente Cristóvão de Barros, mandar destruir os três últimos redutos fortificados inimigos e, isto feito, situar um nôvo grupamento de construções, no depois denominado morro do Castelo, dentro do termo da cidade delimitado por Estácio de Sá; Men de Sá residiu na cidade, administrando-a, até fins de maio ou princípios de junho de 1568, quando retornou a Salvador, cêrca de dois meses após ter nomeado seu sobrinho Salvador Correia de Sá para substituí-lo na capitania.

O governador-geral Men de Sá, a quem a unidade do Brasil e a cidade do Rio de Janeiro tanto devem, talvez tenha cometido a humana fraqueza, em seu *Instrumento dos Serviços*, de querer inculcar-se fundador da cidade de São Sebastião, como interpretam alguns.

Não considero essa a intenção de Men de Sá, no documento referido, datado de 1570. O governador-geral declara, apenas, que Estácio de Sá, no Rio de Janeiro, "*fêz uma vila e a sustentou perto de dois anos com muita guerra e trabalhos*" e, ainda, que "*por o sítio onde Estácio de Sá edificou não ser que para mais que para se defender em tempo de guerra, com parecer dos capitães e doutras pessoas que no dito Rio de Janeiro estavam, escolhi um sítio que parecia mais conveniente para edificar nêle a cidade de São Sebastião*".

Entretanto, na provisão de Salvador Correia de Sá para capitão e governador da cidade e da capitania do Rio de Janeiro, datada de 4 de março de 1568, Men de Sá declara sem ressalva: "eu vim a povoar este Rio de Janeiro e edificar esta cidade de São Sebastião por mandado de Sua Alteza, e por ora ter povoado este dito Rio e edificado esta dita cidade, (...)". Esse é o único documento conhecido em que Men de Sá omite o papel fundamental desempenhado por Estácio de Sá e se arroga indevidamente o feito de "povoar o Rio de Janeiro e edificar a cidade de São Sebastião".

O 3.º governador-geral deve ter mandado escrever esta provisão, de 4-3-1568, sob o entusiasmo de se considerar, como realmente o foi, a personalidade que mais decisivamente atuou na integração do Rio de Janeiro à Coroa portuguesa. Não estava escrevendo para a História: a documentação autêntica contemporânea dos primórdios da colonização e povoamento do Rio de Janeiro prova que essa afirmativa de Men de Sá não correspondia à verdade.

Os principais documentos conhecidos referentes à cidade e anteriores a 18 de janeiro de 1567, data da segunda vinda de Men de Sá ao Rio de Janeiro, constam do "Resumo" anexo a este trabalho. Completá-lo-á a "Relação das Sesmarias da Capitania do Rio de Janeiro" copiada resumidamente dos originais por Monsenhor JOSÉ DE SOUSA AZEVEDO PIZARRO E ARAÚJO e publicada na *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXIII, parte I, 1901, págs. 93 a 153.

Verifica-se que Men de Sá, sem sombra de dúvida, reconheceu a existência da cidade de São Sebastião, anterior a 1567, em três documentos públicos (escolhidos entre vários outros por ele assinados) expedidos um em vida e dois após a morte de Estácio de Sá:

1.º documento — 20 de setembro de 1565 — (*Livro Primeiro de Ordens e Provisões Reais*, pág. 7 verso) — Provisão para Pedro da Costa servir de "escrivão das sesmarias e tabelião das notas da cidade de São Sebastião". Men de Sá declara, nesse documento, que Pedro da Costa o acompanhou na tomada do Rio de Janeiro (a de 1560) e portou-se valentemente "no edificação da cidade de São Sebastião que o capitão-mor Estácio de Sá fez no Rio de Janeiro".

2.º documento — 18 de agosto de 1567 — (*Livro do Tombo das Terras da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro* — publicação oficial — 1930 — pág. 5 a 7) — Confirmação e ampliação, por Men de Sá, da sesmaria patrimonial da cidade, doada por Estácio de Sá, em 16 de julho de 1565. A confirmação já demonstra o reconhecimento da existência anterior de uma área delimitada para termo da cidade; entretanto, essa confirmação é mais importante do que à primeira vista poderia parecer. Alguns moradores da cidade, em 18 de agosto de 1567, requereram ao governador-geral Men de Sá (então exercendo também as funções de capitão da cidade, na falta de Estácio de Sá) que concedesse um termo para a cidade, declarando que, até essa data, "não havia rocio limitado" para ela.

O próprio Men de Sá determinou que apresentassem "o traslado da dada que deu Estácio de Sá até onde é dado para a cidade"; cumprida a exigência, no mesmo dia 18 de agosto de 1567 (4) Men de Sá confirmou, ampliando-a, a doação de Estácio de Sá, diferente da que requereram os moradores. É importante assinalar que o depois denominado morro do Castelo, no qual o governador-geral mandou construir novos edifícios e fortificações, está dentro da área primitiva destinada para termo da cidade, observando-se a descrição contida no despacho do capitão-mor Estácio de Sá, de 16 de julho de 1565.

3.º documento — 5 de abril de 1567 — (*Livro Segundo de Ordens e Provisões Reais* — publicação oficial — 1929 — pág. 38 a 39) — Confirmação, por Men de Sá, da provisão de Estácio de Sá, datada de 6 de novembro de 1566, dando a Pedro da Costa o cargo de "ter" o "sêlo das armas" da "cidade de São Sebastião" — para selar "tôdas as coisas que diretamente pertencerem ser seladas". Pedro da Costa jurou "bem e verdadeiramente servir este cargo", em 14 de novembro de 1566. A provisão foi mais uma vez confirmada, em 27 de agosto de 1569, por Salvador Correia de Sá, nomeado por Men de Sá, em 4 de março de 1568, para capitão e governador da cidade de São Sebastião e da capitania do Rio de Janeiro. Portanto, o sêlo das armas da cidade de São Sebastião existia e foi confiado pelo "capitão da cidade de São Sebastião", Estácio de Sá (6), a Pedro da Costa, desde 14-11-1566, ato esse confirmado, sem alteração, por Men de Sá, em 5-4-1567, e por Salvador Correia de Sá, em 27-8-1569.

Poder-se-ia acrescentar, ainda, a referência feita por Men de Sá à "cidade velha", na provisão de 20 de outubro de 1569 (OPR, 2.º, 52) nomeando Simão Barriga para servir de alcaide-do-mar na "nova cidade de São Sebastião".

Os depoimentos prestados no *Instrumento dos Serviços* de Men de Sá (*Anais da Biblioteca Nacional*, n.º 27, 1905 — pág. 129 a 218) deixam transparecer a benevolência das testemunhas em confirmarem as declarações do governador-geral, desconhecendo a existência anterior da cidade de São Sebastião, reconhecida pelo próprio Men de Sá em diversos documentos (ver "Resumo" anexo). Esses testemunhos em nada prejudicariam, material ou moralmente, o capitão-mor Estácio de Sá, falecido há mais de três anos, sem descendentes; mas ajudariam o governador-geral a justificar quaisquer benefícios ou privilégios que pleiteasse perante o rei.

O depoente Antônio da Costa (*Instrumento*, pág. 202), nomeado comandante da nau francesa apresada por Estácio de Sá e beneficiado com uma sesmaria, registrada em 5-9-1565, com 700 br. x 1 000 br., na tapera de Inhaúma, não podia ignorar que Estácio de Sá era "capitão da cidade de São Sebastião" porque, com essa qualidade, o capitão-mor lhe concedeu a dita sesmaria.

A testemunha mais digna de crédito das que prestaram depoimento no *Instrumento dos Serviços* é inegavelmente o bispo Pedro Leitão. Amigo de Men de Sá, o prelado veio com o governador-geral na armada que aportou à cidade de São Sebastião em 18-1-1567 e declara o seguinte:

“que é verdade que o dito Estácio de Sá fizera uma cidade na ilha da Carioca, onde estivera sustentando-a com muitas guerras até que o dito governador fôra ter ao Rio” (*Instrumento*, pág. 208).

A cidade, iniciada em 1565, já possuía, antes de 1567, uma administração bem delineada, cujos componentes foram nomeados por Estácio de Sá, na cidade de São Sebastião, ou por Men de Sá, na cidade do Salvador, da baía de Todos os Santos (7).

Existe documentação dessa época dando notícia, direta ou indiretamente, sobre o provimento de diversos cargos públicos: “capitão da cidade”, “alcaide-mor”, “tabelião das notas e escrivão das sesmarias”, “alcaide-pequeno e carcereiro”, “meirinho”, “tabelião do público e judicial”, “almotacé”, “juiz ordinário”, “porteiro e pregoeiro da cidade e da Câmara”; além dessas nomeações, provam os documentos que existiam “livro de notas da Câmara”, “livro de registro das sesmarias” e “sêlo das armas” da cidade de São Sebastião; as cartas das doações feitas a Pedro Rodrigues (ou Pedro Roiz) por Estácio de Sá, “capitão da cidade de São Sebastião”, lavradas a 6-9-1565, prevêem multa a ser paga para as obras do “Concelho da Cidade” (Câmara) e é lícito supor-se que dizeres idênticos figurassem nas demais cartas e sesmarias posteriores outorgadas pelo mesmo capitão-mor (vide itens 2 e 3 do “Resumo” anexo).

Muitos desses documentos (ordens, provisões e doações de terras) ficaram registrados nos livros próprios antes de 1567 e os que o foram nesse ano, ou depois, eram do conhecimento de Men de Sá ou de Salvador Correia de Sá que nem os revogaram nem lhes opuseram restrições; ao contrário, ambos confirmaram atos praticados por Estácio de Sá, declaradamente investido no cargo de “capitão da cidade de São Sebastião”.

O próprio rei de Portugal, em carta de 28-11-1566, dirigida a Men de Sá, faz referência expressa à cidade de São Sebastião (documento reproduzido na *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, volume 264, pág. 341).

Salvador Correia de Sá, o terceiro Sá a exercer as funções de “capitão da cidade”, desde que fôra fundada, mandou colocar sobre a campa do seu primo Estácio, na igreja do morro do Castelo, uma lápide onde estavam êstes dizeres lavrados :

“Aqui jaz Estácio de Sá, primeiro capitão e conquistador desta terra e cidade. E a campa mandou fazer Salvador Correia de Sá, seu primo, segundo capitão e governador, com as suas armas. E esta capela acabou o ano de 1583” (8).

Ficava restabelecida a verdade, onze anos após a morte do tio Men de Sá, a quem o *Instrumento dos Serviços* não mais aproveitaria.

Parece não haver dúvida, portanto: a fundação da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro se deve ao grupo social capitaneado por Estácio de Sá.

Pouco importa a motivação de cada um: amor ao próximo, idealismo, disciplina, espírito de aventura, degrêdo, ódio, patriotismo, fanatismo, religião, ou, acima de tudo, ambição de poder ou de riqueza...

As lutas iniciais pela sobrevivência, no Cara de Cão, na terra firme destinada à cidade, no mar e nas ilhas, criaram ou aumentaram o sentimento de solidariedade entre os componentes desse grupo social, cada qual com suas qualidades, virtudes, aptidões, defeitos, vícios e fraquezas inerentes ao ser humano. Todos tinham, porém, um objetivo comum que conseguiram levar a cabo e transmitir aos seus sucessores: — criar a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, dominando o outro grupo social contrário, composto principalmente de franceses e tamoios, que ainda pretendia continuar instalado na baía de Guanabara e seus arredores; — fortificar a posição conquistada, para defender a cidade e fazê-la expandir-se em população e em área; — organizar a *urbs* e aparelhá-la para sobreviver, adaptando-a às transformações ocorridas nos demais grupos sociais, ou influenciando sobre êles, nesse permanente choque de interesses de que a humanidade até hoje não pôde livrar-se; de início, — explorar e aproveitar desordenada e sôfregamente as riquezas da região, quase sempre à custa do trabalho escravo do índio e, mais tarde, do negro; depois, já afeiçoados à terra fértil e ainda muito rica, emoldurada pela paisagem magnífica, — começar a saneá-la e a demolir paulatinamente os morros para aterrar lagoas, camboas, pântanos, apícus e até a orla recortada da costa alagadiça da baía, junto aos próprios morros e ao longo das restingas que os ligavam.

Os fundadores, é certo, foram favorecidos pela privilegiada posição geo-econômica imprescindível para tornar fecundo e duradouro o resultado do trabalho social.

Não se poderá esquecer a ajuda proporcionada aos fundadores: — outros núcleos populacionais da costa brasileira, desde Salvador até São Vicente, colaboraram enviando moradores e provisões; — interessado na colonização do Rio de Janeiro para afastar a concorrência dos franceses e descobrir um caminho para as minas de cuja existência Pero Lopes de Sousa, entre outros, dera notícia, Portugal também aprestou a armada sob o comando de Cristóvão de Barros; nela embarcaram o governador-geral Men de Sá e o bispo Pedro Leitão; todos auxiliaram decisivamente os fundadores da cidade de São Sebastião a libertá-la da ameaça imediata de seus adversários. O grupo social contrário, derrotado no Rio de Janeiro, fixou-se em Cabo Frio e, durante quase meio século, constituiu para a cidade de São Sebastião ameaça potencial e, às vezes, efetiva; no governo de Antônio Salema, foi dispersado por Cristóvão de Barros, proprietário de um engenho de açúcar em Magé e antigo 4.º capitão e governador da cidade; e só em 1615, Constantino Menelau expulsou-o definitivamente, com • auxílio de Estêvão Gomes, morador no Rio de Janeiro.

Documentos públicos dignos de crédito forneceram os nomes para a relação desses fundadores e dos que desempenharam papel relevante no início do estabelecimento da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro; a relação anexa a êste trabalho é deficiente e incompleta; caberá aos historiôgrafos corrigi-la.

A cidade cumprirá um dever de justiça reavivando os nomes dos primitivos "moradores e situadores dela", da forma por que mereçam ser perpetuados.

## 2. Local e data da fundação

O capítulo 1 mostra que :

1.º — a cidade de São Sebastião existia antes de 18-1-1567, data da segunda vinda de Men de Sá ao Rio de Janeiro; era reconhecida como tal pelo govêrno português da Metrópole (carta régia de 28-11-1566) e do Brasil (diversos atos oficiais assinados pelo 3.º governador-geral, conforme "Resumo" anexo).

2.º — Os fundadores foram o grupo social capitaneado por Estácio de Sá; depois de desembarcarem, em 1-3-1565 (9), no istmo do Cara de Cão, onde se instalaram, garantiram a posse do Rio de Janeiro, ainda que precária, mantendo-se no primitivo núcleo populacional; à custa de muitas guerras, expandiram o seu domínio territorial sôbre as ilhas e o continente, especialmente na praia da Carioca (10); a prova dessa expansão está nas sesmarias (mais de 50) cujas cartas mandadas passar por Estácio de Sá, como "capitão da cidade de São Sebastião", ficaram registradas no Livro 1.º das Sesmarias (PIZ. - RT. LXIII); nelas há várias referências a lugares da baía e da costa atlântica próxima, designados por seus nomes indígenas ou portugueses. Estácio de Sá, "capitão da cidade", também praticou atos comprobatórios da existência da cidade de São Sebastião, antes de 18-1-1567. Entre os fundadores foram distribuídas as principais atividades imprescindíveis à sobrevivência do grupo social.

3.º — Os demais grupos sociais coevos definiram-se: a) os de origem portuguesa, da Bahia para o sul, colaboraram ativamente com os fundadores; b) o adversário, composto na maioria por franceses e tamoios, tentou subjugar os fundadores do novo núcleo populacional; repellido, o grupo inimigo refugiou-se em três redutos fortificados, abandonando uma relativamente extensa faixa litorânea do Rio de Janeiro e seus arredores; em janeiro de 1567, auxiliados pelo reforço bélico trazido por Men de Sá, os fundadores conseguiram expulsar do Rio de Janeiro o grupo social contrário que, concentrado no Cabo Frio, constituiu ameaça à cidade, durante quase meio século; os franceses continuaram impunemente freqüentando a costa para carregar suas naus com pau-brasil, como informa o padre BALTAZAR FERNANDES, na carta escrita em São Vicente, em 5-12-1567 (*Materiais e Achêgas* — III e IV — 1887 — *Cartas Jesuíticas avulsas*, pág. 232); chegaram a organizar algumas pequenas armadas para tentarem reaver a posição perdida, mas a cidade resistiu, graças à determinação do grupo social fundador, mais eficiente e progressivamente mais forte e solidário.

Assim, entre 1-3-1565 e 18-1-1567, coexistiram os três fatores essenciais, assinalados no início do presente trabalho, para a fundação do núcleo populacional que surgiu no Rio de Janeiro, já com a categoria de cidade.

É óbvio que as condições geo-econômicas eram favoráveis; se o não fôssem, a cidade ficaria estagnada ou regressaria, até desaparecer muito antes de completar quatrocentos anos.

A data exata da coexistência dos três fatores referidos é a da fixação do termo da cidade, onde ela realmente se desenvolveu; para maior clareza, convém recapitular os acontecimentos imediatamente anteriores e posteriores a essa data.

Pouco se conhece sôbre a vida de Estácio de Sá (11); os depoimentos dos jesuítas, principalmente Anchieta e Quirício Caxa, confirmados pelos fatos, são favoráveis à sua personalidade. Era ponderado, corajoso, incansável no trabalho, disciplinado e disciplinador: um bom chefe para a empresa de fundar um núcleo populacional no Rio de Janeiro de 1565, dominado por franceses e tamoios, inimigos dos portugueses.

Estácio de Sá partiu da cidade do Salvador em janeiro de 1564 e, aportando ao Rio de Janeiro em fevereiro seguinte, verificou pessoalmente e orientado pela visão e a experiência do padre Manuel da Nóbrega e do irmão José de Anchieta, que não seria possível aí estabelecer-se; ainda auxiliado pelos dois beneméritos jesuítas, Estácio de Sá dirigiu-se com sua armada para São Vicente, onde, durante oito ou nove meses, prestou ajuda aos seus povoadores e obteve reforços, como os conseguira na Bahia, em Ilhéus, em Pôrto Seguro e no Espírito Santo.

As peripécias da viagem de volta, entre São Vicente e o Rio de Janeiro (12), atrasaram o desembarque, efetuado no istmo entre o morro Cara de Cão e o Pão de Açúcar, no dia 1.º de março de 1565.

Anchieta acompanhou a armada e relata o primeiro mês de vida do núcleo populacional fundado; partiu do Rio para Salvador, em 31-3-1565; de lá escreveu a tão citada carta de 9 de julho de 1565, ao provincial Diogo Mirão, documento básico para a história do Rio de Janeiro (12).

Estácio de Sá, quatro meses depois de desembarcar, praticou o primeiro ato conhecido demonstrativo de estar providenciando o povoamento (ou a povoação) da "mais airosa e amena baía que há em todo o Brasil" (*Informações e fragmentos históricos* — I — pág. 41 — Anchieta, 2.ª informação, dezembro de 1585). A doação da sesmaria da Companhia de Jesus, em 1.º de julho de 1565 (13), requerida pelo padre Gonçalo de Oliveira, integrante da armada dos fundadores, inicia uma série de doações de terras por Estácio de Sá.

O requerimento do padre Gonçalo de Oliveira não traz data; nele não há referência à "cidade de São Sebastião", se bem que mencione "uma casa igreja de São Sebastião" sem associar o nome do santo ao núcleo populacional fundado; quando localiza a área requerida, diz que "poderá estar desta cidade légua e meia"; a palavra "cidade" figura essa única vez no texto, sem justificativa aparente, porque o padre Gonçalo de Oliveira e Estácio de Sá (em dois despachos datados de 1-7-1565) só mencionam "Rio de Janeiro". O trecho do requerimento que poderia permitir uma interpretação sôbre a natureza do núcleo populacional fundado diz: "(...) Rio de Janeiro, no qual com próspero sucesso e boa mão direita,

que Deus deu à povoação do dito Rio (...); mas *povoação* tem aí o sentido de *povoamento* (ver item 1 do “Resumo” anexo).

Continuam as doações de terras a “moradores e povoadores”, feitas por Estácio de Sá a alguns de seus companheiros de expedição. Tem-se notícia das duas sesmarias de Pedro Rodrigues, com cartas lavradas por Pedro da Costa, em 6-9-1565 (OPR, 1.º, 14v.); na primeira, doada em 11-7-1565, não há menção à “cidade” e Pedro Rodrigues se declara “morador na fortaleza de São Sebastião do Rio de Janeiro”; entretanto, na segunda doação, em 13-7-1565, Pedro Rodrigues refere-se à “cidade de São Sebastião” e à “cidade do Rio de Janeiro” (ver itens 2 e 3 do “Resumo” anexo).

A doação seguinte, na ordem cronológica, entre os documentos que chegaram ao nosso conhecimento, é a da sesmaria da “cidade”, em 16 de julho de 1565 (LT, 5 a 7) (ver item 4 do “Resumo” anexo) (14).

A comparação do texto dos quatro documentos acima citados nos leva a concluir que a ordem régia para se fundar a cidade de São Sebastião, no Rio de Janeiro, deve ter chegado ao conhecimento de Estácio de Sá entre os dias 11 e 13 de julho de 1565 e que talvez o padre Gonçalo de Oliveira dela tivesse notícia particular, por correspondência com a cidade do Salvador.

É possível que houvesse doações de sesmarias a outros moradores, antes de 16-7-1565, além das quatro mencionadas; João Rodrigues obteve uma sesmaria na costa de Piragepe, com 500 braças de testada por 100 braças de sertão, registrada em 7-9-1565, mas já referida no requerimento da segunda sesmaria de Pedro Rodrigues, de 13-7-1565.

O registro de sesmarias no livro próprio só teve início em 1.º de setembro de 1565, depois de Estácio de Sá, “capitão da cidade”, nomear Pedro da Costa para “escrivão das sesmarias”; esta nomeação não ficou registrada nos livros de Ordens e Provisões Reais conhecidos, mas Pedro da Costa assim o declara nas cartas de Pedro Rodrigues, acrescentando que também exercia o cargo de “tabelião do público e do judicial”, nomeado pelo rei (15).

Anchieta, em 9-7-1565 (12), tinha ciência de ter sido dado o nome de “cidade de São Sebastião” ao núcleo populacional do Rio de Janeiro; o governador-geral, o superior da Companhia de Jesus ou outra pessoa idônea poderia tê-lo informado sobre a ordem régia para se fundar uma cidade no Rio de Janeiro. O cronista jesuíta, discípulo e continuador de Nóbrega (16), associou a cidade ao núcleo populacional que vira nascer no Cara de Cão, sem acreditar na possibilidade de Estácio de Sá e seus companheiros conseguirem expandir-se pelo litoral da baía e localizarem a cidade em outro sítio. As previsões de Anchieta eram pessimistas: os fundadores infligiram, ao grupo social contrário, uma derrota expressiva nos dias 12 e 13 de julho de 1565 (17), constituíram o patrimônio territorial da cidade, localizando-a, no dia 16, e tomando posse da terra pacificamente, a 24 do mesmo mês (ver itens 4 e 5 do “Resumo” anexo) (18).

Não se pode duvidar honestamente da existência da ordem régia para se fundar a cidade de São Sebastião, no Rio de Janeiro. Estácio de Sá

afirma em seu despacho de 16-7-1565: “que vista petição ser justa dava aos suplicantes” (moradores e situadores da cidade) “para pastos de gados e rocios desta cidade, que ora edificada tinha em nome de *el-Rei nosso Senhor e por seu mandado e do governador-geral Men de Sá*, lhe dava uma légua e meia de terra começando da casa da pedra ao longo da baía até onde se acabar, e para o sertão o mesmo, e que virá saindo à Costa do Mar brabo e Gávea, como em sua petição diziam”. Estácio de Sá não faria essa afirmativa se não fôsse verdadeira nem usaria o título de “capitão da cidade” sem que lho houvessem outorgado.

Além disso, o rei de Portugal, o governador-geral do Brasil e o terceiro (8) capitão e governador da cidade em tempo algum contestaram a existência da ordem régia para fundar a “cidade de São Sebastião” ou o título de “capitão da cidade de São Sebastião” reiteradamente usado por Estácio de Sá em vários documentos fidedignos. Os dois primeiros confirmaram a existência da cidade, antes de 1567, por provisões, cartas e atos anteriores e posteriores a esse ano; o terceiro confirmou o título de *capitão*, em 1583, na lápide que mandou colocar sobre o túmulo de Estácio de Sá.

Parece-me incontestável que o capitão-mor Estácio de Sá recebeu ordem do rei de Portugal e do seu governador-geral para fundar a cidade e foi nomeado seu primeiro capitão; investido dos poderes que assim lhe foram conferidos, instituiu o patrimônio territorial da cidade, fundando-a nessa ocasião.

Conjugando-se os dizeres da doação de Estácio de Sá (16-7-1565), os da confirmação e ampliação de Men de Sá (18-8-1567) e os da doação da sesmaria dos sobejos (26-5-1667) com os dados das demarcações (1667 e 1753-1754) da sesmaria patrimonial da cidade, é possível delimitar razoavelmente bem a área que se pretendeu dar para termo da cidade de São Sebastião. Esse estudo pertence à Segunda Parte do presente trabalho e mostra que estavam incluídos na área do termo da cidade :

1.º — O núcleo populacional do Cara de Cão, fundado em 1-3-1565, depois denominado “cidade velha”. Não se tem conhecimento de qualquer caminho terrestre entre a “cidade velha” e o resto da terra firme: as abruptas encostas de rocha viva do Pão de Açúcar e da Urca mergulhavam no mar, impossibilitando essa comunicação. Só no início do século XX foram iniciados os aterros por onde hoje se atinge, por terra, o antigo morro do Cara de Cão.

2.º — A “casa de pedra”, na Carioca, *cellula mater* da “cidade de São Sebastião”, ponto notável do Rio de Janeiro como se explicará no capítulo 3. A cidade existia nesse local, em 1567, conforme o respeitável testemunho do bispo Pedro Leitão no *Instrumento dos Serviços* de Men de Sá (pág. 208). A posse mansa e pacífica da sesmaria patrimonial da cidade, doada em 16-7-1565, realizou-se na Carioca, em cerimônia solene à qual compareceram Estácio de Sá e a maioria dos povoadores, em 24-7-1565; ressalte-se o fato de não ter sido efetuada a posse no núcleo do Cara de Cão, como seria natural, uma vez que também estava situado

na área da sesmaria patrimonial. O isolamento da povoação fundada no local do desembarque de 1-3-1565, o pequeno espaço disponível e a deficiência de boa água eram fatores ponderáveis para Estácio de Sá escolher melhor sítio para a cidade poder desenvolver-se; decidiu-se pela Carioca, onde estava construída a casa de pedra e desaguava o ribeiro do mesmo nome; as águas do “rio” Carioca foram tão importantes para a vida dos povoadores a ponto de justificarem as grandes obras antieconômicas do aqueduto, dos arcos e do chafariz destinados ao abastecimento da cidade, deslocada para o morro do Castelo. Há ainda um fato que parece confirmar a existência da “cidade na ilha da Carioca”: os denominados *Livro Primeiro* e *Livro Segundo* de Ordens e Provisões Reais (5) foram escriturados parcialmente na mesma época, isto é, ambos contêm registros diferentes, feitos na mesma data; a melhor justificativa para essa anomalia é admitir-se que um dos livros ficava na fortaleza do Cara de Cão onde residia Estácio de Sá e o outro na casa de pedra, habitada, desde fins de 1565, pelo juiz ordinário da cidade, Pedro Martins Namorado. Outra ocorrência importantíssima que atesta a fundação da cidade, posterior a 1-3-1565, é a de só se conhecerem nomeações para cargos administrativos da cidade a partir de 1-9-1565, um mês e meio após a doação da sesmaria patrimonial, efetivada em 16-7-1565. A própria nomeação de Pedro da Costa para tabelião do público e do judicial (15) poderia ter sido remetida do Salvador para o Rio de Janeiro (19) juntamente com a carta régia criando a cidade de São Sebastião. Men de Sá já conhecia, desde 1560, o nosso valente primeiro “tabelião das notas e escrivão das sesmarias” e talvez desejasse premiá-lo.

3.º — A “nova cidade” de São Sebastião, no morro do Descanso, sem data de fundação, porque realmente consistia em um novo grupo de melhores construções, em local tido por mais apropriado, dentro do termo da cidade definido por Estácio de Sá, em 16-7-1565, confirmado e ampliado por Men de Sá, em 18-8-1567.

Minha conclusão, em face dos documentos existentes e das considerações feitas, é a seguinte:

— A cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro foi fundada no dia 16 de julho de 1565 (20), na praia da Carioca, onde já existia a casa de pedra. A área da sesmaria da cidade doada por Estácio de Sá, nessa data, abrangia o núcleo populacional primitivo, fundado em 1-3-1565, no Cara de Cão, bem como o morro, hoje arrasado, onde Men de Sá mandou erigir novas construções e fortificações, ou “novamente situou a cidade”, nos anos de 1567 e 1568. Considerando-se que o núcleo do Cara de Cão, depois denominado “cidade velha”, era parte da área da sesmaria patrimonial, a data da fundação da cidade poderá remontar a 1-3-1565; admitida esta tese, abandona-se o caminho sugerido pela documentação para fixar o acontecimento, no tempo e no espaço; entretanto, consagra-se a data do desembarque dos fundadores em um lugar do continente, se bem que isolado, do qual não mais arredaram pé, conquistando progressivamente, por mar, o território circunvizinho, iniciando a cidade na Carioca e man-

tendo-a com tenacidade e à custa de privações e muita luta, até dominarem todo o Rio de Janeiro e plantarem a cidade de São Sebastião em novo sítio que lhes pareceu mais adequado, dentro da área destinada por Estácio de Sá, em 16-7-1565, para termo da cidade.

### 3. A casa de pedra

A sesmaria patrimonial da cidade, doada por Estácio de Sá, em 16 de julho de 1565, confirmada e ampliada por Men de Sá, em 18 de agosto de 1567, aponta a “casa de pedra” como ponto de referência notável do Rio de Janeiro dessa época.

A identificação do lugar onde existiu a casa de pedra realizou-se em 25 de maio de 1667 e em 16 de outubro de 1753, respectivamente, na primeira e na segunda demarcação do termo da cidade de São Sebastião; nessas datas, lavraram-se os competentes termos de juramento dos “informadores” (21).

Situava-se a casa de pedra no fim da praia da Carioca (da Aguada dos Marinheiros, do sapateiro Sebastião Gonçalves, do Sapateiro e, atualmente, do Flamengo); estava junto à “água salgada”, a cerca de 75 metros do outeiro aí existente, na Sapocaitoba (atual ponta nordeste do morro da Viúva); não muito longe, desaguava o curso principal do ribeiro da Carioca (depois denominado rio Carioca e rio do Catete) num delta de dois braços cujas bocas estavam aproximadamente nas esquinas da praia do Flamengo com as ruas Barão do Flamengo e Cruz Lima.

A furna da Itaoca (“casa de pedra”, em tupi), na enseada de Botafogo, não devia ser confundida com a construção identificada.

Os caminhamentos das duas demarcações, reproduzidas no *Livro do Tombo* (22), confirmam, com bastante rigor, a posição topográfica da casa de pedra mencionada por Estácio de Sá e por Men de Sá.

Resta, porém, uma questão curiosa a resolver: em que ano foi construída a casa de pedra e quem a construiu.

É necessária, para tentar respondê-la, uma recapitulação sumária de certas condições geográficas e dos principais acontecimentos ocorridos no rio de Janeiro, desde sua descoberta até o desembarque dos fundadores da cidade, em 1.º de março de 1565.

Vencida a estreita barra, dividida pelo ilhéu (da Laje ou “Ratier” dos franceses), os veleiros seiscentistas eram normalmente impelidos para a praia da Carioca pelos ventos dominantes do quadrante SE e pela corrente marítima secundária que, em preamar, os arrastaria suavemente no mesmo rumo, mais propensa ao sentido E-O; a corrente principal pendia para o sentido S-N, da barra para o fundo da baía.

Os navios vindos do Cabo Frio aportavam ao Rio de Janeiro e encontravam bom abrigo e surgidouro na enseada de Botafogo, guinando para bombordo; para boreste, passada a ilha de Serigipe (de Villegagnon ou das Palmas), também encontrariam fundeadouro seguro protegido pelos morros, quase ilhas, que se prolongavam até o rio Iabubiracica (barra da

Gamboa grande, hoje aterrada). O pôrto mais abrigado e próximo à barra era o do morro (do Castelo) fronteiro à ilha de Serigipe e prolongado por uma extensa ponta de recifes (depois ponta do Calabouço, incorporada ao atêrro resultante do desmonte do morro do Castelo, em 1922). Esse morro não possuía nascente de água potável mas entre êle e o Meresgitiba (morro de São Bento) podiam fundear naus de grande calado.

A navegação até a ilha de Maracajá (Margaiá, la Grande Isle, do Gato, do Paranapocu, atual do Governador) era fácil e lá os veleiros buscariam bons ancoradouros; estava longe da entrada da baía, porém.

Havia próximo à barra, na costa ocidental do Rio de Janeiro, dois únicos riachos de boa água: o da Carioca e o atual rio Comprido. O abastecimento no Carioca era em local facilmente acessível; para fazer aguada no rio Comprido dever-se-ia penetrar na Gamboa grande e subir o trecho do curso que se "esparcia" por um pântano existente na foz do riacho.

Os outros ribeiros, entre a barra e o Iabubiracica, cruzavam brejos ou alagadiços, ou eram de difícil acesso, tais como os atuais rios Berquó, Banana Podre, Catumbi e Papa-Couve e as pingues nascentes da encosta por onde se desenvolve a atual rua Santo Amaro e a do outeiro de São Francisco (hoje morro de Santo Antônio), para o lado da lagoa do Destêrro, que chegavam a merecer o nome de córregos.

Assim, o "rio" Carioca, com suas águas cristalinas correndo em leito quase todo de pedra e areia, sem atravessar brejos até próximo à sua foz, oferecia aguada excelente para os veleiros que demandavam o Rio de Janeiro.

Pode-se afirmar que o regime de ventos e de correntes marítimas e a proximidade do rio Carioca foram um fator decisivo para localizar a cidade de São Sebastião no trecho da costa ocidental do Rio de Janeiro, onde se desenvolveu.

Foi a Carioca o local escolhido por Gonçalo Coelho, em 1503, para estabelecer a primeira feitoria no Rio de Janeiro, onde se demorou dois anos. Américo Vespúcio, desgarrado da frota capitaneada por Gonçalo Coelho, na altura de Fernando de Noronha, já conhecia o Rio de Janeiro, desde 1502, quando viera com a armada de Gaspar de Lemos e provavelmente por aqui passara no dia 1.º de janeiro desse ano, em viagem de reconhecimento da costa meridional do Brasil; admite-se que, nessa data, a Niterói ou Guanabara indígena recebesse seu atual nome português.

A feitoria de Gonçalo Coelho não prosperou; a que Américo Vespúcio fundou, no mesmo ano de 1503, no Cabo Frio, deixando 24 homens em terra, permaneceu até hoje, sem grande desenvolvimento, ora nas mãos dos portugueses, ora nas dos franceses, até 1615, quando Estêvão Gomes aí se estabeleceu, por mandado de Constantino Menelau, capitão e governador do Rio de Janeiro, que conquistou definitivamente a região para o domínio português.

Em 1511, João de Braga era feitor do Cabo Frio; aí desembarcou João Lopes de Carvalho, piloto da nau Bretoa. Ambos vieram residir no Rio de Janeiro, nesse ano ou pouco depois.

João Lopes de Carvalho (23) residiu na Carioca durante quatro anos, retornando a Portugal; reviu o Rio de Janeiro, em 13 de dezembro de 1519, como piloto de um dos navios da armada de Fernão de Magalhães; durante a estada de 15 dias, na então denominada "baía de Santa Luzia", conseguiu localizar e levar para bordo um seu filho mameluco, primeiro descendente de português e índia de que se tem notícia no Rio de Janeiro.

João de Braga é personagem menos conhecido; parece que residiu em uma ilha (a das Cobras?) e comerceou com pau-brasil; é possível que parentes ou descendentes seus tenham contribuído para a fundação e povoamento da cidade de São Sebastião, pois, entre os primeiros moradores, encontram-se os nomes de Diogo, Domingos e André de Braga.

Onze anos e quatro meses depois de partir Fernão de Magalhães da "baía de Santa Luzia", fundeou na barra do Rio de Janeiro a armada de Martim Afonso de Sousa, em 30 de abril de 1531. Aqui permaneceu três meses. O Diário de Navegação da armada, escrito por Pero Lopes de Sousa, irmão de Martim Afonso, descreve sumariamente as principais ocorrências desse período (24): — construção de uma "casa forte, com cêrca por derredor"; — localização da ferraria em terra, onde fizeram dois bergantins de 15 remos; — expedição exploradora do sertão, composta de 4 homens que se internaram muito a dentro, percorrendo 115 léguas, das quais 65 "por montanhas mui grandes" e 50 "por um campo mui grande"; a pequena bandeira retornou ao Rio ao cabo de dois meses, acompanhada por um "rei, senhor de todos aquêles campos" que "trouxo muito cristal e deu novas como no rio de Peraguay havia muito ouro e prata"; então, o gentio da Guanabara e do interior tratava os portugueses como amigos (25) e a armada tomou "mantimentos", para um ano, para 400 homens que trazia embarcados.

O local onde se estabeleceu Martim Afonso de Sousa tem sido identificado com a atual praia Vermelha, entre os morros da Urca e da Babilônia. O antigo "pôrto de Martinho" ou "de Martim Afonso", no Iabubiracica, deve seu nome ao Araribóia e não ao capitão-mor da 5.ª expedição colonizadora mandada ao Brasil pelo rei de Portugal. Entretanto, é perfeitamente defensável a hipótese de ter sido construída na Carioca a "casa forte com cêrca por derredor".

A praia Vermelha, comprimida entre íngremes encostas de rocha, escasseava em vegetação de porte conveniente para fornecer a madeira apropriada à construção dos bergantins; quase tão isolada do resto do continente como o istmo do Cara de Cão, seria perda de tempo e de trabalho construir uma cêrca em redor da "casa forte", quando bastaria elevar uma tranqueira; a cêrca fechada só se justificava em local sujeito a possíveis ataques, vindos de tôdas as direções, como a Carioca, por exemplo; além disso, a atitude amistosa do indígena, nessa época, permitiu que, em dois meses, 4 homens da armada fôssem e viessem incólumes até um ponto situado a 115 léguas (760 quilômetros) do Rio de Janeiro, sertão a dentro; por fim, a falta absoluta de boa água potável agravava os inconvenientes de uma permanência de três meses na praia Vermelha.

Martim Afonso certamente poderia dispor de bons conhecimentos sobre o Rio de Janeiro e a Carioca, em particular; Gonçalo Coelho e João Lopes de Carvalho deviam ter fornecido informações detalhadas ao governo português; haveria ainda referências esparsas em relatos de Pigafeta e de Cristóvão Jaques ou nos de outros navegadores europeus e cronistas de expedições oficiais e particulares que passaram pela Guanabara, conseguindo regressar aos portos de origem, antes da partida da armada do capitão-mor.

Tôdas essas considerações autorizam supor que Martim Afonso de Sousa se dirigisse logo à Carioca, com sua armada singrando a favor do vento e da corrente marítima normais, indo buscar fundo no remanso dessa praia ou na atual enseada de Botafogo; próximo, desaguava o ribeiro da Carioca, com “as melhores águas que podem ser”; nos arredores, vicejavam pujantes matas onde facilmente se buscaria a madeira para “fazer” os bergantins e Enrique Montes encontraria uma grande parte dos mantimentos para suprir, por um ano, os 400 homens da tripulação da armada.

A expedição partiu para o sul a 1.º de agosto de 1531. Pero Lopes de Sousa arribou novamente ao Rio de Janeiro, em 24 de maio de 1532, depois de percorrer a costa meridional atingindo o rio da Prata, por onde penetrou até o estero dos Carandins; permaneceu no Rio 40 dias, provavelmente na “casa forte”, e tomou mantimentos para 3 meses de viagem; partiu para Portugal a 4 de julho do mesmo ano.

Os franceses já freqüentavam assiduamente a costa do Brasil, nessa época; combatidos pelos portugueses em Pernambuco e em Itamaracá preferiram deslocar-se para região mais segura, no Cabo Frio e no Rio de Janeiro, intensificando nesses dois portos o comércio de pau-brasil, de pimenta, de papagaios e de outros produtos da terra.

As exaltações à riqueza dessas paragens, levadas à França pelos armadores de então, a eterna atração que o desconhecido desperta na maioria da humanidade e o cisma calvinista, irradiado de Genebra a partir de 1541, sugeriram a idéia da criação, no Rio de Janeiro, de uma colônia francesa que, mais tarde, recebeu o pomposo nome de França Antártica.

O almirante francês Nicolas Durand de Villegagnon, com esse objetivo, aportou à *rivière de Ganabara*, a 10 de novembro de 1555, e aí já encontrou “intérpretes normandos” residindo entre os índios, desde 1550, pelo menos.

As cartas de Nicolas Barré e de Villegagnon, principalmente, além dos escritos do franciscano ANDRÉ THEVET e do calvinista JEAN DE LÉRY (26), mostram que o pessoal da armada se fixou, de início, no continente, onde foi recebido por cerca de 600 índios, com demonstrações de regozijo.

O local do desembarque deveria ser ainda a Carioca, onde THEVET localizou a imaginária Henryville (ou Ville Henry) (27) e os portugueses tiveram conhecimento da existência de uma fortaleza (28), dois ou três anos depois.

Villegagnon não adotou a espontânea prática de povoamento dos lusos e pretendeu isolar seus subordinados do contato com as índias; para isso, procurou fortificar-se no *Ratier* (Laje, atual) mas a violência do mar

sobre o ilhéu fez malograr a tentativa; resolveu, então, construir um forte e uma cidadela na ilha de Serigipe (de Coligny, das Palmas, de Villegagnon, hoje ligada ao continente); a “política racista” de Villagagnon criou o descontentamento entre alguns de seus comandados e 26 deles, em 1556, rebelaram-se contra o chefe que, entretanto, pronta e violentamente os dominou.

A fortaleza da ilha de Serigipe, julgada inexpugnável, foi denominada Coligny, em homenagem ao almirante patrocinador da empresa de Villegagnon; Jean de Léry e seus companheiros, chegados à Guanabara com a expedição de reforço capitaneada por Bois-le-Comte (29), desembarcaram em 10 de março de 1557, e ainda ajudaram, durante algum tempo, a concluir a construção desse reduto.

Outras dissensões, de ordem doutrinária, aumentaram a discórdia entre os conquistadores franceses, mormente após a vinda de Bois-le-Comte, com os 14 “genebrinos” (30), em cuja companhia estava o célebre Jean Cointa, senhor de Bolés; os “genebrinos”, chefiados por Filipe de Corguilleray, senhor de Du Pont, decidiram abandonar Villegagnon à sua sorte e voltaram à França, embarcando no navio *Jacques*, em 4 de janeiro de 1558, com licença do almirante.

O próprio Villegagnon, cerca de um ano e meio depois, resolveu retornar à França, deixando seu sobrinho Bois-le-Comte na direção da empresa e no comando do forte de Coligny.

Jean Cointa, mais ou menos nessa época, partiu para São Vicente onde expôs aos moradores o plano dos franceses de atacá-los; remetido para a Bahia, encontrou Men de Sá em Ilhéus e, pouco depois de chegarem à cidade do Salvador, embarcaram ambos na armada de Bartolomeu de Vascelos da Cunha, com destino ao Rio de Janeiro. Alega Cointa (*Anais da Biblioteca Nacional*, n.º 25) que forneceu ao governador-geral o estratagema, para tomar o forte de Coligny, que deu aos portugueses a vitória de 16 de março de 1560; os fatos parecem confirmar sua alegação.

Derrotados os franceses na ilha, Men de Sá atacou uma aldeia indígena, destruindo-a; dedicou-se à tarefa de mandar arrasas a fortaleza, considerando a impossibilidade de estabelecer um núcleo populacional no Rio de Janeiro; tôdas as demais construções, no continente, devem ter sido arrasadas também porque, previdente como era, o governador-geral não deixaria de pé qualquer casa ou reduto onde os franceses dispersos pudessem facilmente voltar a se fortificarem; entre essas construções arrasadas estaria o forte da Carioca.

Assim, a casa de pedra referida na doação da sesmaria patrimonial da cidade, em 1565, deve ter sido edificada depois de 1560.

Estácio de Sá, em janeiro de 1564, partiu da cidade do Salvador como capitão-mor da armada que vinha povoar o Rio de Janeiro; não conseguindo instalar-se em posição favorável para fundar um núcleo populacional (31), rumou para São Vicente e, reforçado em gente e provisões, retornou ao Rio e desembarcou finalmente no istmo do Cara de Cão, em 1.º de março de 1565. Não há referências, dessa época, à “casa de pedra” citada no texto da sesmaria patrimonial, doada em 16 de julho de 1565.

As considerações desenvolvidas neste capítulo conduzem a uma conclusão: essa "casa de pedra" não era remanescente da feitoria de Gonçalo Coelho, onde residiu João Lopes de Carvalho, nem a "casa forte" mandada construir por Martim Afonso de Sousa; com mais forte razão, não podia ser a fortaleza ou outra edificação resistente abandonada pelos franceses, em 1560; após a vitória parcial de 16 de março desse ano, Men de Sá (32) não se arriscaria a deixar pedra sobre pedra nas construções mais sólidas que pudessem servir de ponto de reorganização dos inimigos dispersados.

A "casa de pedra", onde residiu o juiz ordinário Pedro Martins Namorado, junto à qual se fundou a cidade, e os moradores tomaram posse solene da terra, podia ser construída em curto prazo, durante os quatro meses e meio que medeiam entre a data do desembarque e a da fundação. Não será absurdo admitir-se que essa "casa de pedra" foi mandada edificar por Estácio de Sá, primeiro capitão da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, cujo solo conquistou e defendeu valentemente, até o sacrifício da própria vida.

## NOTAS DA PRIMEIRA PARTE

(1) — O último parágrafo do livro — *A Cidade do Rio de Janeiro e seu Têrmo; ensaio urbanológico* por JOÃO DA COSTA FERREIRA, publicação oficial, 1933, separata do volume 164 (2.º de 1931) da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* — é o seguinte: "Concluída assim a digressão explicativa das operações topográficas realizadas durante a demarcação da sesmaria da cidade, com os detalhes necessários ao entendimento dos trabalhos efetuados, volvamos agora ao Auto da Medição, para examinar as conseqüências que advieram do serviço executado logo no primeiro dia da diligência judicial". Esse parágrafo confirma que o estudo final estava muito adiantado, senão concluído. Depois do falecimento do engenheiro COSTA FERREIRA, não me consta que tenham sido encontrados os comentários sobre a demarcação da sesmaria patrimonial nem a respectiva planta definitiva.

(2) — Fundação da cidade de São Paulo; carta de Anchieta reproduzida por CAPISTRANO DE ABREU em nota à *História Geral do Brasil*, de VARNHAGEN, tomo I, 4.ª edição, pág. 366.

(3) — "Daí a poucos dias mandei dar em outra fortaleza do Paranapecu, onde havia mais de mil homens de guerra e muita artilharia e três dias a combateram continuamente, até que entraram com muito trabalho e maior risco e mortes de alguns brancos, e depois de se defenderem esforçadamente se renderam e foram todos cativos. E estando prestes a ir a outra fortaleza mais forte que tôdas, em que estavam muitos franceses, não ousaram a esperar, e deixaram a fortaleza, a qual tinha três cercas fortíssimas, muitos baluartes e casas fortes, e logo me vieram a pedir pazes, e lhes outorguei com ficarem vassallos de Sua Alteza" (Men de Sá — *Instrumento dos serviços — Anais da Biblioteca Nacional*, n.º 27, 1905, pág. 135 - 136).

(4) — Consta da certidão que o despacho de Men de Sá é de 16 de agosto de 1567, mas há evidente engano de transcrição porque a petição dos moradores foi apresentada e a exigência do governador-geral cumprida no mesmo dia 18 de agosto de 1567. A confirmação foi registrada em 10 de outubro de 1567, no Livro 3.º de Sesmarias (PIZ. — RT LXIII, pág. 97).

(5) — Sobre os documentos do "Resumo" — a) *O Livro do Tombo* (LT) citado é a publicação oficial dos documentos originais existentes no

antigo *Arquivo da Prefeitura do Distrito Federal*, atual Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, cuja direção foi em boa hora entregue a Marcelo Moreira de Ipanema. Era lastimável o estado em que se encontrava e ainda (julho de 1965) se encontra o arquivo de documentos históricos estadual, apesar dos ingentes esforços do seu atual diretor para reparar os incríveis atentados praticados contra esse já desfalcado patrimônio público, nos últimos dez anos. As referências ao *Livro do Tombo* estão entre parênteses, com as letras LT seguidas de um número que indica a página da publicação oficial onde se encontra o documento citado; b) Os três primeiros (?) livros de *Ordens e Provisões Reais* foram também objeto de publicações oficiais; os “livros velhos da Câmara”, mandados “reformular” pelo ouvidor-geral Fernando Leite Lôbo, em correição de 20-10-1731, estão trasladados para um único volume, do qual faltam as seis primeiras fôlhas; a cópia dos três livros velhos (OPR, 1.º; OPR, 2.º; OPR, 3.º), concluída pelo escrivão da Câmara Francisco de Almeida Jordão, em 10-9-1750, teve seu termo de encerramento assinado por Manoel José Cherém, em 16 do mesmo mês e ano; as publicações oficiais baseiam-se nesse volume que está arquivado no Departamento acima referido. O assunto é esclarecidamente tratado na publicação do denominado *Livro Primeiro*, em prólogo da autoria de MARIO ARISTIDES FREIRE que, exercendo os cargos de diretor e subdiretor de Estatística e Arquivo da antiga Prefeitura Municipal, prestou inestimáveis serviços à divulgação de documentos básicos para a história da cidade do Rio de Janeiro, publicando-os metódica e criteriosamente. Entretanto, parece ter passado sem o obrigatório realce o fato de o chamado *Livro Primeiro* começar com um registro de 3 de setembro de 1566 (a posse do alcaide-mor Francisco Dias Pinto, de acôrdo com o índice do volume) e o escrivão da Câmara, no encerramento da transcrição do mesmo livro, declarar “*Este é o segundo livro de Ordens Reais dêste Senado*”. Tudo faz crer que existiu realmente um livro anterior, contendo o registro dos atos desde 1565 até setembro de 1566; nesse verdadeiro primeiro livro, que já não existia em 1750, deviam estar registrados os atos iniciais praticados por Estácio de Sá e pelo governador-geral Men de Sá, inclusive, entre outros, a nomeação de Pedro Martins Namorado para “juiz ordinário”, a de Pedro da Costa para “tabelião do público e do judicial” e, talvez, a ordem régia para se fundar a cidade, o regimento de Estácio de Sá e a instituição do patrimônio territorial da cidade. Tenho a convicção de que o denominado *Livro Primeiro de Ordens e Provisões Reais* é o segundo livro; perdeu-se o primeiro “livro velho”, do qual constariam os documentos dos primórdios da vida da cidade; se me couber razão, resta lamentar uma perda irreparável para a história do Rio de Janeiro; não seria de se estranhar a perda dêsse livro primitivo porque, em matéria de guardar e coligir documentos históricos, a irresponsabilidade de nossos dirigentes, com as exceções de praxe, é uma das poucas realidades quadricentenárias da “mui leal e heróica” São Sebastião. O ementário dos registros transcritos por Francisco de Almeida Jordão figura em anexo ao presente trabalho; no “Resumo”, as indicações entre parênteses reportam-se a um dos três livros (OPR, 1.º;

OPR, 2.º; OPR, 3.º) seguidas do número da página em que se encontra o documento (página do livro trasladado, quando se referir a OPR, 1.º; página da publicação oficial, nos OPR, 2.º e OPR, 3.º). Logo após a referência do livro foi anotada a data do registro (Reg.) do documento, no “livro velho”.

(6) — Estácio de Sá, na maioria dos documentos que assinou, tinha a seguinte qualificação: “Capitão-mor da armada que El Rei nosso Senhor mandou a correr esta costa do Brasil e a povoar êste Rio de Janeiro e nêle ora estou fazendo Fortaleza em nome do dito Senhor, e capitão desta cidade de São Sebastião &.”

(7) — Alguns defensores da fundação da cidade por Men de Sá argumentam que o cargo de alcaide-mor era próprio de “fortaleza” ou de “castelo”, cabendo à cidade o cargo de alcaide-pequeno. Men de Sá, porém, proveu Francisco Dias Pinto para servir de *alcaide-mor da cidade*, em 18-9-1565 (OPR, 1.º, 4 v. — índice); em 15-8-1567, renovou a provisão e nela afirma que mandara Francisco Dias Pinto “*na companhia do capitão-mor Estácio de Sá a povoar e edificar a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*” (OPR, 1.º, 24); depois de fixar a vitaliciedade no referido cargo e os respectivos proventos (20 mil réis anuais), Men de Sá determina que Francisco Dias Pinto “bem e verdadeiramente sirva o dito cargo, guardando em tudo o serviço de Deus e Sua Alteza e às partes seu direito, por quem direito pertencer, assim e da maneira que o dito Senhor manda nas suas Ordenações, no título das Alcaidarias-mores”. É improvável que Men de Sá não conhecesse bem as Ordenações manuelinas; a verdade é que nomeou Francisco Dias Pinto para *alcaide-mor da cidade*, em 18-9-1565, tornando-o “proprietário do cargo”, em 15-8-1567; em ambos os documentos faz menção expressa à *cidade de São Sebastião*. Além do mais, a existência da cidade é um fato incontestável que não pode ser negado com sofismas; se uma cidade possuísse “fortaleza” ou “castelo”, podia ter um alcaide-mor. O *Instrumento dos Serviços* é o documento básico para os que atribuem a Men de Sá a fundação da cidade; omitem, em geral, o depoimento respeitável do bispo Pedro Leitão (pág. 208) que afirma a existência da *cidade feita por Estácio de Sá, antes da vinda de Men de Sá* em 18-1-1567; entretanto, citam Diogo de Matos (pág. 210), dependente do governador-geral, como testemunha importante. Note-se: uma das testemunhas do *Instrumento dos Serviços* era o “alcaide-mor da cidade do Salvador”, Diogo Moniz Barreto.

(8) — Realmente exerceram o cargo ou as funções de *capitão da cidade de São Sebastião*: 1.º — *Estácio de Sá*, desde a fundação até 20-1-1567 quando foi ferido no combate do Uruçumirim, vindo a falecer cêrca de um mês mais tarde; 2.º — *Men de Sá*, capitão da cidade do Salvador e 3.º governador-geral do Brasil, de 20-1-1567 até a data de sua partida para a cidade do Salvador; como ocorreu quando Estácio de Sá era o capitão, Men de Sá praticou atos administrativos na cidade durante o período em que Salvador Correia de Sá exerceu o cargo de capitão e governador; 3.º — Salvador Correia de Sá, capitão e governador da cidade e da capitania do Rio de Janeiro, nomeado por Men de Sá em

4-3-1568; seus primeiros atos administrativos conhecidos têm a data de 14 de junho de 1568. Os dizeres, na lápide, estão abreviados e o texto indicado é a leitura do que nêle se continha, em linguagem corrente atual. Em 1583, Salvador Correia de Sá exercia o seu segundo mandato de capitão e governador da cidade.

(9) — A referida carta de 9-7-1565, de José de Anchieta ao provincial da Companhia de Jesus, padre Diogo Mirão, dá o dia do desembarque como o “último de fevereiro ou o 1.º de março”; posteriormente, o mesmo Anchieta fixou esta data em princípio de março (*Informações e fragmentos históricos*, pág. 7).

(10) — Estácio de Sá fêz doações das seguintes sesmarias na praia da Carioca, abrangendo praticamente tôda sua extensão, entre os atuais morros da Viúva e da Glória: — em 7-9-1565, de 300 braças a Cristóvão Monteiro e José Adôrno; — em 10-9-1565, de 100 braças a Jácome Lopes e Jácome Dórea; — na mesma data de 10-9-1565, de 150 braças a Bartolomeu Fernandes e ao francês Marim Paris, chegado ao Rio de Janeiro com Bois-le-Comte, em 1557; — em 5-11-1565, da casa de pedra a Pedro Martins Namorado (juiz ordinário que nela residiu) e a um “outro” (provavelmente o escrivão da armada e feitoria João Luís do Campo); — em 2-11-1566, de 100 braças a Duarte Martins Mourão, para exercer seu officio de oleiro. As datas indicadas são as do registro das cartas no Livro 1.º das Sesmarias (PIZ-RT. LXIII). Essas doações estavam dentro da sesmaria patrimonial da cidade, instituída por Estácio de Sá, em 16-7-1565, cuja área abrangia o morro do Descanso (depois do Castelo) onde Men de Sá, em 1567, mandou erigir novos edifícios. Na Carioca, segundo o depoimento insuspeito do bispo Pedro Leitão (*Instrumento*, pág. 208) existia uma cidade: “que é verdade que o dito Estácio de Sá fizera uma cidade na ilha da Carioca onde estivera sustentando-a com muitas guerras até que o dito governador” (Men de Sá) “fôra ter ao dito Rio”; e diz mais “que é verdade que o dito governador mudara a cidade e fizera outra em um bom sítio e lugar forte a qual fizera com parecer dêle testemunha e dos capitães” (capitães?) “e pessoas honradas que no dito Rio estavam”; finaliza o bispo declarando conhecer êstes fatos porque os presenciara.

(11) — Estácio de Sá talvez tenha acompanhado seu tio Men de Sá, quando veio do Reino para o Brasil, pela primeira vez; foi nomeado pelo 3.º governador-geral, em 1-4-1559, para capitão da galé Conceição, na cidade do Salvador (*Anais da Biblioteca Nacional*, n.º 27, pág. 264); acompanhou Men de Sá na primeira tomada do Rio de Janeiro, em 1560, e continuou viagem até São Vicente, depois de destruído o forte de Coligny, na ilha de Villegagnon; comandando a nau francesa, então apresada pela galé Esaura, no Rio, partiu para o Reino levando a bordo o célebre João Cointa (Cointac ou Cointat), senhor de Bolés (ou Boulliez), que ajudara Men de Sá na tomada do forte Coligny, mas estava comprometido com o Santo Offício (ver CAPISTRANO DE ABREU, *Ensaio e Estudos* — 3.ª série — edição da Sociedade Capistrano de Abreu — 1938 — pág. 13 e seguintes; ver, também, nota à *História Geral* de VARNHAGEN — 4.ª edição —

tomo 1, pág. 394, bem como os *Prolegômenos* do Livro III da *História do Brasil* de Fr. VICENTE DO SALVADOR — 4.ª edição — 1954); é provável que Estácio de Sá fôsse o portador da carta de Men de Sá ao Rei, descrevendo a tomada do Rio de Janeiro e datada de São Vicente, em 16-6-1560; chegou à Bahia no dia 28-12-1560 e, a 3-1-1561, prestou depoimento no processo de Cointa (*Anais da B.N.* — n.º 25 — Processo de Bolés — págs. 217 e 219); partiu para Portugal e de lá retornou, em 1563, como “capitão-mor da armada que el-Rei mandou correr esta costa do Brasil e a povoar êste Rio de Janeiro” e, provavelmente, “nêle fazer uma fortaleza”; para cumprir sua missão, a armada largou da cidade do Salvador, em janeiro de 1564, com destino ao Rio, onde aportou em fevereiro do mesmo ano; Men de Sá devia ter o propósito de vir com Estácio de Sá, como se pode supor pela nomeação, em 9-9-1563, de “Jácome Pinheiro para servir de escrivão da armada que foi com o governador correr a costa e povoar o Rio de Janeiro” (*Anais da B.N.* — n.º 27 — pág. 267); Estácio ficou cêrca de dois meses na Guanabara, onde se encontrou com os jesuítas Manuel da Nóbrega e José de Anchieta; a conselho dêstes, seguiu para São Vicente, onde obteve reforços para a armada; a viagem de retôrno ao Rio de Janeiro, o primeiro mês de vida do núcleo populacional fundado no Cara de Cão e outras informações preciosas estão contidas na carta de Anchieta, de 9-7-1565 (12); caso não tenha trazido a ordem régia para fundar a cidade, Estácio de Sá deve tê-la recebido no Rio, o que é mais provável, antes do dia 16-7-1565, quando doou a sesmaria patrimonial da cidade, com légua e meia de testada correndo pela costa por légua e meia de sertão, em direção à Gávea; nessa época, Estácio deve ter sido nomeado “capitão da cidade de São Sebastião”, pelo rei ou pelo governador-geral, cargo por êle efetivamente exercido sem qualquer restrição de seus superiores ou de seus subordinados; além de delimitar o têrmo da cidade, confirmado e ampliado por Men de Sá em 18-8-1567, Estácio de Sá distribuiu várias sesmarias pelo litoral do Rio de Janeiro e adjacências; organizou, auxiliado em parte por Men de Sá, os rudimentos da administração da cidade, provendo vários cargos públicos; Estácio de Sá e seus comandados conseguiram dominar uma parte das ilhas e uma relativamente extensa faixa litorânea do Rio de Janeiro e arredores; os fundadores receberam socorro de nova armada, onde veio Men de Sá, chegado ao Rio em 18-1-1567; Estácio de Sá, ferido por flecha no combate ao reduto do Uruçumirim, a 20-1-1567, veio a falecer cêrca de 30 dias mais tarde (entre 15 e 20 de fevereiro); sepultaram-no na capela de São Sebastião da “cidade velha”, de onde trasladaram seus restos mortais para a nova igreja do morro do Castelo, em 1583. Os ossos de Estácio de Sá foram exumados em 16 de novembro de 1862 e novamente restituídos à sepultura do Castelo, no dia 20 de janeiro de 1863, depois de submetidos a um exame pericial (*Arquivo do Distrito Federal — Revista de Documentos* — vol. I — 1950 — pág. 32); o laudo pericial de 21 de novembro de 1862 concluiu que os ossos pertenciam a um indivíduo com 1,74 m de altura e 35 a 50 anos de idade; é provável que Estácio de Sá contasse 33 anos, no mínimo, quando morreu; com 25 anos, naquela época,

atingia-se a maioridade e Estácio foi nomeado capitão da galé Conceição, em 1559. Além disso, deve ser levado em conta que o rei de Portugal e Men de Sá, homem experimentado e responsável, não entregariam a um jovem de 17 anos (que comandaria com 11 anos a galé Conceição!) a missão difícil de “capitão-mor da armada que vinha correr a costa do Brasil e povoar o Rio de Janeiro” e outra mais árdua, a de construir uma fortaleza e fundar a cidade de São Sebastião.

(12) — A carta de Anchieta, escrita do Salvador, a 9-7-1565, ao provincial padre Diogo Mirão, vem reproduzida nas *Cartas jesuíticas* — III — edição da Academia Brasileira de Letras — 1933 — pág. 257 e seguintes. Transcrevem-se, a seguir, a nota I de CAPISTRANO DE ABREU à *História Geral de VARNHAGEN* (tomo I — 4.<sup>a</sup> edição — pág. 427), considerada pelo culto jesuíta padre SERAFIM LEITE (*Conquista e fundação do Rio de Janeiro* — separata de *O Instituto* — vol. 90 — Coimbra, 1936) como a melhor interpretação da referida carta:

— “Os acontecimentos passados entre 22 de janeiro de 1565, data em que Estácio de Sá partiu de São Vicente, e 31 de março, quando Anchieta partiu para a Bahia, constam de uma carta dêste, escrita em 9 de julho. Extratou-a Simão de Vasconcelos, publicou-a na íntegra Baltazar da Silva Lisboa, com tamanha incorreção que melhor fôra a deixasse inédita. Uma cópia antiga existente na Biblioteca Nacional está praticamente inutilizada; uma cópia moderna possuída pelo Instituto Histórico, outra publicada no *Diário Oficial* deixam bastante a desejar, conquanto incomparavelmente superiores à que saiu nos *Anais do Rio de Janeiro*.

A interpretação da importantíssima carta de Anchieta oferece dificuldades talvez insolúveis. Vai em seguida uma, que diverge muito da que o autor preferiu e não passa de ensaio imperfeito de efeméride:

22 de janeiro — Estácio de Sá parte em uma nau (*Santa Maria a Nova?*) e no mesmo dia chega à ilha de São Sebastião. Braz Fragoso fica em São Vicente concertando o galeão e a nau francesa tomada o ano anterior no Rio de Janeiro.

27 de janeiro — Partem de Bertioga cinco navios pequenos, dos quais três de remo, mais oito canoas, com mamalucos de São Vicente, índios do Espírito Santo, conversos de Piratininga. No dia seguinte reúnem-se ao capitão-mor em São Vicente. Com êstes vieram Gonçalo de Oliveira e José de Anchieta.

Quanto se prolongou a demora em São Sebastião? Diz Anchieta que foram ditas missas, confessou-se e comungou alguma gente. Podemos admitir que partissem de lá a 1.<sup>o</sup> de fevereiro.

1.<sup>o</sup> de fevereiro — Os navios pequenos e as canoas todos reunidos continuam a viagem, forçosamente lenta, pois as embarcações de remo determinavam a marcha, havia ordem de não se separarem, e diáriamente pousavam em ilhas. Chegaram assim à Ilha Grande. Quando? Pode ter sido a 4 ou 5.

Na Ilha Grande os expedicionários esperaram pelo capitão-mor, tomaram uma aldeia de Tamoios, mudaram-se depois para outro ponto, onde acharam muita caça e peixe. Por fim, impacientes, os índios partiram por

dentro de Marambaia para o Rio de Janeiro. Não tendo conseguido que êles se detivessem, ordenou-se aos mamalucos que os acompanhassem, com ordem expressa de esperarem nas ilhas fronteiras à barra e em caso nenhum entrarem antes de chegado o capitão-mor. Seria isso a 10 de fevereiro.

O capitão-mor, dispondo de navio veleiro, ficara em São Sebastião, mas o tempo correu-lhe desfavorável e foi obrigado a aportar numa ilha com a vêrga do traquete quebrada e rendido o mastro grande. Só a 15 passaria adiante da Ilha Grande, caminho do Rio de Janeiro.

15 de fevereiro — Os cinco navios pequenos partem da Ilha Grande para o Rio de madrugada, por pensar-se que o capitão-mor podia ter passado adiante.

De fato, avistaram a capitânea já fronteira à barra; não entraram, porém, naquele dia.

16 de fevereiro — Forte temporal levou à Ilha Grande um dos navios pequenos e a capitânea, que no caminho esteve em perigo de se perder sobre amarra num baixo. Os outros quatro navios, ora a remos, ora à vela, conseguiram não se apartar muito do pôrto.

21 de fevereiro — Os navios juntam-se às canoas nas ilhas fora da baía. Grande chuva, que remediou a falta de água nas ilhas.

27 de fevereiro — Os índios teimam em entrar pela barra, ou tornar para as suas terras, pois era sensível a falta de mantimentos. A poder de rogos conseguiu-se que demorassem mais um dia, esperando o capitão-mor. Chega do norte João de Andrade, trazendo três navios com mantimentos, o que melhora a situação.

28 — de fevereiro — Apareceu a capitânea e o navio desgarrado. Todos juntos na mesma maré entram no Rio de Janeiro. Chuva.

1.<sup>o</sup> de março — Desembarque: começa a fundação da cidade.

De tôdas estas datas há apenas certas as de 22, 27 e 28 de janeiro, 21 e 28 de fevereiro. A de 1.<sup>o</sup> de março é fornecida por Frei VICENTE do SALVADOR. Anchieta diz: “Logo ao seguinte dia, que foi o último de fevereiro ou o 1.<sup>o</sup> de março, começaram a roçar a terra com grande fôrça e cortar madeira para a cêrca, etc. Em 1584 foi, porém, mais explícito e escreveu *princípio de março. Informações e fragmentos históricos*, 7.

As dificuldades de determinar as datas provêm umas do mau estado de conservação do manuscrito, outras das afirmações pouco precisas de Anchieta: em Ilha Grande estiveram “muitos dias”, esperando pela capitânea; depois de partidas as canoas de Ilha Grande os navios ficaram esperando “pela capitânea cinco ou seis dias”, e assim por diante.

As datas seguintes são mais precisas:

6 de março — Primeiro ataque dos Tamoios com quatro canoas.

10 de março — Avista-se uma nau francesa légua e meia da povoação dentro do rio.

11 de março — Combate com a nau francesa; assalto de quarenta e oito canoas contra a cêrca.

12 de março — Negociações com a nau francesa, que se rende neste ou no seguinte dia.

Antes da saída da nau francesa, que devia seguir de perto a rendição

e entrega de pólvora e artilharia, houve nôvo assalto de vinte e sete canoas, cuja data não é conhecida.

Brás Fragoso, que ficara em São Vicente, reuniu-se a Estácio de Sá, ignora-se quando. Sabe-se por uma carta de Quirício Caxa que a capitânea chegou à Bahia entre 13 e 15 de junho do mesmo ano de 1565.

A propósito desta expedição, narra Anchieta, *Informações e Fragmentos*, citados, 67: “Estava êle (Nóbrega) muito determinado, quando se começou a povoação do Rio de Janeiro, de mandar um Padre e com êle um Irmão por superior; dissimulou o Irmão com isso por alguns dias e depois de encomendar a coisa a Deus, disse ao padre Nóbrega que não devia mandá-lo por superior por algumas razões que lhe deu. Ouviu-o o Padre e cuidando nisso mudou logo o parecer despachando-os para aquela missão, juntos os mais de casa disse: O Padre (Gonçalo de Oliveira), por ser sacerdote, será superior; mas lembrar-se-á, pois o Irmão (Anchieta) foi seu mestre, do respeito e reverência que se lhe deve ter e de tomar seus conselhos”. — (C.)

A nota III (l.c., pág. 429) acrescenta:

— “Em sua carta de 9 de julho de 1565, Anchieta resumia nos seguintes têrmos a situação:

“O maior inconveniente que ali havia ultra da fome é que lá estão muitos homens de tôdas as capitânias, os quais passa de um ano que lá andam e desejam vir-se para suas casas, como é razão; se os não deixam vir, fica a situação desamparada e com grande perigo de serem comidos os que lá ficarem”.

Sôbre o estado das coisas escreve:

“Já à minha partida tinham feito muitas roças ao derredor da cêrca, plantados alguns legumes e inhames, e determinavam de ir a algumas roças de Tamoios a buscar alguma mandioca para comer e a rama dela para plantar; tinham já feito um baluarte mui forte de taipa de pilão, com muita artilharia dentro, com quatro ou cinco guaritas de madeira e taipa de pilão, tôdas cobertas de telhas que se touxe de São Vicente, e faziam outros e outros baluartes, e os Índios e Mamalucos faziam suas casas de madeira e barro, cobertas com umas palmas feitas e cavadas como cales e telhas, que é grande defesa contra o fogo. Os Tamoios andavam se ajuntando para dar um grande combate na cêrca; já havia dentro do rio oitenta canoas, e parece-me que se ajuntariam perto de duzentas, porque de tôda a terra haviam de concorrer à ilha, e diziam-se que fariam grandes mantas de madeira para se defenderem da artilharia e abalroarem a cêrca; mas os nossos tinham já grande desejo de chegar aquela hora, porque desejavam e esperavam fazer grandes coisas pela honra de Deus e do seu rei, e lançar daquela terra os Calvinos, e abrir alguma porta para a palavra de Deus entre os Tamoios” — SILVA LISBOA, *Anais do Rio de Janeiro*, 6, 178. — Corrigiu-se o que foi possível pelo Códice da Biblioteca Nacional”. (C.)

Já no final da carta, diz Anchieta: “a cêrca que tem feita não é mais que um pé a tomar posse da terra sem se poder dilatar nem sair dela sem socorro de Sua Alteza, a quem Vossa Reverendíssima deve lembrar que

logo proveja, porque ainda que é coisa pequena a que se tem feito, contudo é maior e basta-lhe chamar-se cidade de São Sebastião para ser favorecida do Senhor, e merecimentos do glorioso mártir, e acrescentada de sua Alteza que lhe tem tanta devoção e obrigação”. Como se lê, Anchieta estava ciente de ter sido “criada” a cidade de São Sebastião.

(13) — Trata-se de documento reproduzido, com outros, em artigo do padre SERAFIM LEITE, uma de suas beneméritos contribuições à História do Brasil; publicado inicialmente na revista *Brotéria*, vol. XX — 1935 — págs. 90 a 108, e no *Jornal do Comércio* de 17-2-1935, foi recentemente republicado pela *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.º 264 — 1964 — págs. 331 a 353, com o título original *Terras que deu Estácio de Sá ao Colégio do Rio de Janeiro — A famosa sesmaria dos jesuítas — Documento inédito quinhentista*.

(14) — Tôdas as sesmarias estavam sujeitas a confirmação. Men de Sá confirmou e ampliou a sesmaria patrimonial da cidade, em 18-8-1567 (4), e a da Companhia de Jesus, em 30-8-1567. Não se conhece a confirmação das sesmarias de Pedro Rodrigues. No despacho em que confirma e amplia a sesmaria da cidade, Men de Sá reconhece que a cidade existia, ou passou a existir, em 16 de julho de 1565, quando Estácio de Sá instituiu seu têrmo (ver item 4 do “Resumo” anexo).

(15) — A nomeação de Pedro da Costa para “tabelião do público e do judicial” foi feita por Men de Sá, em nome do rei, como se verifica na nomeação do mesmo Pedro da Costa para “tabelião de notas e escrivão das sesmarias” (OPR, 1.º, 7 v.; vide item 8 do “Resumo” anexo). Conhecem-se os nomes de dois ocupantes de funções públicas, antes de 1.º de setembro de 1565; sua designação parece ter sido feita em caráter provisório ou para uma finalidade específica. Ambos figuram no traslado da petição dos moradores, do conseqüente despacho de Estácio de Sá concedendo a sesmaria da cidade, em 16 de julho de 1565, e do têrmo de posse da terra, realizada oito dias depois, lavrado por Pedro da Costa, em 26 de outubro do mesmo ano (LT, 5 e 6): a) Pedro Fernandes, designado por Estácio de Sá para “escrivão da carta da sesmaria” da cidade, no próprio despacho de doação; se Pedro Fernandes cumpriu essa atribuição, só poderia ter lavrado a carta no verdadeiro *Livro Primeiro de Ordens e Provisões Reais* (5), desaparecido; b) Antônio Martins, “meirinho”, que imitiu João Prossé na posse da sesmaria da cidade, em 24 de julho de 1565.

(16) — Nóbrega e Anchieta foram duas admiráveis figuras humanas, apesar do sectarismo que, mesmo em pequenas proporções, está sempre presente no sacerdote de qualquer religião; como tantos outros jesuítas de menor projeção do que ambos pelo seu trabalho fecundo, dedicaram-se, no Brasil recém-descoberto, a praticar os princípios humanitários e culturais da Companhia de Jesus, cuja organização estava florescendo; outros jesuítas, porém, como o padre Gonçalo de Oliveira, eram apegados aos bens materiais e usaram da influência da Ordem, junto à Metrópole e ao governo da colônia sul-americana, de tal forma que, cêrca de dois séculos mais tarde, provocaram a justa reação de Sebastião José de Carvalho e Melo (futuro marquês do Pombal) confiscando os bens da comunidade religiosa e ex-

pulsando-a do Brasil e do Reino, pela lei de 3 de setembro de 1759. Nobrega e Anchieta chegaram jovens ao Brasil e dedicaram suas vidas, com desprendimento e sem desfalecimentos, a propagar as idéias que sinceramente julgavam fossem as melhores; com outros soldados da Companhia de Jesus colaboraram eficazmente com os conquistadores mas procuraram sempre minorar o sofrimento do índio subjugado ou escravizado; a todos coube o grande mérito de começarem a “ensinar o Brasil a ler, escrever e rezar”; suas cartas e trabalhos são documentos de valor inestimável para a nossa história. É justo reconhecer, também, a ação nefasta de alguns poucos jesuítas que, nesse período e principalmente mais tarde, praticaram atos contrários aos salutareos princípios éticos de sua religião e ofuscaram, por muito tempo, o esforço benemérito de seus companheiros de hábito.

(17) — A fé de ofício de Belchior (ou Melchior) de Azeredo (ou Azevedo), passada por Estácio de Sá, consta nos *Anais do Rio de Janeiro* de Baltazar da Silva Lisboa, com a data de 14-7-1566, e descreve os combates. O ano deve estar errado; os anais manuscritos existentes na Biblioteca Nacional dão-lhe o ano de 1565, que é o certo, sabendo-se que Belchior de Azeredo estava com a armada de Estácio de Sá há dezoito ou dezenove meses (contados a partir de janeiro de 1564) como se declara no próprio documento. Pela fé de ofício se verifica terem os fundadores tomado a iniciativa do ataque, em vez de serem atacados, como acontecera antes, nos primeiros 2 ou 3 meses.

(18) — João Prosse (ou Prossé) tomou posse da sesmaria patrimonial da cidade, em nome dos moradores, como procurador “dos que ora eram como dos que adiante fossem”. Os fundadores da cidade já deviam dominar a Carioca porque a maioria deles compareceu à cerimônia e ninguém os molestou.

(19) — A viagem redonda normal, sem escalas intermediárias, entre o Rio de Janeiro e a baía de Todos os Santos realizava-se, nessa época, em 50 dias, mais ou menos. A monção, entre os meses de março e setembro, era favorável à viagem de ida, que se completava em cerca de 20 dias, e desfavorável à de volta. Estes dados interessam para bem se analisarem os acontecimentos no Rio de Janeiro, desde a partida de Anchieta, em 31-3-1565, até a data da primeira nomeação conhecida, feita por Men de Sá, para Francisco Dias Pinto servir de “alcaide-mor”, em 18-9-1565, passada na cidade do Salvador.

(20) — JOÃO DA COSTA FERREIRA, em *A Cidade do Rio de Janeiro e seu termo* (publicação oficial — 1933 — pág. 242), declara: “De maneira que, salvo prova em contrário, o primeiro ato criando, verdadeiramente, a cidade, foi o da instituição do seu patrimônio territorial, o da criação da parte material, digamos assim, física da sua existência, o seu *mundus*, para constituição do *habitat* da sua população, para determinação legal do solo dominical onde ela devia existir, para fixação dessa população que devia crescer, desenvolver-se, prosperar pelos séculos em fora”. Parece que a criação da cidade tem origem na carta régia, até hoje desconhecida; a data em causa (16-7-1565) seria a da fundação.

(21) — Os “informadores” ou identificadores da casa de pedra, na

Carioca, foram: a) em 25 de maio de 1667 o capitão Hierônimo (Jerônimo) de Sousa de Brito e João Dormundo, ambos naturais do Rio de Janeiro, com 70 e 78 anos de idade, respectivamente, “homens antigos e mais velhos habitadores daquele sítio”; b) em 16 de outubro de 1753 — o beneditino padre mestre doutor frei João do Rosário e João da Cruz. Em 1667, havia na Carioca ruínas da casa de pedra (“que foi a mais antiga casa de pedra que houve naquela parte” — LT, 18); no local plantaram um marco de pedra com as letras REY, encontrado caído na praia, no início da segunda demarcação. Em 1753, descobriram “vestígios” da casa de pedra (“várias pedras unidas como em alicerce” — LT, 25) e “fincaram” dois marcos no local, o da primeira e o da segunda demarcações, “os dois ditos marcos a par um de outro naquele mesmo lugar, e praia” (LT, 26). A incúria da Câmara deixou que se perdessem esses dois preciosos marcos, além de mais 19 outros, colocados durante a segunda demarcação.

(22) — O estudo dos trabalhos topográficos das duas demarcações é o objetivo principal da Segunda Parte. O *Livro do Tombo das Terras da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro* foi resumido para melhor inteligência do texto; os rumos e distâncias demarcados figuram dispostos em um tipo apropriado de caderneta de campo. A posição topográfica da casa de pedra fica determinada com bastante rigor, próximo à esquina das atuais ruas Senador Eusébio e Gabriela Mistral.

(23) — João Lopes de Cavalho é um personagem curioso. Fernão de Magalhães trouxe-o como principal piloto português, no navio *Concepción*. Depois dos acontecimentos da baía de San Julian e da deserção da nau *San Antonio*, em 8 de novembro de 1520, Carvalho ficou sendo o quarto homem da armada. Juan Sebastian Delcano (ou del Cano) esteve envolvido na conjuração dos capitães espanhóis e, apesar de perdoado por Magalhães, ficou sempre em posição inferiorizada. A primeira tentativa de circumnavegação da Terra prosseguiu sob o comando de Magalhães, com apenas 3 dos 5 navios que tinham largado de Sevilha em 10 de agosto de 1519. Na ilha de Cebu, cinco dias após a morte de Magalhães, em combate (27 de abril de 1521), os dois capitães Duarte Barbosa e João Serrão foram vítimas de uma cilada, em 1.º de maio. João Lopes de Carvalho talvez pudesse ter resgatado Serrão, morto sob suas vistas, pelos filipinos; não o fez e, assim, assumiu o comando da armada; seus desmandos justificaram a destituição do posto, cerca de 6 meses mais tarde; permaneceu em Tidor, nas Molucas; os próprios portugueses cujas armadas caçavam a expedição de Magalhães, acabaram por liquidá-lo e ao seu filho carioca. O cronista da expedição de Magalhães, Antônio Pigafeta, em seu precioso relato, Gaspar Correia e Navarrete fornecem os dados para um esboço biográfico de João Lopes de Carvalho. A expedição de Fernão de Magalhães foi concluída em 8 de setembro de 1522, por um só navio, o *Vitória*, sob o mando do referido del Cano, com apenas 18 dos 265 tripulantes da armada que partira 3 anos antes de Sevilha.

(24) — *Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa — 1530 — 1532 — Estudo crítico pelo comandante EUGENIO DE CASTRO — 1940 — vo-*

lume I — pág. 187 a 192 e pág. 359 a 361. A obra é prefaciada por CAPISTRANO DE ABREU e o texto do *Diário* vem acompanhado de comentário perpétuo. O volume II contém documentos e mapas.

(25) — O provável trajeto de ida dos 4 homens deve ter sido o seguinte: por uma trilha indígena, partindo do continente, atingiram o rio Paraíba e subiram seu curso até próximo à nascente de onde buscaram o rio Tieté; essa distância corresponde aproximadamente às 65 léguas percorridas por montanhas “mui grandes”; descendo o Tieté ou trilhando outras picadas, andaram 50 léguas pelo interior do atual Estado de São Paulo até encontrarem o poderoso cacique, senhor desse campo “mui grande”. O ponto extremo da “entrada” poderia deslocar-se para as margens do Paranapanema. A média diária de caminho percorrido é elevada (superior a 25 quilômetros ou cerca de 4 léguas) e os 4 homens só poderiam conseguí-la se já existisse caminho aberto nas espessas matas e fosse aproveitada uma boa parte do trajeto navegando em canoas pelos rios da região. Qualquer meio de transporte ou via de comunicação usado por eles, entretanto, deixa patente que houve colaboração dos indígenas.

(26) — JEAN DE LÉRY, em seu livro (*Viagem à Terra do Brasil* — tradução de SÉRGIO MILLIET — Biblioteca Histórica Brasileira, n.º VII — 1941), não afirma que o desembarque se efetuou no *Ratier* (Laje). A transcrição da carta de Villegagnon a Calvino (pág. 30 e seguintes) datada de Coligny, França Antártica, em 31 de março de 1557, mostra que LÉRY devia estar ciente do primeiro desembarque *em terra firme*. O próprio LÉRY afirma: “encontramos Villegagnon residindo desde o ano precedente” (1556) “em uma pequena ilha” (a de Villegagnon) “situada neste braço de mar” (pág. 75). Mais adiante esclarece: “À sua chegada Villegagnon, depois de desembarcar alfaias e artilharia, pensou nêlo” (o *Ratier*) “fortificar-se, mas a maré o expulsou dali” (pág. 94). O trecho em que alguns se baseiam para afirmar erroneamente que o desembarque inicial foi na Laje (fato impossível de admitir para quem conhece o ilhéu e leu todo o livro de LÉRY) é o seguinte: “Aí aportando, desembarcou” (Villegagnon) “e tratou imediatamente de alojar-se em um rochedo na embocadura de um braço de mar ou rio de água salgada a que os indígenas chamavam Guanabara” (Ganabara) “e que (como descreverei oportunamente) fica a 23.º abaixo do Equador, quase à altura do trópico de Capricórnio. Mas o mar daí o expulsou. Constrangido a retirar-se avançou quase uma légua em busca de terra e acabou por acomodar-se numa ilha antes deserta, onde, depois de desembarcar sua artilharia e demais bagagens, iniciou a construção de um forte a fim de garantir-se tanto contra os selvagens como contra os portugueses que viajam para o Brasil e aí já possuem inúmeras fortalezas” (págs. 46 e 47). LÉRY, nesse parágrafo, faz um sumário dos acontecimentos que irá descrever oportunamente e não afirma que o desembarque se efetuou no rochedo. A distância de uma légua referida por LÉRY talvez contradiga outras afirmativas, sua e de Villegagnon, sobre o espaço entre o local do desembarque e a ilha de Coligny, fixado em duas léguas, mais ou menos.

O estudo da topografia, da toponímia e do parcelamento territorial do

Rio de Janeiro, no século XVI, é assunto que merece ser esmiuçado por um paciente pesquisador.

(27) — Várias cartas e desenhos da França Antártica, elaborados por franceses, nessa época, confirmam a existência de uma fortaleza perto do rio Carioca (Cariobe, Kariauc), em posição às vezes cognominada de Henryville ou Ville Henry; essa “cidade” surgiu da imaginação do franciscano ANDRÉ THEVET que foi cosmógrafo de Henrique II de França e escreveu vários livros interessantes onde aborda a colonização francesa no Rio de Janeiro, entre outros assuntos. LÉRY e THEVET nunca se toleraram, motivados por antagonismo religioso e pela tendência de THEVET em exagerar os acontecimentos, enquanto LÉRY parece mais autêntico. A fidelidade de qualquer dos dois, quando retratam a França Antártica, é controvertida atualmente; apesar disso, os documentos que ambos deixaram são de inestimável valor. O estabelecimento francês no continente, a *Briquetterie* (olaria), compunha-se de choupanas; nesse lugar, os 14 “genebrinos” aguardaram a vinda do navio *Jacques* que levou 8, apenas, de volta à França; 5 retornaram à Guanabara, receosos de enfrentar o “mar oceano” em um barco muito castigado pelo tempo e avariado; foi pior, porque enfrentaram Villegagnon que mandou matar 3 deles. O local da *Briquetterie*, segundo LÉRY, era no continente, à margem esquerda da baía, distante cerca de meia légua da ilha de Coligny e junto ao monte Henri.

(28) — A carta de Men de Sá, de 1.º de junho de 1558 (*Anais da Biblioteca Nacional*, n.º 27, págs. 225 e 226) e o documento a ela anexo (nota II, de RODOLFO GARCIA, à *História Geral* de VARNHAGEN, tomo 1, 4.ª edição, pág. 397 e 398), trazem o texto seguinte:

“Senhor — Depois de partido dom Duarte me chegou essa carta de Vasco Fernandes Coutinho que mando a Vossa Alteza; a sua capitania que estava alevantada e tinha o gentio dela postos os cristãos em tais termos que se os não socorreram não podiam escapar de serem mortos e comidos, fica agora muito pacífica e o seu gentio tão castigado: mortos tantos e tão principais, que parece que não alevantarão a cabeça tão cedo. Dou muitas graças a Deus por acabar Fernão de Sá meu filho nesta jornada em seu serviço e de Vossa Alteza; o perigo que esta terra agora pode ter é ter capitão tão velho e pobre e nisto verá Vossa Alteza que os armadores são o nervo do Brasil e a capitania que os não tiver se não poderá sustentar.

Parece-me que Vossa Alteza devia de tomar esta terra a Vasco Fernandes e logo mandar a São Tomé e dar aos homens ricos que para cá querem vir as honras que pedem e embarcação e mandar alguns a esta capitania, outros ao Espírito Santo e conceder privilégios de nôvo in da que estejam já no foral aos que cá querem vir; eu irei assentar outra cidade lá e me parece com a ajuda de Deus que em pouco tempo a hei de fazer tal como esta do Salvador; a outra será do Espírito Santo; assim segurar-se-á a terra de todo do gentio e dos franceses os quais está muito certo que em podendo hão de vir fazer salto aí, e mais são para arrecear.

E indo-me ali assentar pode ser que os enfadarei dali e esta cidade não há mister por agora mais fortaleza para se poder sustentar.

Vasão Fernandês vai lá: e tão cansado e enfadado que não deseja senão que lhe tomem a capitania.

Mando um instrumento a Vossa Alteza que me veio do Espírito Santo das novas que aí acharam dos franceses que estão no Rio de Janeiro, uma caravela e um bergantim dos da armada que mandei ao socorro: foram mais adiante ver se podiam tomar alguma chalupa das que elles trazem pela costa para se saber bem a verdade de quanta gente é, o que fazem ou o que determinam.

O que a mim afirmam outras pessoas que de lá vieram, que se fazem oito navios de remos: os três a modo de galés, outros como bergantins, mas não os viram senão por dito dos negros; todo seu fundamento é fazerem-se fortes; têm muita gente e bem armada; as suas roças não são senão pimenta; prazera a Nosso Senhor que se lhes desfarão todos estes pensamentos. Nosso Senhor a vida e estado real de Vossa Alteza acrecente. Desta Sua cidade do Salvador o 1.º de Junho. Men de Sá."

Nota II — Anexo à carta acima :

"O que sei pela informação que ... os línguas que falam com os negros que vêm de entre os franceses é o seguinte :

Dizem que os franceses fizeram uma fortaleza de madeira na lágea que está no meio do rio e que por lhe cair têm já muita pedra junta na lágea para fazerem uma fortaleza de pedra e cal onde está e consiste toda a fortaleza do Rio de Janeiro e da terra toda.

Na enseada da Carioca que está da lágea para dentro um tiro de bêrço onde desembarcam junto de uma aguada está uma casa com artilharia e dizem ser fortaleza.

Que estavam duas naus grandes no Rio e têm três galés fora outros navios mais pequenos e que serão perto de oitocentos homens de pejeja.

Que na Ilha de Seregipe que está sôbre a enseada da Carioca está outra fortaleza com muitas casas outras a qual corresponde à lágea que está no meio do Rio por onde entram as naus e navios dentro no Rio de Janeiro e bem assim corresponde esta fortaleza e povoação desta ilha à fortaleza da Carioca e ao desembarcadouro e aguada que está junto da enseada da Carioca.

Da ilha de Seregipe por adentro onde o Gato tinha seu assento dizem que os franceses fizeram uma povoação em que tem outra fortaleza e que desta povoação correm ao sertão e à Paraíba donde vêm carregados, "de terra" a levam às naus em muita quantidade e dizem que os franceses folgam muito com elle ..... confina outro rio donde ..... pouca água umas conchas ..... recentes e que trabalham e folgam ..... muito com ella quais os negros pôsto que sejam ..... nossas deixam de trazer ao pescço pelas não poderem ..... de ..... e neste rio de conchas, pedras ouvi ..... muitas vêzes falar a João Ramalho que era verdade que é um homem dos muito antigos da terra e boa língua.

Dizem mais que os franceses têm muitas mulheres que lhe vêm de França e que correm tanto já por dentro da terra e pelo rio da Paraíba que se mete entre elles e o Campo de São Vicente onde estão os padres

de Jesus e João Ramalho por fronteiro com uma aldeia dos nossos índios que é jornada de dois dias assim por este rio ... em que se acham espias e rastos dos contrários nossos e amigos dos franceses.

Os moradores da Capitania de São Vicente estão muito espalhados: para serem mais fortes se deviam de ajuntar em duas povoações, as que parecem mais necessárias não têm armas, artilharia, bestas, espingardas, pólvora, devia-se de prover a isto — (G.)"

Tentou-se adaptar o texto antigo a uma linguagem mais acessível.

(29) — Bois-le-Comte, sobrinho de Villegagnon, veio da França com gente para a colônia. Comandava 3 navios: o *Petite Roberge*, sob seu mando; o *Grande Roberge*, capitaneado por Espine, senhor de Sainte Marie, e pilotado por Jean Humbert; o *Rosée*, de que era proprietário e capitão o senhor de la Rosée; além dos 14 "genebrinos" (30) vieram nessa armada, entre o total de 290 pessoas transportadas, 5 francesas para aqui se casarem, Jean Cointa que prestou valioso auxílio a Men de Sá na tomada do forte Coligny, em 1560, e Marim Paris, um dos fundadores da cidade de São Sebastião. Chegaram ao Rio de Janeiro em 7 de março de 1557, mas só desembarcaram no dia 10.

(30) — Os 14 "genebrinos", chefiados por Filipe de Corguilleray, senhor de Dupont (ou Du Pont), eram: 1 — Pierre Richier (ou Richer) carmelita e doutor em Paris, foi chefe de 3 sediciosos, Dupont, Léry e Chartier, que discordaram de Villegagnon, segundo THEVET, citado por LÉRY; voltou à França, como será esclarecido no final desta nota, e foi ministro calvinista em La Rochelle; nasceu em 1516 e estudava teologia em Genebra quando foi convidado para vir ao Rio de Janeiro; 2 — Guillaume Chartier, dado como sedicioso por THEVET, embarcou para a França em um navio carregado de pau-brasil, levando para Genebra uma consulta sôbre interpretação das Escrituras, para resolver dúvida surgida entre Villegagnon e Cointa; 3 — Pierre Bourdon, um dos três que Villegagnon mandou matar (vide final da nota 27); 4 — Mathieu Verneuil, que teve o mesmo fim de Bourdon; 5 — Jean de Bordel, companheiro de infortúnio dos dois anteriores; 6 — André Lafon, um dos 5 que voltaram de bordo do *Jacques* para o Rio de Janeiro e provavelmente tomou o nome de André de Fontes e se radicou em São Vicente; 7 — Nicolas Denis; 8 — Jean Gardien, o desenhista da expedição; 9 — Martin David; 10 — Nicolas Raviquet; 11 — Nicolas Carneau, que apenas ficou 20 dias no Rio de Janeiro, tendo voltado para a França, em 1.º de abril de 1557, a bordo do *Rosée*, como portador da carta de Villegagnon a Calvino, datada de 31 de março do mesmo ano; Villegagnon o encarregara de trazer homens, mulheres e crianças para a França Antártica; 12 — Jacques Rousseau; 13 — Jean de Léry, o cronista da expedição. O 14.º era Corguilleray. Sôbre os antecedentes e a atuação dos 14 "genebrinos" (que não eram naturais de Genebra) existe um opúsculo valioso, de OLIVIER REVERDIN: *Quatorze calvinistes chez les topinambous — Histoire d'une mission genevoise au Brésil (1556 - 1558) — édition du Journal de Genève — 1957* (exemplar pertencente a Gilberto Ferrez). Discordando de Villegagnon, Filipe de Corguilleray com mais 14 companheiros, entre os quais Bourdon,

Bordel, Verneuil, Lafon, Jacques Leballeur, o senhor de Lachapelle, o senhor de Boissy, Richier e Jean de Léry, retiraram-se da ilha e se instalaram na *Briquetterie* onde aguardaram dois meses a vinda do navio *Jacques* (capitão Fariban de Rouen e piloto Martin Boudoun), onde embarcaram para voltar à França; partiram, com licença de Villegagnon, a 4 de janeiro de 1558; logo verificaram que o navio era velho e carcomido e fazia muita água; os cinco primeiros citados resolveram voltar ao Rio; continuaram a viagem os 10 restantes que, passando as piores agruras, conseguiram arribar com vida à enseada de Blavet, na Bretanha, em 26 de maio de 1558. Os cinco nomes que LÉRY não cita e que faltam para completar os dos 15 companheiros são: Gardien, David, Raviquet, Rousseau e Denis. Os senhores de Lachapelle e de Boissy eram huguenotes e tinham vindo com Villegagnon.

(31) — Estácio de Sá chegou ao Rio de Janeiro, com a missão de povoá-lo, no dia 6 de fevereiro de 1564, segundo Baltazar Lisboa; vinham em sua companhia, entre outros, o ouvidor-geral Brás Fragoso, homem de confiança de Men de Sá, Paulo Dias Adorno com sua galeota de 10 remos por banda, Duarte Martins Mourão, Belchior de Azeredo, Pedro da Costa, Francisco Dias Pinto, João Luís do Campo, Antônio da Costa, Cristóvão de Aguiar (o môço), Domingos Fernandes, com um caravelão de Ilhéus, e Martim Afonso Araribóia. A armada de Estácio de Sá compunha-se de 6 caravelas com o galeão *São João* e a nau *Santa Maria, a Nova*, da carreira da Índia, que era a capitânea; no Rio, tomaram uma nau francesa da qual Antônio da Costa foi feito capitão, por Estácio de Sá. O capitão-mor, logo que chegou, alojou-se na ilha de Villegagnon e mandou um navio pequeno (talvez a galeota de Paulo Adorno que tinha parentes em São Vicente) para avisar o padre Nóbrega e trazê-lo ao Rio. Nóbrega, acompanhado de Anchieta, partiu de São Vicente a 19 de março chegando à meia-noite do dia 31 desse mês, sexta-feira santa. A armada de Estácio de Sá zarpara dois dias antes, mas foi obrigada a arribar no dia 1.º de abril, por causa do tempo contrário reinante fora da barra; os dois jesuítas e tôda a tripulação celebraram a Páscoa com missa solene, rezada na ilha de Villegagnon; os tamoios já haviam queimado os alojamentos dos portugueses na ilha e desenterrado os mortos para lhes quebrarem as cabeças e, assim, tomarem novos nomes (vide nota XII de CAPISTRANO DE ABREU à *História Geral* de VARNHAGEN — tomo I — 4.ª edição, pág. 406). Só depois desses acontecimentos é que Estácio de Sá partiu para São Vicente a buscar refôrço.

(32) — A carta dirigida por Men de Sá ao rei de Portugal, datada do Rio de Janeiro, em 31 de março de 1560, é um documento que merece ser reproduzido porque os conceitos nela emitidos permitem caracterizar os aspectos positivos da personalidade do 3.º governador-geral. O *Instrumento dos serviços*, já citado, e outros documentos da época atestam que Men de Sá assumiu tôda a responsabilidade pelo ataque ao forte Coligny, contra a opinião de seus capitães e, principalmente, a do capitão-mor da armada, Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha, com quem teve sérios aborrecimentos. Eis a carta (*Anais da Biblioteca Nacional*, n.º 27, págs. 227 a 229) :

“Senhor — por outra via escrevo a Vossa Alteza o que me sucedeu na guerra que tive com o gentio do Peroaçu e com os franceses do Rio de Janeiro onde se achou Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha que veio por capitão-mor da armada e o fêz tão bem que merece mercê e os mais capitães e mais gente todos pelearam bem. A capitania da Bahia quando me de lá parti ficava muito de paz e o gentio todo muito sujeito e mais pacífico que nunca.

A cidade vai em muito crescimento e com estas terras que se agora sujeitaram se podia fazer um Reino só ao redor da Bahia; são boas em extremo para tudo que nelas quizerem fazer.

Os padres da Companhia escreveram a Vossa Alteza quanto a fé de nosso Senhor se estende pelo gentio da Bahia; parece que é chegado o tempo em que há por seu serviço que este gentio participe de tamanha mercê.

A doze do mês de novembro passado se batizaram em um dia na Igreja do Espírito Santo, que é sete léguas da cidade, quatrocentas e trinta e sete pessoas; muitas mais se batizariam cada dia; estes são os que sabem a doutrina melhor que muitos cristãos; em outras igrejas se batizaram e batizam outros muitos; há escolas de trezentos e sessenta moços que já sabem ler e escrever.

Eu tivera feitas muitas outras Igrejas se tivera com que; para isto pedia o poder perdoar as culpas que aconteceram depois da minha vinda para aplicar as penas a estas obras; porque as outras da justiça pelas leis do Reino são as mais (*vêzes?*) aplicadas aos cativos. Esta terra não se deve nem pode regular pelas leis e estilo do Reino; se Vossa Alteza não fôr muito fácil em perdoar não terá gente no Brasil e porque o eu ganhei de nôvo, desejo de se êle conservar. Os meios para isso necessários eu os escrevi a Vossa Alteza o ano passado e lhe lembrava quão necessário era pôr nestas capitánias capitães honrados e de boa consciência. Agora o vi quando corri a costa; Pôrto Seguro está para se despovoar por causa do capitão; os Ilhéus se lhe não acudira houvera-se de perder e houveram de matar o capitão; no Espírito Santo estão três filhos de Vasco Fernandes Coutinho, moços sem barbas e todos são capitães; os de São Vicente estão quase alevantados; se Vossa Alteza quer o Brasil povoado é necessário ter outra ordem nos capitães como já escrevi.

Em chegando à capitania do Espírito Santo achei uma carta de Vasco Fernandes Coutinho em que rogava ao ouvidor da capitania que em seu nome renunciasse a capitania e lhe mandava para isso procuração bastante: os moradores estavam já todos para se ir e quando isto souberam se foram a mim com as mulheres e os meninos pedindo que a tomasse para Vossa Alteza; assim o fiz como Vossa Alteza pode mandar ver por um auto que disso fiz, com parecer dos capitães; até o fazer saber a Vossa Alteza fi-lo (*para que*) se não perdesse uma tão boa capitania e pelo (*m*)uito que os padres da Companhia têm feito com o gentio; há muitos cristãos e bem doutrinados; a terra é boa, há nela muito brasil e bom; os armadores passados como souberem que é de Vossa Alteza tornarão a armar se lhes mandar falar nisso.

Não escrevi a Vossa Alteza particularmente as diligências que haviam de fazer os homens que mandava pedir para as vilas que fazia do gentio, por serem muitas; agora por menos despesa e pela necessidade que havia dêles, ordenei de fazer um meirinho dos do gentio em cada vila por que folgam êles muito com estas honras e contentam-se com pouco; com os vestirem cada ano e as mulheres uma camisa de algodão bastará e isto deve Vossa Alteza mandar que lhe dêem.

Também mandei fazer tronco em cada vila e pelourinho por lhes mostrar que têm tudo o que os cristãos têm e para o meirinho meter os moços no tronco quando fogem da escola e para outros casos leves; com autoridade (*de*) quem os ensina e reside na vila (*êles*) são muito contentes e recebem melhor o castigo que nós.

Os podêres que mandava pedir a Vossa Alteza pedi-os pela experiência que da terra tenho e por quão necessários são aos governadores; e deve-se Vossa Alteza lembrar que povoa esta terra de degradados malfeitores que os mais dêles mereciam a morte e que não têm outro officio senão urdir males; se o governador não tiver podêres largos na justiça para castigar e perdoar, é cá po(*uco*) necessário e o ouvidor fica com muito maior jurisdição e fazem o que querem e quando os mandam responder dizem que cabem na sua jurisdição ou alçada; aos oficiais da Câmara mostrei as determinações que se tomaram na Mesa da Consciência sôbre o resgatar do gentio e as mandei escrever no livro da Câmara; êles receberam isto muito mal porque não têm outros proveitos na terra; sôbre isso escrevem a Vossa Alteza; bem me parece a mim que se os da Consciência foram melhor informados que em algumas coisas foram mais largos. Eu trouxe um escrivão para escrever as provisões que passo e outras coisas muito necessárias que é impossível podê-las fazer por mim; não o pedi a Vossa Alteza parecendo-me que era isso ordinário como o teve Tomé de Sousa; até agora lhe não pagaram; peço a Vossa Alteza lhe mande pagar o tempo que há que me serve, assim como se pagou ao de Tomé de Sousa, por que lhe não pag(*ue*) de minha casa; os negócios do Brasil vão crescendo muito e havia mister um governador dois escrivães.

Peço a Vossa Alteza que em paga de meus serviços me mande ir para o Reino e mande vir outro governador porque afirmo a Vossa Alteza que não são (*sou?*) para esta terra; eu nela gasto muito mais do que tenho de ordenado; o que me pagam é em mercadorias que me não servem e eu fui sempre ter guerra e trabalhos onde hei de dar (*de co*)mer aos homens que vão pelear e morrer sem soldo (*nem ma*)ntimento porque o não há para lho dar. Sou velho, tenho filhos que andam desagasalhados; uma filha que estava no mosteiro de Santa Catarina, em Évora, mandou frei Luís de Granada que se saísse; não sei quanto serviço de Deus nem de Vossa Alteza foi deitar uma môça de um mosteiro na rua, sendo filha de quem o anda servindo no Brasil. Nosso Senhor a vida e real estado de Vossa Alteza acrescente. Do Rio de Janeiro o derradeiro dia de março.  
**Men de Sá."**

Tentou-se adaptar o texto antigo a uma linguagem mais acessível.

## RELAÇÕES DE INTEGRANTES DE ALGUMAS ARMADAS QUE VIERAM AO RIO DE JANEIRO

FRANÇA ANTÁRTICA — 1555 a 1560

NICOLAS DURAND DE VILLEGAGNON

André de Fontes (seria o André Lafon?) — ficou no Brasil, em São Vicente.

André Lafon — (seria o André de Fontes?)

André Thévet — cronista da expedição, até partir para a França, em 31-1-1556; franciscano.

Bois-le-Comte — comandante da expedição de refôrço, em 1557, no *Petite Roberge*.

Boissy (senhor de ...)

Du Pont (senhor de ...) — Filipe de Corguilleray.

Espine (senhor de Sainte Marie) — comandante do *Grande Roberge*.

Fariban (de Rouen) — capitão do *Jacques* (1558).

Filipe de Corguilleray, senhor de Dupont (ou Du Pont) — chefe dos 14 "genebrinos".

Francesas — vieram cinco, em 1557, acompanhadas por outra mais idosa; duas casaram-se com dois criados de Villegagnon; duas com dois intérpretes normandos; uma com Jean Cointa, era sobrinha de Laroquette, de Rouen, morto logo após a chegada de Jean de Léry, deixando grande quantidade de anzóis, facas e bugigangas para fazer trocas com os índios.

Goset (ou Gosset) — intérprete normando.

Guillaume Chartier — voltou à França, em 4-6-1557, com uma carta de Villegagnon.

Guillaume de la Porte (ou Laporte) — ficou no Brasil com o nome de Guilherme da Porta.

Índios — foram remetidos 10, entre 9 e 10 anos de idade, para a França, por Villegagnon; apresentados na Côrte de Henrique II.

Jacques Leballeur.

Jacques Rousseau.

Jean de Bordel — Villegagnon mandou matá-lo, em 1558.

Jean Cointa (senhor de Bolés) — ficou algum tempo no Brasil; ajudou Men de Sá na tomada do Rio de Janeiro, em 1560; foi processado pela Inquisição e, depois, desterrado para a Índia.

Jean Gardien — desenhista.

Jean Humbert — piloto do *Grande Roberge*.

Jean de Léry — cronista da expedição de 1557.

Jean de Meun — piloto de um dos navios de Bois-le-Comte.

Lachapelle (senhor de ...)

Laroche — marceneiro, severamente castigado por ordem de Villegagnon.

Laroquette — tio de uma francesa, vinda em 1557 e que se casou com Jean Cointa.

Marim Paris — ficou no Brasil e casou-se no Rio; foi um dos fundadores da cidade de São Sebastião.

Martin Boudoun — mestre do navio *Jacques*.

Martin David.

Mathieu De Launey — escreveu um livro atacando Léry.

Mathieu Verneuill — Villegagnon mandou matá-lo, em 1558.

Nicolas Barré — imediato de Villegagnon.

Nicolas Carneau — voltou à França, em 1-4-1557, com uma carta de Villegagnon, no *Rosée*.

Nicolas Denis — criado de Cointa, ficou no Brasil. (?)

Nicolas Raviquet.

Normandos — intérpretes já encontrados por Villegagnon, em 1555, alguns deles com mais de cinco anos de residência na baía de Guanabara. Em 1557, vieram alguns jovens para aprender o tupi.

Olivier Pinel — ficou no Brasil.

Pépin — mestre de um navio, chegado antes de Villegagnon.

Pierre de Villeneuve — ficou no Brasil com o nome de Pedro de Vilanova, em Pernambuco, depois de ir a S. Vicente.

Pierre Bourdon — Villegagnon mandou matá-lo, em 1558.

Pierre de la Fausille — intendente de Villegagnon.

Pierre Richier (ou Richer) — carmelita e doutor, em Paris, converteu-se ao calvinismo.

Quentin Ferdinand — ficou no Brasil com o nome de Cantim Fernandes.

Rosée (senhor de la ...) — comandante do *Rosée*.

Thoret.

## EXPEDIÇÃO DE 1560

### *MEN DE SÁ*

Afonso Martins Diabo

Antônio da Costa

Antônio Serrão

Bartolomeu de Vasconcelos da Cunha

Diogo de Matos

Estácio de Sá

Fernão Luís

Gaspar Lourenço

João de Araújo

João Cointa, senhor de Bolés (francês)

Luís da Costa

Luís Martins

Manuel Coutinho (pardo)

Manuel da Nóbrega

Martim Afonso Araribóia

Mestre Afonso

Pedro da Costa

Sebastião Álvares

FUNDADORES — 1565 até a chegada de Men de Sá, em 1567

### *ESTÁCIO DE SÁ*

Alexandre Dias — (1565)

André Fernandes — (1566)

Antônio da Costa — (1565)

Antônio Estêves — (1565)

Antônio de Lágea — (1565)

Antônio de Louzada — (1566)

Antônio de Marins (A. de Mariz, A. de Mariz Coutinho) — (1565)

Antônio Martins (seria o Antônio Marins?) — (1565)

Antônio de Oliveira — (1566)

Baltazar Machado — (1565)

Baltazar de Moraes

Bartolomeu Fernandes — (1565)

Bautista Fernandes — (1566)  
Belchior de Azeredo (Melchior de Azevedo) — (1565)  
Brás Fragoso — (1565)  
Brás Pereira  
Brás Rodrigues  
  
Cristóvão de Aguiar, o môço  
Cristóvão de Barros — (1566) — (?)  
Cristóvão Monteiro — (1565)  
  
Diogo de Braga  
Diogo Martines (Castelhano) — (1565)  
Diogo Martins (seria o Diogo Martines?)  
Diogo de Oliveira — (1566)  
Diogo Prêto — (1565)  
Diogo da Rocha — (1565)  
Domingos de Braga  
Domingos Dias — (1566)  
Domingos Fernandes  
Domingos Luís  
Duarte Martins Mourão — (1565)  
  
Estêvão Peres — (?)  
Estêvão Rapôso  
  
Fernão Baldez (ou Valdez) — (1566)  
Fernão da Silva — (?)  
Francisco de Araújo — (1566)  
Francisco Dias Pinto — (1566)  
Francisco Fernandes, o velho  
Francisco Fernandes, o môço  
Francisco Martins  
Francisco de Meira — (1566)  
Francisco Mendes — (1566)  
Francisco Velho (seria o Francisco Fernandes, o velho?)  
  
Gaspar de Figueiredo  
Gaspar Rodrigues de Góes  
Gaspar Rodrigues de Moura  
Gaspar Vaz — (1566)  
Gomes Enes — (1566)  
Gonçalo de Oliveira — (1565)  
Gonçalves Jorge — (1565)  
  
Inácio de Bulhões — (1565)  
  
Jácome Dórea — (1565)  
Jácome Lopes — (1565)  
Jácome Pinheiro — (1565)  
Jerônimo Fernandes — (1565)

João de Andrade — (1565)  
João Brás — (?)  
João Dias — (1566)  
João Gonçalves de Aguiar — (1566)  
João Luís do Campo — (1565)  
João Miguel — (1565)  
João Pires — (1565)  
João Prossé (ou Prosse) — (1565)  
João Rodrigues — (1565)  
Jorge Ferreira  
José Adôrno — (1565)  
José de Anchieta — (1565)  
  
... Leão Ferreira (?) — (1566)  
Luís de Almeida  
Luís de Góes — (1565)  
  
Manuel de Brito — (1566)  
Manuel Veloso (de Espinola) — (1565)  
Maria Brás — (?)  
Marim Paris (ou Marin; francês) — (1565)  
Martim Afonso Arariboia — (1565)  
Mateus Fernandes — (1566)  
Mestre Vasco — (1565)  
Miguel Ferrão — (1566)  
  
Paulo Dias Adôrno — (1565)  
Pedro de Burgos — (1565)  
Pedro da Costa — (1565)  
Pedro Fernandes — (1565)  
Pedro Gomes  
Pedro Martins Namorado — (1565)  
Pedro Rodrigues (ou Pedro Roiz) — (1565)  
  
Rui Gonçalves — (?)  
  
Simão da Mota (ou Jorge da Mota) — (1565)  
  
... Vales — (1566)  
Vasco (vide Mestre Vasco)  
Vicente Rodrigues

#### EXPEDIÇÃO DE 1567

#### MEN DE SA

Antônio da Rocha  
Antônio Rodrigues  
Baltazar Fernandes

Clemente Peres (ou Pires) Ferreira  
Cristóvão de Barros

Diogo de Matos

Estêvão Peres

Gaspar Barbosa  
Gaspar Fernandes

Inácio de Azevedo

João da Silveira  
José de Anchieta  
Julião Rangel

Luís da Costa  
Luís da Grã  
Luís d'Armas

Manuel Gomes

Pedro Leitão

Rui Gonçalves

Salvador Correia de Sá

Vicente Monteiro (?)

RELAÇÃO DE ALGUNS MORADORES (PERMANENTES OU  
TEMPORÁRIOS) NOS ANOS DE 1567 A 1570, EXCLUÍDOS OS  
NOMES DE FUNDADORES, DE ACÓRDO COM AS DATAS EM  
QUE SEUS RESPECTIVOS NOMES FIGURAM  
NOS DOCUMENTOS CONSULTADOS

1567

Afonso de Albuquerque

André de Braga

André de Leão

Antônio Fernandes (seria o Antônio Fernandes Gago?)

Antônio Prêto

Antônio Roiz Parreira (seria o Antônio Rodrigues Pereira?)

Antônio de São Paio (ou Sampaio)

Antônio da Silveira

Baltazar Fernandes

Baltazar Lourenço

Bastião Lourenço

Bastião Rodrigues

Brás (seria o Brás Luís?)

Brás Luís

Domingos Rodrigues

Enes (seria o Gomes Enes?)

Francisco Antunes

Francisco da Costa

Gaspar (sobrinho de Francisco da Costa)

Gaspar Barbosa — chegou ao Rio com Men de Sá e foi morto dois dias  
depois, no combate do Uruçumirim.

Gaspar Fernandes

Gaspar Lourenço

Gaspar de Tôrres

Gomes Marques

Gonçalo Guterres

Inácio de Azevedo

Jerônima Rodrigues  
João Carrasco  
João Fernandes  
João de São João  
João da Silveira  
Julião Rangel

Luis d'Armas  
Luis da Grã

Manuel da Costa  
Manuel Fernandes  
Manuel Gomes  
Manuel Gonçalves  
Manuel da Nóbrega  
Marcos de Veneza  
Maria Barbosa  
Miguel de Moura

Nicolau Rodrigues  
Nuno Gracia (ou Garcia)

Paulo Ferreira  
Pedro Leitão

Salvador Correia de Sá  
Sancho de Rabelo  
Simão Barriga  
Simão Falcão  
Simão Gonçalves

Tomé Rodrigues

1568

Aires Fernandes (seria o Aires Fernandes Vitória?)  
Ambrósio Gonçalves  
Antônio da Fonseca  
Antônio de França  
Antônio Monteiro  
Antônio de São Pedro

Baltazar da Costa  
Bartolomeu Antunes  
Bastião Barriga  
Brás Cubas

Cristóvão Zuzarte

Eleodoro Eobano (Heleodoro Eoban, Eliodoro Ébanos, etc.)  
Eliseu Monteiro

Francisco de Barbudo

Gaspar Dias Porcalho  
Gonçalo Gil

João de Oliveira  
João Quasilha

Manuel Freire  
Manuel Machado  
Maria Fernandes

Pedro Cubas

1569

Aires Fernandes Vitória (seria o Aires Fernandes?)  
Amador Pires Francisco  
Ana Rodrigues  
Antônio, índio fôrro  
Antônio Dias (seria o Antônio Dias Lôbo?)  
Antônio Fernandes Gago (seria o Antônio Fernandes?)  
Antônio Franco  
Antônio Rodrigues Pereira (seria o Antônio Roiz Parreira?)

Brás Azedo (Azeredo ou Azevedo?)

Catarina Gomes

Duarte Martins (seria o Duarte Martins Mourão?)

Gonçalo Denis

João, mancebo de Lara  
João da Fonseca  
João de Morgado

Lourenço Fernandes  
Luis Gonçalves de Almeida (seria o Luis de Almeida?)

Mateus Nunes

Rodrigo Velho

Vasco Lourenço  
Vicente Monteiro ( )  
Vitória — degredada por dez anos

1570

Ana Dias  
André Cardoso  
Antônio Dias Lôbo  
Antônio Rodrigues de Almeida

Baltazar Travassos

Domingos Alemão  
Domingos de Paiva

escravo de João de São João

Francisco Fernandes da Costa

Gonçalo de Aguiar  
Guimar Fernandes (sexo feminino)

Juliana Martins

... Lopes (?)  
Lourenço Carrasco  
Lourenço Martins

Manuel Pereira (?)  
Miguel Rodrigues

Nicolau ... (seria o Nicolau Mendes de Crasto?)  
Nicolau Mendes de Crasto (N. Mendes e N. Mendes de Castro)

Pedro Luís

Sancho ... (seria o Sancho de Rabelo?)

Tomé de Alvarenga

RESUMO, NA ORDEM CRONOLÓGICA, DOS ATOS ADMINISTRATIVOS, ANTERIORES A 18 DE JANEIRO DE 1567, REGISTRADOS NOS LIVROS DE ORDENS E PROVISÕES REAIS (OPR) E NO LIVRO DO TOMBO DAS TERRAS DA CIDADE DE SÃO SEBASTIAO DO RIO DE JANEIRO (LT). Ver nota (5)

1 — 1-7-1565 (LT, 33)

— Estácio de Sá faz doação à Companhia de Jesus de uma sesmaria cuja testada “havia de principiari do nascimento do rio Iguaçu até o mar ou desemboque do mesmo rio na água salgada, e daí até a Tapera de Inhaúma pelo rumo de noroeste e para o sertão pelo de sudoeste, com duas léguas”. *O original da doação não dá a dimensão da testada.*

NOTA — Monsenhor PIZARRO, na *Relação* das sesmarias que publicou na *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXIII, parte I, 1901, pág. 93 a 153, abreviado neste Resumo como PIZ-RT LXIII, dá o registro da sesmaria da Companhia de Jesus no Livro 1.º, em 21/11/1565, com a seguinte ementa: “terras de uma água que poderá estar desta cidade légua e meia a qual se chama Iguaçu até uma tapera que se chama Inhaúma”. Essa doação de Estácio de Sá foi confirmada por Men de Sá, em 30-8-1567, tendo em vista a provisão real de 28-11-1566, onde existe referência expressa à *cidade de São Sebastião* (*Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, n.º 264, pág. 340). A sesmaria da Companhia de Jesus será estudada com mais detalhes na Segunda Parte do presente trabalho. Essa sesmaria foi confirmada novamente por Men de Sá em 2-10-1568, em decorrência de recomendação a êle dirigida pelo Rei de Portugal, em carta de 11-11-1567, relativa à confirmação de tôdas as sesmarias dos jesuítas, em geral (OPR, 1.º, 49). Ver item 4 dêste “Resumo”, sôbre a confirmação da sesmaria da cidade de São Sebastião, em 18-8-1567, por Men de Sá. A Companhia de Jesus só tomou posse de sua sesmaria em 15-12-1567; a posse da sesmaria da cidade foi efetivada em 24-7-1565, cerca de dois anos e meio antes (ver item 5 dêste “Resumo”).

2 — 11-7-1565 (OPR, 1.º, 14 v.) (Reg. 16-3-1567)

— Estácio de Sá faz doação a Pedro Rodrigues de uma ilha defronte a Meresgitiba. Pedro Rodrigues se diz morador nesta “fortaleza de São Sebastião do Rio de Janeiro”. A carta de sesmaria, lavrada em 6-9-1565 por Pedro da Costa (“escrivão das sesmarias desta dita cidade de São Sebastião” — ver itens 6 e 8 dêste “Resumo”) prevê, entre outras condições, o pagamento de mil réis para as obras do “Concelho desta dita cidade” caso o sesmeiro não aproveite a ilha dentro de três anos.

NOTA — Meresgitiba é o morro de São Bento atual e a ilha é a das Cobras, antiga ilha da Madeira.

3 — 13-7-1565 (OPR, 1.º, 14 v.) — (Reg. 16-3-1567)

— Estácio de Sá faz doação a Pedro Rodrigues de uma terra na costa de Piragepe com 600 braças ao longo do mar e 800 braças pela terra dentro; Pedro Rodrigues declara-se morador na “cidade de São Sebastião” ou “do Rio de Janeiro”.

NOTA — A carta lavrada por Pedro da Costa, em 6-9-1565, dá o nome de Pina Sape, em vez de Piragepe, por êrro de transcrição; com êste último nome consta o registro no Livro 1.º de Sesmarias, na mesma data de 6-9-1565: “Pedro Roiz — 600 braças ao longo do mar e 800 pela terra ao longo da costa de Piragepe correndo ao nordeste ao longo da baía” (PIZ-RT LXIII).

4 — 16-7-1565 (LT, 5)

— Estácio de Sá faz doação aos “moradores e situadores que ajudaram a situar esta dita cidade” (de São Sebastião do Rio de Janeiro) de terras “para pastos de gados e para rocio do Concelho”. Declarava o despacho do capitão-mor “que vista petição ser justa dava aos suplicantes para pastos e rocios desta cidade, que ora edificada tinha em nome de el-Rei nosso Senhor e por seu mandado e do seu Governador-geral Men de Sá, lhe dava uma légua e meia de terra, começando da casa da pedra ao longo da Baía até onde se acabar, e para o sertão o mesmo, e que virá saindo a Costa do Mar Brabo, e Gávea, como em sua petição diziam”. Pedro Fernandes seria o escrivão da carta.

NOTA — A sesmaria da cidade de São Sebastião deve ter sido registrada no primeiro livro que se perdeu (5) ou no 2.º livro das sesmarias, já desaparecido em 1796, quando Monsenhor PIZARRO fêz

suas pesquisas. Esta última afirmativa se infere da declaração do Procurador da Câmara, em 1754, apontando o ano de 1567 como o da concessão da sesmaria da cidade. O Livro 1.º das Sesmarias termina na data de 11-11-1566 e o Livro 3.º começa em 24-9-1567. Neste último livro está registrada, com a data de 10-10-1567, a seguinte doação: “O Povo e moradores desta cidade 4.500 braças em quadra para rocio e pastos de gado correndo direito ao longo da costa e 6.000 para o sertão, e mais seis léguas de terra em quadra” (PIZ-RT LXIII). A sesmaria da cidade, doada por Estácio de Sá, foi confirmada e ampliada por Men de Sá em 18 de agosto de 1567 (4); é dessa confirmação e ampliação o registro feito no Livro 3.º das sesmarias (LT, 5 a 7). O despacho do governador-geral é o seguinte: “Vista a dada de Estácio de Sá, que Deus tem, e como deu de terra a esta cidade légua e meia de quadra para rocio e pastos de gados, lha confirmo, a qual légua e meia correrá direita ao longo da costa e duas léguas para o sertão, e lhe dou mais seis léguas de termo em quadra, e lhe farão disso carta em forma”. Antes do despacho de Men de Sá, está transcrita no Livro do Tombo (LT, 6) uma explanação mais detalhada da área da sesmaria, onde se declara que a “légua e meia se começará de medir da dita casa de pedra, que está na Carioca ao longo da água salgada, cortando direito pelo rumo da agulha, caminho de Nornoroeste ao longo da costa e água salgada, como dito é”. Essa explanação pode ser um registro de palavras de Men de Sá, feita por Pedro da Costa ou por Diogo de Oliveira, escrivão das sesmarias e da Câmara, respectivamente; pode ter sido introduzida, como acha COSTA FERREIRA, por conta própria de Diogo de Oliveira; um fato, porém, não pode ser objeto de dúvidas, qual seja o de ser posterior à explanação em foco o despacho do governador-geral Men de Sá. A petição dos moradores que provocou a confirmação de Men de Sá inicia-se assim: “Dizem o Povo, e moradores desta cidade de São Sebastião, que ora vossa Senhoria novamente situou”, (...). A confirmação da sesmaria da cidade é anterior à da sesmaria da Companhia de Jesus (ver item 1 dêste “Resumo”). O estudo detalhado da demarcação da sesmaria patrimonial da cidade constitui a Segunda Parte do presente trabalho.

5 — 24-7-1565 (LT, 6)

— Estácio de Sá, em companhia da maior parte dos moradores e povoadores da cidade, transporta-se para a “banda d’além donde se chama a Carioca, que era termo desta cidade” e manda ao meirinho Antônio Martins que imita na posse das terras da sesmaria a João Prosse (ou Prossé) constituído em Procurador da cidade, para essa finalidade. João Prossé

tomou posse da sesmária da cidade “em nome de todos os moradores e povoadores, assim dos que agora eram, como dos que ao diante fôsem”. O termo respectivo foi lavrado por Pedro da Costa em 26-10-1565.

NOTA — A casa de pedra estava localizada perto da Sapocaitoba (atual morro da Viúva), no fim da praia da Carioca (da Aguada dos Marinheiros, de Sebastião Gonçalves, do Sapateiro e atual do Flamengo).

6 — 6-9-1565 (OPR, 1.º, 14 v.)

— Pedro da Costa (cuja nomeação, anterior a esta data, não consta registrada) exercia o ofício de “tabelião do público e judicial por el-Rei nosso Senhor Escrivão das sesmarias desta dita cidade de São Sebastião e seus termos, por provisão do dito Senhor Capitão-mor” (Estácio de Sá); nessa qualidade, passou as certidões das cartas de doação de terras que Estácio de Sá, “capitão da cidade de São Sebastião”, fez a Pedro Rodrigues (ou Pero Roiz) em 11 e 13 de julho de 1565.

NOTA — Ver item 2 dêste “Resumo”. O registro de sesmarias no Livro 1.º começa em 1-9-1565. Pedro da Costa foi nomeado “tabelião das notas e escrivão das sesmarias” em 20-9-1565, por Men de Sá (ver item 8 dêste “Resumo”).

7 — 18-9-1565 (OPR, 1.º, ind.)

— Men de Sá nomeia Francisco Dias Pinto para “alcaide-mor desta cidade”.

NOTA — A provisão foi dada na cidade do Salvador mas refere-se à cidade de São Sebastião. Men de Sá, em 15-8-1567, renovou esta provisão (OPR, 1.º, 24) declarando textualmente: “Francisco Dias Pinto” (...) “que o mandei na companhia do capitão-mor Estácio de Sá a povoar e edificar a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro” (...). Não se conhece o texto exato da provisão de 18-9-1565, cuja indicação é extraída do índice do chamado *Livro Primeiro de Ordens e Provisões Reais*.

8 — 20-9-1565 (OPR, 1.º, 7 v.) (Reg. 16-9-1566)

— Men de Sá nomeia Pedro da Costa para “tabelião de notas e escrivão das sesmarias” da cidade de São Sebastião. A provisão foi dada na cidade do Salvador e nela se declara que Pedro da Costa “largará o ofício de público e judicial que por minha” (de Men de Sá) “provisão serve”; esta última provisão citada não consta registrada nos livros existentes. O início

da provisão de 20-9-1565 é o seguinte: “Men de Sá do Conselho de el-Rei nosso Senhor, Capitão da cidade do Salvador da baía de Todos os Santos, e Governador-geral em tôdas as mais Capitanias e terras de tôda a Costa do Brasil, pelo dito Senhor &.ª Faço saber aos que esta minha provisão fôr mostrada, e o conhecimento dela com direito pertencer, que havendo respeito a Pedro da Costa se achar comigo na tomada do Rio de Janeiro e o fazer de sua pessoa mui valentemente assim no *edifícamento da cidade de São Sebastião que o capitão-mor Estácio de Sá fez no dito Rio de Janeiro* e o fazer mui animosamente” (...).

NOTA — O governador-geral Men de Sá reconhecia, um ano e quatro meses antes de sua segunda vinda ao Rio, que a cidade de São Sebastião havia sido feita por Estácio de Sá. A “tomada do Rio de Janeiro” referida no documento é a de 1560. Há dois erros de transcrição do texto do documento original: — o nome do “escrivão” é João Luís do Campo em vez de João Luís de Araújo e o ano do registro no livro é 1566 em vez de 1567.

9 — 2-12-1565 (OPR, 1.º, 12 v.) (Reg. 30-11-1566)

— Men de Sá nomeia Miguel Ferrão para “tabelião do público e judicial” da cidade de São Sebastião, porque Pedro da Costa, anterior titular, renunciara ao ofício. Provisão dada na cidade do Salvador. Estácio de Sá exarou o “cumpra-se” na provisão.

10 — 3-9-1566 (OPR, 1.º, ind.) (lavrado no L.º)

— Estácio de Sá dá posse a Francisco Dias Pinto no cargo de “alcaide-mor desta cidade”.

NOTA — Indicação do índice do chamado *Livro Primeiro de Ordens e Provisões Reais* (5) (ver item 7 dêste “Resumo”). Baltazar da Silva Lisboa (*Anais do Rio de Janeiro*, vol. 1, 1941, pág. 27), descreve a solenidade da posse, baseado no documento, onde Estácio de Sá se declara “capitão da cidade de São Sebastião” e, como tal, é reconhecido pelo alcaide-mor, “em nome de sua Alteza, cuja cidade e fortaleza era”.

11 — 4-9-1566 (OPR, 2.º, 4) (lavrado no L.º)

— Estácio de Sá dá posse a João Prossé do cargo de “almotacé” para o qual fôra eleito. Termo lavrado no “*Livro das notas da Câmara da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*” e assinado por Estácio de Sá (capitão-

mor), Francisco Dias Pinto (alcaide-mor), João Prossé (almotacé, eleito), Pedro Martins Namorado (juiz ordinário) e Pedro da Costa (tabelião).

NOTA — A eleição pressupõe a existência da Câmara em funcionamento.

12 — 9-9-1566 (OPR, 1.º, ind.)

— Estácio de Sá assina a provisão para que o juiz (Pedro Martins Namorado, cuja nomeação não consta registrada nos livros existentes) “não entendesse dos casos que fôsem feitos antes dela passada”.

NOTA — Baltazar da Silva Lisboa, nos *Anais* citados, dá detalhes desta provisão.

13 — 13-9-1566 (OPR, 1.º, 8 v.) (Reg. 26-9-1566)

— Estácio de Sá nomeia Francisco Fernandes para “alcaide e carcereiro” (alcaide pequeno) da *cidade de São Sebastião*. Francisco Fernandes prestou juramento em 26-9-1566, com o termo lavrado diretamente no livro, onde está transcrita a provisão de nomeação.

14 — 16-9-1566 (OPR, 1.º, 9 v.) (Reg. 16-9-1566)

— Estácio de Sá nomeia Gaspar Rodrigues de Góes para “tabelião do judicial” de cujo ofício havia desistido Pedro da Costa. Provisão dada na *cidade de São Sebastião*. Gaspar Rodrigues de Góes prestou juramento e fiança no mesmo dia (ver itens 17 e 18 dêste “Resumo”).

15 — 16-9-1566 (OPR, 2.º, 5) (lavrado no L.º)

— Estácio de Sá assina o termo pelo qual Pedro da Costa desiste do ofício de “tabelião do judicial” e toma posse do ofício de “tabelião das notas e escrivão das dadas” (sesmarias) da *cidade de São Sebastião*. Pelo juiz Pedro Martins Namorado foi dado juramento a Pedro da Costa. O termo foi lavrado por João Luís do Campo, “escrivão da armada e feitoria”, “por em esta cidade não haver ao presente Tabelião para o poder fazer”.

NOTA — Pedro da Costa deveria ter desistido do ofício de “tabelião do público e do judicial” conforme determinara Men de Sá na provisão indicada no item 8 dêste “Resumo”. A declaração de João Luís do Campo deve ser devida ao fato de Pedro da Costa não poder lavar o termo por ser parte interessada e estar impedido.

16 — 16-9-1566 (OPR, 2.º, 6) (lavrado no L.º)

— Termo de fiança de Pedro da Costa para servir o ofício de “tabelião das notas e escrivão das dadas”. Foi fiador Manuel de Brito, morador em Lisboa e “*ora estante nesta cidade*” de São Sebastião do Rio de Janeiro. O escrivão do termo, João Luís do Campo, morava em uma “gorita de Sua Alteza” onde estava o juiz Pedro Martins Namorado.

NOTA — Tudo indica que essa guarita fôsse a casa de pedra situada no fim da praia da Carioca e doada por Estácio de Sá a Pedro Martins Namorado e “outro”, em 5 de novembro de 1566 (PIZ-RT LXIII) (LT, 18). É lícito supor-se que os denominados *Livro Primeiro* e *Livro Segundo* (5) coexistiram, um dêles na “cidade velha” do Cara de Cão e o outro, talvez, na Carioca, porque há registros diferentes, mas da mesma data, lavrados em ambos os livros em causa (ver itens 14 e 18 dêste “Resumo”).

17 — 16-9-1566 (OPR, 2.º, 7) (lavrado no L.º)

— Termo de fiança de Gaspar Rodrigues de Góes para servir como “tabelião do judicial”, lavrado na *cidade de São Sebastião, de que é Capitão Estácio de Sá*. Baltazar de Moraes foi o fiador.

18 — 16-9-1566 (OPR, 2.º, 7) (lavrado no L.º)

— Termo de posse de Gaspar Rodrigues de Góes para servir como “tabelião do judicial”, lavrado na *cidade de São Sebastião* do Rio de Janeiro, “em a gorita del Rei nosso Senhor” (ver nota ao item 16 dêste “resumo”).

19 — 19-10-1566 (OPR, 1.º, 8) (Reg. 19-10-1566)

— Estácio de Sá nomeia Bautista Fernandes para “porteiro e pregoeiro” da *cidade de São Sebastião* “e assim da Câmara”. A mesma provisão nomeia Bautista Fernandes “porteiro dos órfãos”. Bautista Fernandes tomou posse do cargo e prestou juramento no mesmo dia.

20 — 29-10-1566 (OPR, 1.º, 57) (Reg. 31-10-1566)

— Estácio de Sá concede um alvará de fiança a Mestre Vasco que, agredido a pau por Pedro Gomes, revidara com duas pedradas e duas flechadas; dado na *cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro*. Francisco Martins foi o fiador, abonado por Miguel Ferrão, sendo testemunhas Leão Ferreira

e Valles (os dois nomes estão truncados pela deterioração da fôlha do livro original). Salvador Correia de Sá, por ato registrado em 10-9-1568, desobrigou os fiadores e condenou Mestre Vasco a dois anos de degrêdo nesta cidade de São Sebastião (1).

21 — 30-10-1566 (OPR, 1.º, 53) (Reg. 31-10-1566)

— Estácio de Sá concede um alvará de fiança a Gaspar Rodrigues de Moura que agredira o alcaide Francisco Fernandes. O alvará foi apresentado para registro por Francisco Martins. Brás Rodrigues Taipeiro, Luís de Almeida e Diogo de Oliveira foram os fiadores e o ato foi testemunhado por Estêvão Raposo e Baltazar de Moraes. Alvará dado na cidade de São Sebastião. Salvador Correia de Sá, por ato registrado em 11-9-1568, "livrou" Gaspar Rodrigues de Moura e desobrigou os fiadores.

22 — 30-10-1566 (OPR, 2.º, 9) (lavrado no L.º)

— Têrmo de posse de Miguel Ferrão como "tabelião do público e judicial" da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Miguel Ferrão apresentou o alvará de nomeação assinado pelo governador-geral Men de Sá (ver item 9 dêste "Resumo") contendo "um despacho do capitão-mor Estácio de Sá pelo qual mandava que se cumprisse" o citado alvará.

NOTA — Esse despacho mostra que Estácio de Sá exercia realmente o cargo de "capitão da cidade de São Sebastião".

23 — 30-10-1566 (OPR, 2.º, 9) (lavrado no L.º)

— Têrmo de fiança de Miguel Ferrão para servir como "tabelião do público e judicial" da cidade de São Sebastião. Foi fiador Antônio Estêves, ferreiro, morador em São Vicente e "ora estante nesta cidade".

NOTA.— Ver itens 9 e 22 dêste "Resumo".

24 — 6-11-1566 (OPR, 2.º, 38) (Reg. 28-8-1569)

— Estácio de Sá designa Pedro da Costa para guarda do "sêlo das armas da cidade" de São Sebastião, para com êle selar "tôdas as coisas que diretamente pertencerem ser seladas".

NOTA — Esta provisão de Estácio de Sá foi confirmada por Men de Sá, em 5-4-1567, e por Salvador Corrêa de Sá, em 27-8-1569. Este documento prova claramente que a cidade de São Sebastião já tinha existência reconhecida, possuindo sêlo de armas próprio,

antes da segunda chegada de Men de Sá ao Rio de Janeiro, em 18-1-1567; o sêlo das armas não foi alterado e a sua guarda continuou confiada a Pedro da Costa por Men de Sá e Salvador Correia de Sá, mantendo o ato do primeiro "capitão da cidade de São Sebastião", Estácio de Sá.

25 — 14-11-1566 — (OPR, 2.º, 38) (Reg. 28-8-1569)

— Pedro da Costa presta o juramento de "bem e verdadeiramente" servir o cargo de ter "o sêlo das armas da cidade de São Sebastião".

RELAÇÃO DAS SESMARIAS DA CAPITANIA DO RIO DE JANEIRO. EXTRAÍDA DOS LIVROS DE SESMARIAS E REGISTROS DO CARTÓRIO DO TABELIÃO ANTÔNIO TEIXEIRA DE CARVALHO. DE 1565 A 1796. FEITA POR MONSENHOR JOSÉ PIZARRO DE SOUSA AZEVEDO E ARAÚJO (*sic*)

(Reprodução parcial do texto da *Revista Trimensal do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro* — Tomo LXIII — Parte I — 1901 — pág. 93 a 96 — onde figura a seguinte nota da Redação: “Foi conservada a ortografia original, conforme foi encontrada pelo Monsenhor PIZARRO, nos diversos livros de notas escriturados sucessivamente, por vários tabeliães”).

*Livro 1.º*

1565 — 1566

Braz Pereira — 700 braças ao longo do mar e 1.000 pela terra dentro indo para Pernagua em Setembro 1565.

Jacome Pinheiro 600 braças ao longo dagoa e 800 para o certão na praia grande defronte da Lage em 1.º de Setembro do dicto anno.

Christovão Monteiro e José Adorno 300 braças, e 600 pela terra dentro da banda da Carioca em 7 de Setembro do dicto anno.

Outra dos mesmos 400 braças ao longo do mar e 600 pela terra dentro da banda dalem defronte desta cidade, de Piratinim em 4 de Setembro.

Pedro Martins Namorado e José Adorno a este 3.000 braças e 4.500 para o certão e á aquelle 1.500 em quadra da banda de Cabo Frio uma agoa que se chama quarihy até Birapitinga em 5 de setembro de 1565.

Cristovão Monteiro. 1.500 braças e 3.000 pela terra dentro em Pernaguá no Rio Iguassú em 5 de Setembro.

Antônio da Costa 700 braças ao longo do mar e 1.000 pela terra dentro na Tapera de Inhaúma em 5 de Setembro.

João Pires 600 braças e 800 pela terra dentro ao longo da costa de Biragepe em 6 de Setembro.

Pedro Roiz — 600 braças ao longo do mar e 800 pela terra ao longo da Costa de Piragepe correndo ao Nordeste ao longo da Bahia em 6 de Setembro de 1565. Gaspar de Figueredo Bombardeiro 300 braças além

da cidade. Diogo de Braga o Caminho de Peratinim pela enseada de Cabo Frio em 6 de Setembro do dito anno.

Antônio Esteves 600 braças ao longo dagoa e 600 para o Certão em gauasú correndo para Pernaguá em 7 de Setembro.

Pedro de Burgos e Marin Paris 600 braças da banda da lém desta Fortaleza comessando da data de Diogo de Braga correndo a Quariu em Setembro dito anno.

Gonçalves Jorge 600 braças ao longo do mar e 800 pela terra dentro de Piraguanapam para o Norte em 7 de Setembro dito anno. Diogo da Rocha 800 braças ao longo do mar e 1.200 pela terra dentro ao longo deste Rio para a parte de Inbú em 7 de Setembro de 1565.

Simão da Motta 600 braças ao longo dagoa e 1.000 pela terra dentro no Rio de Magepe em 7 de Setembro dito.

João Rodrigues 500 pelo longo da Costa de Piragepe e 100 pela terra dentro partindo com João Pires em 7 de Setembro de 1565. Luiz de Góes 300 braças ao longo do mar, e 500 pela terra dentro em o Rio Iguoasu em 10 de Setembro de 1565. Jacomes Lopes e Jacome Dorea 600 braças e 800 pela terra dentro no rio Corumuri da banda do Cabo Frio e mais 100 braças da banda da Carioca em 10 de Setembro dito. Bartholometu Fernandes, Marin Paris 1.000 braças e 1.500 pela terra dentro comessando de Curumure e mais 150 braças e 300 para o certão partindo com o José Adorno e Christovão Monteiro em 10 de Setembro 1565.

Alexandre Dias — Ilha a que chamão Aguapituba em 10 de Setembro dito anno. Ignacio de Bulhoens 400 braças ao longo dagoa, 800 pelo Sertão em Sorehy e Ilha Paquata em 10 de Setembro de 1565.

Diogo Preto 300 braças ao longo dagoa e ribeira e 400 pela terra dentro da banda de Pénagua partindo com Braz Pereira em 10 de Setembro dito anno.

Outra do mesmo — 300 braças ao longo dagoa e 600 pela terra dentro na Costa de Piragepe correndo de Pernagua partindo com Braz Pereira em 11 de Setembro de 1565.

Pedro Martins Namorado e hum outro a casa da banda da Ribeira da Carioca em 5 de Novembro 1565.

Balthazar Machado 500 braças de terra ao longo do mar na costa de Piragepe partindo com Jeronimo Fernandes em 6 de Novembro 1565.

Ignacio de Bulhoens 700 braças ao longo dagoa e 400 pela terra dentro na Ilha do Gato onde se chama gequeaaasuum, e a Ilha Petiriba de frente das ditas terras em 6 de Novembro 1565.

Estevão Raposo 400 braças ao longo do mar e 600 para o Certão na costa de Piragepe em 21 de Novembro 1565.

Os Padres da Companhia de Jezus — terras de uma agoa que podera estar desta cidade Legoa e meia a qual se chama Igoassu até uma tapera que se chama inhauna em 21 de Novembro 1565.

Matheos Fernandes 400 braças ao longo do mar e 700 pela terra dentro na Costa de Piragepe em 2 de Janeiro de 1566.

Diogo de Oliveira 500 braças e 600 pela terra dentro em Igoaguasu que parte com Christovão Monteiro em 24 de Janeiro 1566.

Antonio de Oliveira 400 braças ao longo do mar e 600 pela terra dentro partindo com seu Irmão Diogo de Oliveira em 23 de Janeiro dito.

Diogo e Antônio de Oliveira Irmãos 700 braças ao longo do mar e 1.500 para o Certão em Itiuna partindo com Luiz de Goes Vindo para hum Rio a que chamão Beretihy em 25 de Janeiro.

João Gonçalves de Aguiar 3.000 braças ao longo do mar e 6.000 pela terra dentro em Magepê em 28 de Janeiro 1566.

Francisco de Araújo 300 braças ao longo da Bahia e 600 pela terra dentro no Pernagua partindo com Diogo Preto em 12 de Fevereiro dito.

Gaspar Vaz 300 braças ao longo dagoa e 500 pela terra dentro da cabeceira de Gomes Zeenes correndo a enseada da Piraquanopam em 18 de março de 1566.

Francisco Mendes 500 braças ao longo do mar e 700 para o certão em Ibiuna para Iguacú em 19 de março de 1566.

Manoel de Britto 1.000 braças de largo e 1.500 da borda do Rio para o pe da Gavêa na Tijuga, e a Ilha que está na bocca da barra em 25 de abril 1566.

Alexandre Dias e seu filho João Dias 500 braças ao longo do mar e 700 para o certão da barra do Rio de Jabiburaqua para o norte até Piraquanopam em 11 de Julho 1566.

Jacome Pinheiro 1.000 braças e 1.200 para o certão da Peasaba d'aldea de Tambey athé o piasaba de uratimbú em 16 de Julho 1566.

André Fernandes 400 braças e 600 para o certão em Itiuna correndo a arobay em 8 de Outubro 1566.

João Miguel 600 braças ao longo do mar e 700 para o certão em Tiuna comessando da data de André Fernandes em 12 de Outubro 1566.

Christovão de Barros 4.500 braças ao longo daugoa e 7.500 braças para o certão em magepe em 12 de Outubro de 1566.

Domingos Dias 400 braças e 600 para o certão ao longo da Costa da Bahia de Piragepe em 21 de Outubro 1566.

Domingos Dias 400 braças e 300 para o certão ao longo da Bahia comessando do Rio Iguassu em 21 de Outubro de 1566.

Francisco de Meira 600 braças ao longo do Rio e 1.000 para o certão em Itambey em 26 de Outubro 1566.

Antônio de Louzada 700 braças ao longo do Rio e 1.000 para o certão em Itambey em 26 de Outubro 1566.

Duarte Martins Mourão 600 braças ao longo dagoa e 800 para o certão em magepe em 2 de Novembro 1566.

O mesmo Duarte Martins 100 braças junto d'elle da banda da Carioca para o seu officio de Oleiro em 2 de Novembro 1566.

Fernão Baldez — da Ilha Paqueta em 11 de Novembro 1566.

L 2.º 1567 não há.

ORDENS E PROVISÕES REAIS

Resumo dos denominados três primeiros livros de Ordens e Provisões Reais copiados por Francisco de Almeida Jordão e arquivados no Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara. (5).

Nos Livros em causa foram registrados 135 documentos em 119 registros assim distribuídos:

LIVRO PRIMEIRO — 35 registros, de 3-9-1566 a 1568 (data incerta)

LIVRO SEGUNDO — 64 registros, de 4-9-1566 a 4-8-1576

LIVRO TERCEIRO — 20 registros, de 28-9-1583 a 17-4-1590

Há 7 registros sem data certa que foram numerados como 3a, 4a, 44a, 45a, 47a, 48a, 48b e 51a, na ordem cronológica.

CONVENÇÕES

N.º DE ORDEM

*Livro:* é o número dado à provisão, de acôrdo com a seqüência no livro cujo número o antecipa (1.º, 2.º, 3.º). Sob êste há outro número, dentro de um círculo, que corresponde à numeração corrida dos três livros.

*Geral:* é o número dado à provisão, seguindo-se a ordem cronológica

- a) — do documento registrado (n.º sem círculo);
- b) — do registro nos livros (n.º dentro de círculo).

*NAT.:* é a natureza do documento —

- A — ato administrativo ou de justiça
- D — desistência
- F — fiança para ocupar cargo público ou para negociar
- FC — fiança criminal
- H — habitação para ocupar cargo ou por crime
- J — juramento para servir cargo público
- N — nomeação
- O — obras
- P — posse
- S — sesmaria (doação)
- T — transação com terras

*EMENTA:* é a do livro original; os acréscimos entre parênteses não constam do original e servem para esclarecer a ementa do livro.

## ABREVIATURAS

*Locais* — RJ — São Sebastião do Rio de Janeiro  
 S — Salvador da Baía de Todos os Santos  
 L — Lisboa  
 SJI — São Jorge, de Ilhéus.

*Nomes de signatários:*

A. C. Aguiar — Antônio Coelho de Aguiar  
 A. Dias — Antônio Dias  
 A. Esteves — Antônio Esteves  
 A. F. Teixeira — Álvaro Fernandes Teixeira  
 A. Farias — Antônio de Farias  
 A. Fernandes — Aires Fernandes  
 A. França — Antônio de França  
 A. G. ...rio — Álvaro Gomes ...rio (?)  
 A. Leão — André de Leão  
 A. Manuel — Aleixo Manuel  
 A. Maris — Antônio de Maris  
 A. R. Almeida — Antônio Rodrigues de Almeida  
 A. Sampaio — Antônio de São Paio (ou Sampaio)  
 Alv. Fernandes — Álvaro Fernandes  
 And. Fernandes — André Fernandes

B. Costa — Baltazar da Costa  
 B. Cubas — Brás Cubas  
 B. Fernandes — Baltazar Fernandes  
 B. P. Ferreira — Bartolomeu Peres Ferreira  
 B. Siqueira — Baltazar de Siqueira  
 B. Vaz — Bartolomeu Vaz

C. Barros — Cristóvão de Barros  
 C. Cunha — Crispim da Cunha  
 C. Monteiro — Cristóvão Monteiro  
 C. P. Ferreira — Clemente Peres Ferreira

D. Braga — Diogo de Braga  
 D. F. Pinto — Diogo Fernandes Pinto  
 D. M. Mourão — Duarte Martins Mourão  
 D. Machado — Domingos Machado  
 D. Maris — Diogo de Maris  
 D. Martines — Diogo Martines (ou Martins)

E. Araújo — Estêvão de Araújo  
 E. Eobano — Eleodoro Eobano (com variantes Heliodoro, Eoban, Ebanos, etc.)  
 E. Sá — Estácio de Sá

F. D. Pinto — Francisco Dias Pinto  
 F. Domingues — Francisco Domingues  
 F. Fernandes — Francisco Fernandes  
 F. Lopes — Francisco Lopes  
 F. Silva — Fernão da Silva  
 F. Sousa — Francisco de Sousa  
 F. Velho — Francisco Velho  
 Francisco M... — (?)

G. Aguiar — Gonçalo de Aguiar  
 G. Borracho — Gonçalo Borracho  
 G. Enes — Gomes Enes  
 G. Ferreira — Gracia Ferreira (ou Garcia Fernandes)  
 G. Gonçalves — Gonçalo Gonçalves  
 G. Lourenço — Gaspar Lourenço

I. Vasconcelos — Ilizuarte Peres de Andrade (ou Ilizuarte de Andrade Vasconcelos)

J. Basto — João de Basto (ou Brito)  
 J. Brito — João de Brito (ou Basto)  
 J. Carrasco — João Carrasco  
 J. Dias — João Dias  
 J. Fernandes — Jerônimo Fernandes  
 J. Fonceca — João da Fonceca  
 J. L. Campo — João Luís do Campo  
 J. Marante — João Marante  
 J. Mota — Jorge da Mota (ou Simão da Mota)  
 J. Oliveira — João de Oliveira  
 J. Rangel — Julião Rangel

L. d'Armas — Luís d'Armas (ou Darmas)  
 L. Rabelo — Lopo Rabelo

M. Barata — Manuel Barata  
 M. Brito — Manuel de Brito  
 M. Costa — Manuel da Costa  
 M. Cunha — Manuel da Cunha  
 M. F. Zouro — Manuel Fernandes do Zouro  
 M. Ferrão — Miguel Ferrão  
 M. Freire — Manuel Freire  
 M. Gomes — Manuel Gomes  
 M. d'Oliva — Manuel d'Oliva (de Mendonça)  
 M. Pereira — Manuel Pereira  
 M. Rodrigo — Manuel Rodrigo  
 M. Sá — Men de Sá  
 M. T. Barreto — Manuel Teles Barreto  
 M. Torres — Manuel de Torres

O Bispo — Antônio Barreiros  
Oliveira — João de Oliveira (?)

P. Costa — Pedro da Costa  
P. Gomes — Pedro Gomes  
P. Gonçalves — Pedro Gonçalves  
P. Leitão — Pedro Leitão  
P. M. Namorado — Pedro Martins Namorado  
P. Teixeira — Pedro Teixeira

R. Benevides — Rodrigo de Benevides  
R. Gonçalves — Rui Gonçalves  
Rei — Rei de Portugal (nome entre parênteses)

S. Álvares — Sebastião Álvares  
S. Barriga — Simão Barriga  
S. Coelho — Sebastião Coelho  
S. Rabelo — Sancho de Rabelo  
S. Sá — Salvador Correia de Sá

T. Alvarenga — Tomé de Alvarenga

V. Monteiro — Vicente Monteiro

N.º de Ordem Serial Livro	DOCUMENTO		REGISTRADO		REGISTRO		OBSERVAÇÕES
	Ementa	Data e local	Signatário	Escritor	MAI	Data	
5 1	Atão de passe que se deu a Francisco Dias Pinto de Alcaide-mor desta cidade, dada pelo senhor Capitão-mor Estácio de Sá	5-9-1566 (R.J.)	E.SA	?	P	5-9-1566	Extraherem-se as seis primeiras folhas do chamado Livro "Reis"
2 3	Traslado da provisão de Alcaide-mor de Francisco Dias Pinto, passada pelo governador Men de Sá.	18-9-1563 (?)	M.SA	?	N.	?	As indicações das três primeiras documentos foram extrahidas do indice do referido livro.
7 3	Traslado da provisão que mandou passar o senhor Capitão-mor Estácio de Sá para que o juiz não entendesse das causas que fossem feitas antes de lo passada.	9-9-1566 (R.J.)	E.SA	?	A.	?	Ha duas erros de copia: o ano do registro figura como "1567" e o nome do escritor do registro como "Arayjo".
3 4	Traslado da provisão de Pedro da Costa. (Para tabelião dos matos e escritura das sesmarias da cidade).	20-9-1565	M.SA	V. Monteiro	N.	16-9-1566	Ha engano de copia do dia do registro que figura como "28"
8 5	Traslado da provisão de Francisco Fernandes de Alcaide e carcereiro.	13-9-1566 (R.J.)	E.SA	J.L. Campo	N.	16-9-1566	Na lugar de Pedro da Costa que desistira do officio de "tabelião de publico e judicial".
9 6	Traslado da provisão de Gaspar Rodrigues (de Gôas) para tabelião do judicial	16-9-1566 (R.J.)	E.SA	J.L. Campo	N.	16-9-1566	Parfeiro e pregoeiro desta cidade e do Calmaro e Parfeiro dos orfãos.
14 11	Traslado da provisão de Basílio Fernandes de Parfeiro desta cidade.	19-9-1566 (R.J.)	E.SA	J.L. Campo	N.	19-10-1566	A provisão do e cargo de tabelião do publico e do judicial, por desistencia de Pero da Costa.
4 16	Traslado da provisão de Miguel Ferrão para servir de tabelião do publico, e judicial, e notas.	2-12-1565 (S.)	M.SA	V. Monteiro	N.	30-11-1566	Funcionou como "tabelião", para cumprir o registro. Ballazar Fernandes.
21 17	Traslado de uma provisão do Divisor e Parfeiro-mor em que manda que se digam certos missas, e officios pelas almas das que morrem sem testamentos.	20-11-1566 (S.)	F.SILVA	M. OLIVEIRA	A.	28-1-1567	

N.º de Ordem Geral	N.º de Livro	DOCUMENTO			REGISTRADO			REGISTRO			OBSERVAÇÕES
		Emissão	Data e local	Signatário	Escritura	NAT.	Data	Escritura			
1	12-10	Traslado de duas cartas de fianças de Pedro Rodrigues, elaboras por Estácio de Sá Capitão	6-9-1565 (R.J.)	E. SA'	R. Costa	S.	16-3-1567	J.L. Campo	J.L. Campo	Os documentos registados são as cartas de sesmaria. As cartas originaes são de 11-7-1565 e 13-7-1565.	
22	11	Traslado da provisão de Estevão Pêres para servir de Provador.	15-12-1566 (S.J.I.)	M. SA'	R. Gonçal. ves	N.	9-4-1567	J.L. Campo	J.L. Campo	Estende a jurisdicção do Estevão Pêres a todas as Capitãnieas da costa do Brasil.	
23	12	Traslado da provisão de Paço da Costa para servir de Tesoureiro das deluntas desta cidade	30-1-1567 (R.J.)	M. SA'	G. Lourenço	N.	12-4-1567	J.L. Campo	J.L. Campo	Acumulando com o cargo de Tabelião das deluntas.	
24	13	Traslado da provisão de Baltazar Fernandes para servir de Tabelião.	22-2-1567 (R.J.)	M. SA'	G. Lourenço	N.	20-5-1567	J.L. Campo	J.L. Campo	Tabelião de notas e publico judicial, por morte de Miguel Ferrão.	
25	14	Traslado da provisão de Jorge de Mota para servir os officios de Camarada, Distribuidor, Inquiridor e Escrivão de Almotacaria.	17-9-1567 (R.J.)	M. SA'	G. Lourenço	N.	19-9-1567	B. Fernandes	B. Fernandes	Francisco Fernandes funciona como "Tabelião para conferir o registro".	
26	15	Traslado da provisão de Francisco Fernandes para servir de Tabelião do publico e judicial.	20-10-1567 (R.J.)	M. SA'	R. Gonçal. ves	N.	29-12-1567	B. Fernandes	B. Fernandes	Houve erro no ano do registro que deve ser "1567". (vide 19 20).	
27	16	Traslado da provisão de Francisco Fernandes de escrivão das orlaes.	6-10-1567 (R.J.)	M. SA'	R. Gonçal. ves.	N.	29-12-1568	B. Fernandes	B. Fernandes	Houve erro no ano do registro que deve ser "1567". (vide 19 20).	
28	17	Traslado da provisão de Francisco Dias Pinto para servir de Alcaide-mor desta cidade.	15-8-1567 (R.J.)	M. SA'	R. Gonçal. ves.	N.	22-3-1568	J.L. Campo	J.L. Campo	Declara-se que houve termo de juramento lavrado no Livro da Camara, o fls. 12.	
29	18	Traslado da provisão de Salvador Correia de Sá para servir de Capitão e Governador desta Capitãniea.	4-3-1568 (R.J.)	M. SA'	R. Gonçal. ves.	N.	22-3-1568	J.L. Campo	J.L. Campo	Capitão e Governador desta cidade e Capitãniea Toda classe Rio de Janeiro. Do-Ihe "Regimento".	
30	19	Traslado da provisão de João de Silveira para servir de Meirinho desta cidade.	7-4-1568 (R.J.)	M. SA'	R. Gonçal. ves.	N.	9-5-1568	J.L. Campo	J.L. Campo		

N.º de Ordem Geral	N.º de Livro	DOCUMENTO			REGISTRADO			REGISTRO			OBSERVAÇÕES
		Emissão	Data e local	Signatário	Escritura	NAT.	Data	Escritura			
44	20	Traslado da provisão de Manoel Gomes para servir de escrivão do publico nesta cidade.	25-5-1568 (R.J.)	M. SA'	R. Gonçal. ves.	N.	5-6-1568	C.P. Ferreira	C.P. Ferreira	Baltazar Fernandes havia morrido deixando o cargo; o cargo de escrivão publico judicial.	
42	21	Traslado da provisão de Clemente Pires Ferreira de Escrivão da Camara desta cidade.	26-5-1568 (R.J.)	M. SA'	R. Gonçal. ves.	N.	5-6-1568	C.P. Ferreira	C.P. Ferreira	Cargo vitalicio. Como no anterior. Manoel Gomes funcionou de "Tabelião" para conferir o registro.	
43	22	Traslado da provisão de Mestre Vasco para servir de Pintor desta cidade.	7-4-1568 (R.J.)	M. SA'	R. Gonçal. ves.	N.	8-6-1568	C.P. Ferreira	C.P. Ferreira	Pintor e Provedor. Sem embargo de vir allegado.	
44	23	Traslado da provisão de Cristóvão Monteiro para servir de Ouvidor nesta cidade.	9-3-1568 (R.J.)	M. SA'	R. Gonçal. ves	N.	13-6-1568	C.P. Ferreira	C.P. Ferreira	Ouvidor da cidade e da capitãniea do Rio de Janeiro, pelo prazo de três annos.	
45	24	Traslado da provisão de Francisco Fernandes para servir de Inquiridor e Contador ante o Ouvidor desta cidade.	14-6-1568 (R.J.)	S. SA'	J. Rangel	N.	15-6-1568	C.P. Ferreira	C.P. Ferreira	Francisco Fernandes era Alcaide.	
46	25	Traslado da carta de sesmaria do chão de Domingos Fernandes	2-10-1567 (R.J.)	M. SA'	P. Costa	S.	26-6-1568	C.P. Ferreira	C.P. Ferreira	A doação original é de 30-9-1567. Dez braças de frente.	
47	26	Traslado da provisão de Julião Rangel de habilitação.	22-3-1568 (R.J.)	M. SA'	R. Gonçal. ves	H.	26-6-1568	C.P. Ferreira	C.P. Ferreira	Acusado do crime de Francisco de Costa. Habilitação para servir todos os officios.	
48	27	Traslado da provisão de Rui Gonçalves para servir de Guardador-mor desta cidade e seus termos.	14-6-1568 (R.J.)	S. SA'	J. Rangel	N.		C.P. Ferreira	C.P. Ferreira	Guardador-mor do campo e seções desta cidade e do capitãniea do Rio de Janeiro.	
49	28	Traslado da carta de habilitação de Diego Martins Castelhano (E autוריacao para o mesmo Diego casar-se com Maria Brás)	24-5-1568 (R.J.)	M. SA'	R. Gonçal. ves	H.	28-6-1568	C.P. Ferreira	C.P. Ferreira	Provisão dada por ordem real. Transcrita mas sem indicção do dolo. Casamento celebrado pelo padre Manoel da Habrega em	

N.º de ORDEM Ano Livro	DOCUMENTO		REGISTRADO Voto e local	Signatário	Escritura	MAT.	REGISTRO		OBSERVAÇÕES
	Ementa	Assinatura					Data	Escritura	
35 1º 29 (41) 29	Traslado da provisão de Baltazar Lourenço mediador das terras de sesmarias.	3-2-1568 (R.L.)	M.S.A'	R. Goncalves	N.	5-9-1568	C. P. Ferreira	1568, no dia do Espírito Santo, e certificado em 8-7-1568.	
36 1º 30 (42) 30	Traslado da provisão de Sua Alteza a cerca das pateações	3-3-1568 (L.)	REI. (com Sr. Bastião por Francisco de Faro)	A. Costa	A.	10-12-1568	C. P. Ferreira	Diversas ordenações sobre a moeda, para vigorarem a partir de Janeiro de 1569. O registro e de certidão passado em 29-9-1568, na cidade de Salvador, por Menel de Oliva de Mendonça, a qual e copia da certidão passada, em 29-3-1568, em Lisboa, por Goncalo de Costa.	
40 1º 31 (43) 31	Traslado da provisão e alvará das padres da Companhia de Jesus da cidade do Brasil (Sobre o compromisso de suas sesmarias).	5-10-1568 (S.)	M.S.A'	P. Teixeira	S.	11-12-1568	C. P. Ferreira	O documento transcreve a ordem real dada em Lisboa, em 11-11-1567, sendo escrito Goncalo de Costa, e despacho de Men de Sa e de 2-10-1568.	
49 1º 32 (44) 32	Traslado da provisão das padres da Companhia de Jesus (Sobre o nascimento das obras das Colegias).	6-10-1568 (S.)	M.S.A'	V. Monteiro	O.	13-12-1568	C. P. Ferreira	O documento transcreve a ordem real dada em Lisboa, em 15-10-1567, sendo escrito Goncalo de Costa.	
57 1º 33 (46) 33	Traslado da provisão do officio de Mediador de Chuvas, de Diogo Martim.	14-2-1569 (R.L.)	S.S.A'	J. Rangel	N.	Sem data	F. Fernandes	F. Fernandes no impedimento de C. P. Ferreira.	
16 1º 34 (44) 34	Traslado da fiança que deu Gaspar Rodrigues de Moura a se livrar.	30-10-1566 (R.L.)	E.S.A'	J. L. Campo	F.C.	31-10-1566	J. L. Campo	Ha o registro de uma provisão de S. Sa, feita por J. Rangel, consignada por C. P. Ferreira, em 11-9-1568, desobrigando os fia-dores	

N.º de ORDEM Ano Livro	DOCUMENTO		REGISTRADO Voto e local	Signatário	Escritura	MAT.	REGISTRO		OBSERVAÇÕES
	Ementa	Assinatura					Data	Escritura	
15 1º 35 (15) 35	Traslado da fiança de Mestre Vasco para se livrar em seis meses	29-10-1566	E.S.A'	J. L. Campo	F.C.	31-10-1566	J. L. Campo	Ha o registro de uma provisão de S. Sa, feita por F. Fernandes, consignada por C. P. Ferreira, em 10-9-1568, condemnando Mestre Vasco a dois annos de deprezo nos termos da cidade (1).	
6 2º 1 (2) 56	NOTA: O chamado "Livro Primeiro de Ordens e Provisões Reaes" e uma copia do original (Livro velho) concluido pelo escrivão da Camara, Francisco de Almeida Jordão, em 10-9-1750. O termo de encerramento começa assim: "Est e o Segundo Livro de Ordens Reaes deste Senado".								
10 2º 2 (7) 37	Eleição e posse de Almotacé João Passé (Termo)	4-9-1566 (R.L.)	E.S.A' FD. PINTO RM. NUNO-RAUD.	P. Costa	P.			Declara-se que o termo foi lavrado no livro de notas da Camara da cidade.	
11 2º 3 (8) 38	Termo que mandou fazer o senhor Capitão-mór e juiz Pedro Martins Namorado de como Pedro de Costa de sista de Tabela do judicial e foi mandado de posse de Tabela das notas e escrivão das notas e do judicial.	16-9-1566 (R.L.)	P.M. NAMORADO	J. L. Campo	D. P.			Em decorrença de ato anterior de Men de Sa (Vide 1º-4) que nomeou Pedro de Costa Tabela das notas e escrivão das sesmarias, Desistiu de Tabela do publico e judicial.	
12 2º 4 (9) 39	Auto que se fez da fiança que se tomou a Pedro da Costa pelo juiz Pedro Martins para servir de Tabela das notas e escrivão das sesmarias.	16-9-1566 (R.L.)	P.M. NAMORADO	J. L. Campo	F.			Ou Tabela das notas e das dados.	
	Termo de juramento que foi tomado a Gaspar Rodrigues de Góes, pelo juiz Pedro Martins, para servir de Tabela do judicial desta cidade.	16-9-1566 (R.L.)	P.M. NAMORADO	J. L. Campo	J.			Vago pela desistência de Pedro da Costa.	

N.º do Livro	Ementa	DOCUMENTO REGISTRADO		REGISTRO		OBSERVAÇÕES
		Data e local	Signatário	Data	Escritor	
15 2º 5 (40)	Auto de fiança que foi tomado a Gus. por Rodrigues Gons para servir de Tab. belação judicial e qual lhe tomou o juiz Pedro Martins Namorado.	16-9-1968 (R.J.)	P. M. NAMORADO	J. L. Campo	F.	
17 2º 6 (41)	Termo de juramento que foi tomado a Miguel Ferrão pelo juiz Pedro Martins para servir de Tabelação do publico e judicial desta cidade e notas.	30-10-1968 (R.J.)	P. M. NAMORADO	J. L. Campo	J.	No o acrescento de "e notas", em relação a previsão de Men de Sa. (Vide 1º-8) Pela renúncia de Pedro de Costa (?)
18 2º 7 (42)	Auto de fiança que foi tomado a Miguel Ferrão para servir de Tabelação a qual lhe tomou o juiz Pedro Martins.	30-10-1968 (R.J.)	P. M. NAMORADO	J. L. Campo	F.	Nomeado por morte de Miguel Ferrão. O ano talvez seja 1968.
25 2º 8 (43)	Auto de fiança que se tomou a Belia-zor Fernandes para servir de Tab. lção do publico e do judicial, a qual lhe tomou o Ouvidor Luiz d'Almas	11-9-1967 (R.J.)	L. D'ARMAS	J. L. Campo	F.	
31 2º 9 (44)	Auto de fiança que foi tomado a Fran-cisco Fernandes para servir de Tab. lção do publico e do judicial, a qual lhe tomou o Ouvidor Luiz d'Almas.	30-12-1968 (R.J.)	L. D'ARMAS	M. Ferrão	F.	Deve existir erro no nome da es-critor: Miguel Ferrão já era mor-tu nessa data. O ano deve ser 1967
34 2º 10 (45)	Auto de fiança que foi tomado a Fran-cisco Fernandes Alcaide por os ofi-ciais da Câmara desta cidade de São Sebastião.	17-1-1968 (R.J.)	C. MONTEI-RO A. FER-NANDES A. ESTE-VAO F. PINTO D. BRAGA	J. L. Campo	F.	Alcaide e carcereiro é o cargo. Os vereadores Francisco Dias Pinto e Diogo de Braga, bem como o procurador do Camé-lho Gomes Enes, não assina-ram o Termo. So Cristóvão Monteiro era vereador.
45 2º 11 (46)	Auto de fiança que foi tomado a Manoel Gomes para servir de Tab. lção do publico judicial por os ofi-ciais da Câmara desta cidade de São Sebastião.	5-6-1968 (R.J.)	D. MARTI-NES. AND. FER-NANDES. A. ESTE-VAO F. PINTO D. BRAGA	C. P. Ferreira	F.	Os vereadores eram Francis-co Dias Pinto, Diogo de Braga e Manoel Freire; Rui Gonçal-ves era o juiz ordinario e Go-mes Enes procurador do Con-selho.

N.º do Livro	Ementa	DOCUMENTO REGISTRADO		REGISTRO		OBSERVAÇÕES
		Data e local	Signatário	Data	Escritor	
53 2º 12 (47)	Auto de fiança que deu Aires Fernan-des do seu officio de juiz de arbas desta cidade e seus Termos e Tab. lção por os officiais da Câmara.	14-1-1969 (R.J.)	M. FREIRE G. ENES R. GON-GALVES J. CARRAS C. D. DIAS S. SA' F. EDBA-RO.	F. Fer-nandes	F.	Os vereadores eram Pedro Mar-tins Namorado e Francisco Velho (Deveser a Francisco Fernandes pai). Elzevira Labare era o ju-iz e Pedro de Costa procurador do Conselho
54 2º 13 (48)	Traslado da previsão de juiz das arbas desta cidade e seus Termos de Ai-res Fernandes.	7-10-1968 (S.)	M. SA'	V. Monteiro	N.	Em substituição a Manoel Frei-re, fallecido. F. Fernandes escri-veo na ausencia de C. P. Ferreira. O registro transcreve o "Cumpra-se" do Ouvidor Cristóvão Mon-teiro de 5-1-1968, bem como o despacho de S. Sa. mandando tomar fiança, em 8-1-1969.
54 2º 14 (49)	Termo de juramento que foi tomado a João de Fiança para servir as ofi-cias de Tabelação do publico judicial e notas ( Por as officiais de Câmara)	15-1-1969 (R.J.)	S. SA' S. REBELO F. VELHO P. COSTA P. M. NAMORADO	F. Fer-nandes	J.	
55 2º 15 (50)	Auto de fiança que deu João de Fan-cesa do officio de escritor do publi-co e das notas ( Por as officiais da Câmara).	15-1-1969 (R.J.)	S. SA' S. REBELO P. M. NAMORADO M. COSTA F. VELHO	F. Fer-nandes	F.	Vereadores: Francisco Velho e P. M. Namorado. Juiz: Sencho Rebelo. Procurador: Pedro da Costa. O officio e do publico e do judicial e das notas.
52 2º 16 (51)	Traslado da previsão de João de Fan-cesa de escritor do judicial e das notas	12-1-1969 (R.J.)	S. SA'	J. Rangil	N.	Tabelação do publico e judicial está na previsão que transcreve o "cumpra-se" e "registre-se" de

N.º do Livro Local Livro	DOCUMENTO	REGISTRADO			REGISTRO		OBSERVAÇÕES	
		Titulo e local	Signatário	Escritão	MAI.	Data		Escritão
56 2º 17 (48) (52)	Traslado da fiança de Coltrino Gomes (Thuller de João de Morgado)	21-1-1969 (R.J.)	S.SA'	J. Rangel	F.C.	23-1-1969	M. Gomes	de C. Monteiro, de 15-1-1969.
58 2º 18 (40) (53)	Traslado da provisão de Manoel Gonçalves escrito do campo	22-9-1967 (R.J.)	M.SA'	R. Gonçalves	N.	Sem data	F. Fernandes	Transcreve o "cumpra-se e registre-se" de S.Sa', em 4-2-1969. Obteve a carga por coar-se com Maria Barbosa.
59 2º 19 (42) (54)	Traslado da provisão de Manoel Gonçalves para servir pasta que seja at.: civil.	5-1-1969 (R.J.)	M.SA'	R. Gonçalves	A.	Sem data	F. Fernandes	Transcreve o "cumpra-se e registre-se" de S.Sa', em 2-2-1969. F. Fernandes registrou na ausência de C.F. Ferreira. Manoel Gonçalves era oficial mecânico.
60 2º 20 (49) (57)	Fiança que deu Ana Rodrigues e Vasco Lourenço.	27-4-1969 (R.J.)	S.SA'	J. Rangel	F.C.	3-5-1969	F. Fernandes	Estavam presos no cadeia da cidade. O documento registado é o alvará de fiança de S.Sa'; o resumo do documento é o alvará de fiança.
61 2º 21 (50) (58)	Traslado da fiança de Manoel da Costa.	27-4-1969 (R.J.)	S.SA'	J. Rangel	F.C.	4-5-1969	F. Fernandes	O documento registado é o alvará de fiança de S.Sa'; o resumo do documento é o auto de fiança.
62 2º 22 (51) (57)	Fiança que deu Nuno Gracia aos nove dias do mês de Maio da era escrita na fiança.	4-5-1969 (R.J.)	S.SA'	J. Rangel	F.C.	9-5-1969	F. Fernandes	O documento registado é o alvará de fiança de S.Sa'; o resumo do documento é o auto de fiança. Na girada, uma graciosa, sem data, feita por F. Fernandes, declarando que Nuno Gracia apresentou sentença de livramento.

N.º do Livro Local Livro	DOCUMENTO	REGISTRADO			REGISTRO		OBSERVAÇÕES	
		Titulo e local	Signatário	Escritão	MAI.	Data		Escritão
63 2º 23 (50) (58)	Traslado da provisão de Lourenço Fernandes Feitinho.	5-3-1969 (R.J.)	S.SA'	J. Rangel	N.	Sem data	F. Fernandes	Porteiro da Câmara, e também porteiro e curador, registadas ainda as Alameda's. Registadas ainda o "cumpra-se" de C. Monteiro e o juramentado dado por S. Abelo, Juiz.
64 2º 24 (52) (59)	Auto de fiança que deu Lourenço Remon dos dez cruzados que mandaram dar os oficiais da Câmara de que é feitor Braz Azedo.	25-3-1969 (R.J.)	S.SA'	F. Fernandes	F.			F. Fernandes na ausência de C.P. Ferreira.
65 2º 25 (54) (60)	Auto de apresentação de uma sentença de Viúva do seu devedor que é dez anos.				A.	8-7-1969	F. Fernandes	O feitor da sentença não está registado. Registro por ordem de C. Monteiro.
66 2º 26 (55) (61)	Traslado de uma fiança que deu João criado de Manoel do Couto a se livrar dentro de seis meses.	19-7-1969 (R.J.)	S.SA'	J. Rangel	F.C.	3-7-1969	C.P. Ferreira	O registado é o alvará de fiança de S.Sa'; a resumo do documento é o auto de fiança. O mês do registro deve ser 8 e não 7. Na uma alvará de 15-10-1969 onde se declara que João, manco de Lara, não é livre e que o feitor foi desobrigado.
67 2º 27 (55) (62)	Traslado de fiança que deu António Inácio Ferro, a se livrar dentro de seis meses.	29-7-1969 (R.J.)	S.SA'	J. Rangel	F.C.	4-8-1969	C.P. Ferreira	O documento registado é o alvará de fiança de S.Sa'; o resumo do documento é o auto de fiança.
69 2º 28 (56) (63)	Traslado da provisão do padre Vigário de Ourador do Eclesiástico desta cidade.	24-2-1969 (S.)	P.LEITAO	J. Maranté	N.	15-8-1969	C.P. Ferreira	Nomeado o padre Mateus Nunes para vigário e cura da cidade e Ourador do Eclesiástico.
68 2º 29 (57) (64)	Traslado da provisão de Vigário e Cura do padre Mateus Nunes desta cidade.	20-2-1969 (S.)	P.LEITAO	J. Maranté	N.	15-8-1969	C.P. Ferreira	Também expede ordens do feitor e do Alvará para pagarem estas quantias anuais, sob pena de excomunhão.

N.º de Ordem Ano Livro	DOCUMENTO REGISTRADO				REGISTRO		OBSERVAÇÕES
	Emenda	Data e local	Signatário	Escritor	Data	Escritor	
19 28 26	Traslado de uma provisão de Pedro de Costa do São desta cidade.	5-11-1565 (R.J.)	E. SA'	J.L. Campo	A	23-8-1569 C.P.Fer- reira	Neste documento ha referencia a uma livro que era feito por J.L. Campo e que e desconhecido.
20	Traslado da confirmacao do senhor Governador desta provisão.	5-4-1567 (R.J.)	M. SA'	Aguiarponho	A	28-8-1569 C.P.Fer- reira	
68	Traslado do juramento que houve Pedro do Castelo para ser o São desta cidade.	14-11-1566 (R.J.)	J.L. CAMPAO	J.L. Campo	J.	28-8-1569 C.P.Fer- reira	Francisco Fernandes de usifira desse cargo.
69 66	Traslado da confirmacao do senhor Governador Salvador Correa de Sa.	27-8-1569 (R.J.)	S. SA'	C.P.Fer- reira	A	28-8-1569 C.P.Fer- reira	
71 67	Traslado da provisão de João de Figueira para servir de escrivão dentro a juiz dos orãos.	15-9-1569 (R.J.)	S. SA'	J. Rangel	N.	28-9-1569 C.P.Fer- reira	Herodores, Manoel de Brito e Aires Fernandes juiz ordinario; Etodorio Ebbano. Procurador do Conselho; Pedro da Costa Alcaide e carcereiro. O fiador Manoel Freire era falecido. Officiaes da Camera. (N.ºs 2-32)
72 61	Auto de fiança que deu Francisco Fernandes Alcaide de Reformacao (Partos officiaes da Camera)	8-10-1569 (R.J.)	S. SA' A. FER- NANDES J. MOTA	C.P.Fer- reira	F		
70 62	Traslado da fiança que deu Antonio Fernandes Gago e Manoel da Costa para se livrarem dentro de seis meses.	12-12-1569 (R.J.)	S. SA'	J. Rangel	FC	26-12-1569 C.P.Fer- reira	O documento registrado e o alvará de fiança de S. SA'; o restante do documento e o auto de fiança
77 63 70	Traslado da fiança de João de São João e de Juliana Martins a se livrarem dentro em seis mezes primeiras.	5-1-1570 (R.J.)	S. SA'	J. Rangel	FC	10-1-1570 C.P.Fer- reira	O documento registrado e o alvará de fiança de S. SA'; o restante do documento e o auto de fiança.
78 64 71	Traslado da fiança que deu Francisco Fernandes Alcaide a se livrarem dentro de seis mezes.	5-4-1570 (R.J.)	S. SA'	J. Rangel	FC	14-1-1570 C.P.Fer- reira	O documento registrado e o alvará de fiança de S. SA'; o restante do documento e o auto de fiança.

N.º de Ordem Ano Livro	DOCUMENTO REGISTRADO				REGISTRO		OBSERVAÇÕES
	Emenda	Data e local	Signatário	Escritor	Data	Escritor	
78 65 72	Traslado de fiança que deu Manoel do Castelo a se livrar dentro de seis mezes.	27-1-1570 (R.J.)	S. SA'	J. Rangel	FC	1-2-1570 C.P.Fer- reira	O documento registrado e o alvará de fiança de S. SA'; o restante do documento e o auto de fiança; a 25-4-1570 esta registrada, tambem, a sentença de livramento de Manoel do Castelo, em 22-2-1570 dada pelo Curador C. Monteiro.
75 66 73	Traslado da provisão de Simão Barreira para servir nesta cidade de Alcaide do Mar.	20-10-1569 (S.)	M. SA'	V. Monteiro	N.	12-2-1570 C.P.Fer- reira	Nomeacao para o cuido novo de S. Sebastião, comtudo que renuncie a cidade velha.
70 67 74	Traslado da provisão de Mestre Vasco para servir de Porteiro.	6-10-1569 (S.)	M. SA'	V. Monteiro	N.	18-2-1570 C.P.Fer- reira	Porteiro da cidade do Juiz de Offiões e de ante o Porteador.
79 68 75	Traslado de fiança que deu Martin Paris a se livrar dentro de seis mezes.	20-2-1570 (R.J.)	S. SA'	J. Rangel	FC	25-2-1570 C.P.Fer- reira	O documento registrado e o alvará de fiança de S. SA'; o restante do documento e o auto de fiança; a 25-4-1570 esta registrada, tambem, a sentença de livramento dada pelo Curador C. Monteiro.
74 69 76	Traslado da provisão de Rui Gonçalves para servir de Guarda-mor do campo desta cidade e sertão.	1-12-1569 (S.)	M. SA'	V. Monteiro	N.	4-3-1570 C.P.Fer- reira	
80 70 77	Traslado da fiança do Domingos Almeida a se livrar dentro de seis mezes.	15-3-1570 (R.J.)	S. SA'	J. Rangel	FC	20-3-1570 C.P.Fer- reira	O registrado e o alvará de fiança de S. SA'; o restante do documento e o auto de fiança. Domingos era criado de Rui Gonçalves, Almoratiz.
81 71 78	Traslado da fiança de João Carrasco a se livrar dentro em seis mezes. (e sentença de absolvição de 4-12-1570)	18-3-1570 (R.J.)	S. SA'	J. Rangel	FC	21-3-1570 C.P.Fer- reira	O registrado e o alvará de fiança de S. SA'; o restante do documento e o auto de fiança.
82 72 79	Traslado da fiança que deu Manoel Gomes a se livrar dentro de	19-4-1570 (R.J.)	S. SA'	J. Rangel	FC	24-4-1570 C.P.Fer- reira	O registrado e o alvará de fiança de S. SA'; o restante do documento e o auto de fiança.

N.º da Ordem do Livro	DOCUMENTO REGISTRADO			Signatário	Escritor	ANT.	REGISTRO		OBSERVAÇÕES
	Emissão	Data local	Data				Data	Escritor	
72 (79)	seis meses.								documento é o auto de fiança
83 (80)	Traslado da fiança de Domingos Almeida e Baltazar Traveses a se livrarem dentro de seis meses pr. meiros seguintes.	25-1570 (R.J.)		S. SA'	J. Rangel	FC.	27-5-1570	C. P. Ferreira	O registrado é o alvará de fiança de S. Sá; o restante do documento é o auto de fiança; a 11-9-1570 foi registrada a sentença do Ouvidor C. Montei. no livro do Baltazar Traveses.
84 (81)	Traslado do alvará de Francisco Fernandes Alcade, de reformação de sua fiança, que está neste livro.	30-5-1570 (R.J.)		S. SA'	J. Rangel	FC.	5-6-1570	C. P. Ferreira	S. Sá alega que havia guerra. F. Fernandes diz-se pobre, dem. p. e necessitado.
85 (82)	Traslado da fiança que deu Duarte Martins Mourão a se livrar dentro no tempo de seis mezes	27-8-1570 (R.J.)		S. SA'	G. Aguiar	FC.	11-7-1570	C. P. Ferreira	S. Sá alega que havia guerra. Querêla com C. P. Ferreira. Vide observação do 2º 44.
86 (83)	Traslado da fiança que deu Miguel Rodrigues a se livrar dentro no tempo de seis mezes.	20-7-1570 (R.J.)		S. SA'	G. Aguiar	FC.	29-7-1570	C. P. Ferreira	S. Sá alega que havia guerra. Querêla com C. P. Ferreira. Vide observação do 2º 44.
89 (84)	Traslado da fiança que deu Ana Dias a se livrar dentro no tempo de seis mezes.	23-9-1570 (R.J.)		S. SA'	G. Aguiar	FC.	2-9-1570	C. P. Ferreira	Ana Dias era mulher de Pero Rodrigues. Vide observação do 2º 44.
87 (85)	Lembrança do tempo, dia mês e ano que se apresentou João de São João com uma sentença na Câmara da dita cidade hoje sete dias de Outubro de 1570 anos.	8-8-1570 (R.J.)		C. MONTEIRO	F. Fernandes	A.	7-10-1570	J. Fonseca	Sentença conclunando a um ano de degredo neste cidadão. J. Fonseca como escrivão da Câmara no impedimento de C. P. Ferreira.
90 (86)	Auto de fiança que deu Pedro da Costa em Câmara e lhe foi tomado por os oficiais de Câmara Antonio de Maris e Diogo de Braga. (Fera o cargo de escrivão abauentão)	30-10-1570 (R.J.)		A. MARIS D. BRAGA S. BARRIL GA J. OLIVEIRA	F. Fernandes	F. J.			Vereadores: Antonio de Maris Diogo de Braga. Juiz: João de Oliveira. Procurador do Conselho: Simão Barriga. Termo de Juramento de Pedro Costa.

N.º da Ordem do Livro	DOCUMENTO REGISTRADO			Signatário	Escritor	ANT.	REGISTRO		OBSERVAÇÕES
	Emissão	Data local	Data				Data	Escritor	
88 (87)	Traslado da fiança que deu Guimar Fernandes a se livrar.	20-9-1570 (R.J.)		S. SA'	G. Aguiar	FC.	30-7-1570	F. Fernandes	Guimar Fernandes era mulher (Vide observação do 2º 44). F. Fernandes na ausencia de C. P. Ferreira, ferido.
91 (88)	Traslado da fiança que deu Francisco Almeida desta cidade.	16-12-1570 (R.J.)		S. SA'	G. Aguiar	FC.	25-12-1570	F. Fernandes	O registrado é o alvará de fiança de S. Sá. O restante do documento é o auto de fiança.
92 (89)	Traslado da provisão de Antonio Rodriguez de Almeida para servir neste cidade de Escrivão do publico judicial	6-1-1571 (R.J.)		S. SA'	G. Aguiar	N.	9-1-1571	C. P. Ferreira	Tabelação do publico e judicial que era occupado por F. Fernandes; este era tambem Escrivão do Ouvidorio.
93 (90)	Traslado da fiança que deu João de Francisco a se livrar dentro de seis mezes	18-1-1571 (R.J.)		S. SA'	G. Aguiar	FC.	27-1-1571	C. P. Ferreira	Vide observação 2º 53
94 (91)	Traslado da provisão que Julio Rangel apresentou aos officiais de Câmara desta cidade, do Senhor Governador Geral, por que lhe faz mercê do officio de Escrivão da dita Câmara	9-10-1571 (S.)		M. SA'	V. Monteiro	N.	24-11-1571	A. R. Almeida	Os officiais de Câmara Francisco Dias Pinho, Sencho Rabelo, Oliveira, Antonio de Maris e Galvão de Franco ausinaram o cumprimento na mesma data do registro. Ha "compara-se" de S. Sá, sem data.
95 (92)	Traslado das provisões e fiança que deu Julio Rangel com os officiais de Escrivão das Artes desta cidade	14-10-1571 (S.)		M. SA'	R. Benavides	N.	14-12-1571	A. R. Almeida	O registro se inicia com a petição de Julio Rangel, que foi a Salvador pedir socorro para cinco annos no Rio e pedir o officio. M. Sá despacho favoravelmente em 11-10-1571. "Compara-se" de S. Sá, sem data, e despacho de Antonio de Montei, de 28-11-1571.

N.º ORDEM Linha	DOCUMENTO REGISTRADO				REGISTRO		OBSERVAÇÕES	
	Ementa	Data e local	Signatário	Escritura	NAT	Data		Escritura
96 2º 57 (85) 92 57	Fianco	24-11-1971 (R.J.)	A. R. ALMEIDA DA	A. R. Al- meida	F.	14-12-1971	A. R. Al- meida	Determinado por Antônio de Mattos.
	Traslado da provisão do Capitão e Governador Salvador Carrão de Sá.	26-11-1971 (R.J.)	S. SA'	A. R. Al- meida	A.	14-12-1971	A. R. Al- meida	Pedro da Costa embargou a nomeação de Julião Rangel. S.S.A' decide que, por crime, Pedro da Costa não podia exercer as cargas de Tesoureiro das Ordens e Escrivão das Ordens, e manda que Pedro da Costa embaixar o Cartório, as inventários e o Ofício a Julião Rangel.
98 * *	Despacho do Juiz Francisco Dias Pinto	26-11-1971 (R.J.)	F. D. PINTO	Proprio pumbo	A.	14-12-1971	A. R. Al- meida	"Cumpra-se" na provisão acima.
99	Despacho dos officios da Câmara no desta cidade.	Sum do 11-12-1971 (R.J.)	A. MARISS F. D. PINTO S. RABELO OLIVEIRA A. MARISS A. FRANÇA	Proprio pumbo	A.	14-12-1971	A. R. Al- meida	"Cumpra-se" na provisão acima.
101 2º 58 (86) 93	Traslado da provisão por que Francisco Dias Pinto serve de Ouvidor em esta cidade.	5-5-1972	S. SA'	A. R. Al- meida	N.	11-6-1972	A. R. Al- meida	No despacho da Câmara mandado registrar a provisão, em 11-6-1972, assinado por Cristiano Monteiro, Diogo de Braga, Clemente Feres Ferreira e João de Oliveira A. R. Almeida declarou servir no officio de Julião Rangel.

N.º ORDEM Linha	DOCUMENTO REGISTRADO				REGISTRO		OBSERVAÇÕES	
	Ementa	Data e local	Signatário	Escritura	NAT	Data		Escritura
102 2º 59 (87) 94	Apresentação que fez Francisco Dias Pinto Alcaide-mor, para Diogo Ferrander Pinto, seu filho, servir o dito cargo que accitaram os officios.	24-9-1972 (R.J.)	A. SAMPALHO C. MONTEI- RO J. OLIVEI- RA E. EOBANO S. BARRIGA +	A. R. Al- meida	A.			Francisco Dias Pinto não eleito para ir ao Reino requerer certas coisas que pertençam ao bem da "República"; a 22 por. de do documento é a procuração da Câmara dada a Francisco Dias Pinto que recebeu como paga das servisas que iria prestar, 470 quintais de pau Brasil verifico-se que o Procurador da Câmara, Simão Berrigo, era analfabeto.
103 2º 60 (88) 95	Emprego de 24 via dos cartões que vão para o Reino que se entregam a Antônio Vaz, e o lib.º.	23-9-1972 (R.J.)	C. MONTEI- RO A. SAMPALHO S. BARRIGA +	A. R. Al- meida	A.			Antônio Vaz ex. piloto da nau "Santo André", e foi para o Rei, e Cardeal... (sic) e outras pessoas. Entregaria os cartões, em Portugal, a Antônio da Vaz, e se este fosse fallecido, a Antônio de Oliveira Moço de cartões fechados e com lacre verde.
104 2º 61 (89) 96	(Termo de uma reunião de Câmara)	27-9-1972 (R.J.)	C. MONTEI- RO A. SAMPALHO S. BARRIGA +	A. R. Al- meida	A.			"Praticamos sobre coisas da República", dizem os vereadores.
100 2º 62 (90) 97	Traslado da provisão de escrivão do Almotacaria desta cidade de Andre Carabio.	31-3-1972 (R.J.)	S. SA'	G. Aguiar	N.	22-11-1972	A. R. Al- meida	Escrivão do Alcaidaria e da Almotacaria. Ho "cumpra-se" da Câmara, assinado por Cristiano Monteiro, Antônio de Sá, João de Oliveira e Clemente Feres Ferreira, em 31-3-1972

N.º do ORDEM do Livro	DOCUMENTO		REGISTRADO		REGISTRO		OBSERVAÇÕES
	Ementa	Data e local	Signatário	Escritor	DATA	Escritor	
105 2º 83 (91)	Auto de desistência que Mestre Vasco desistiu das suas officas.	24-1-1576 (R.J.)	R. GON- GALVES P. COSTA J. OLIVEI- RA J. FER- NANDES	M. Rodrigo D.			Desistência em favor de Louren- ço Fernandes das officas de Barreto e Provedor desta cida- de e em Câmara, porque esta- va muito velho e doente. Louren- ço Fernandes devia pedir os cargos ao Governador - geral Antônio Salma.
106 2º 84 (92)	Fiança que deu Isabel Dias me- re a Câmara para poder vender em sua casa.	4-9-1576 (R.J.)	Vieira ab. servento	J. Rangel	F.		Mulher do Lourenço Fernandes. Não consta quem autorizou o fiança. Assinaram o fia- dar e o marido.
110 3º 1 (93)	1074: Entre os registos 56 e 57 des- te livro, ha um termo, inutiliza- do por erro, relativo a fiança de Ju- lião Rangel, em 24-11-1571, pelo Tabeli- ão Antonio Rodrigues do Almeida. O termo de encerramento do co- pia deste Livro 2º feita pelo es- crivo da Câmara Francisco de Almeida Jordão, camara assim: "Não se contém mais no dito se- gundo Livro Velho de Ordens des- te Senado" (...), em 10-9-1580.	26-7-1583 (R.J.)	S. SA'	R. Gon- galves	N.	26-9-1583 J. Brito (ou Basílio?)	S. SA' estava enviando a armada para o estreito de Magalhães.
111 " "	Juramento de Julião Rangel	26-7-1583 (R.J.)	S. SA'	F. Lopes	J.	26-9-1583 J. Brito (ou Basílio?)	
112 " "	"Cumpra-se" a "registra-se" da Câmara.	28-9-1583	P. COSTA E. EODBA- NO T. ALVAR. FRANC. N...	Próprio puncto	A.	28-9-1583 (ou Basílio?)	A. data do registro, no livro, e 26-9-1583, ha engano, em fave da data do "cumpra-se" da Câmara.

N.º do ORDEM do Livro	DOCUMENTO		REGISTRADO		REGISTRO		OBSERVAÇÕES
	Ementa	Data e local	Signatário	Escritor	DATA	Escritor	
108 3º 2 (94)	Traslado de uma provisão de sua Magestade e Lei que o Sumo Pontifice lhe mandou sobre o Ca- lendario novo que fez.	27-9-1582 (L.)	REI (D. Felipe)	M. Barão	A.	5-11-1583 J. Brito (ou Basílio?)	Refirma de Gregorio XIII. Suprimir 10 dias (5 a 14 de Outubro de 1582). Registro offaxado.
109 3º 3 (95)	Traslado da provisão e auto de assento que meo da Bahia do Senhor Governador Manoel Teles Barreto	4-6-1583 (S.)	M. T. BAR- RETO	J. Vascon- celos	A.	21-11-1583 J. Basílio	O Provedor-meio da Fazenda Real, Cristóvão de Barros, de via fazer as presenças de contas de todos os provedores dos capitães, auxiliado por Balthazar Machado.
113 3º 4 (96)	Traslado de provisão de António Gomes de escrivão da Câmara (por desistência de João de Basílio)	4-6-1584 (R.J.)	S. SA'	G. Aguiar	N.	24-9-1584 G. Aguiar	Os officais da Câmara Fran- cisco Duarte Fontancur, Mano- el Veloso de Espinho, Francis- co Fernandes, João da Silvei- ra e Alexio Manoel exara- ram o "cumpra-se".
114 " "	Juramento de António Gomes.	16-6-1584 (R.J.)	S. SA'	G. Aguiar	J.	24-9-1584 G. Aguiar	
116 3º 5 (97)	Traslado da provisão de Barthe- lomeu Peres de serventia de meiri- mo desta cidade.	19-10-1585 (R.J.)	S. SA'	G. Aguiar	N.	16-11-1585 A. Gomes	Barthelemeu Peres Ferreira Du- rante a ausencia de João da Silveira.
117 " "	Juramento de Barthelemeu Peres	25-10-1585 (R.J.)	S. SA'	G. Aguiar	J.	16-11-1585 A. Gomes	
118 " "	"Cumpra-se" e "registra-se" da Câmara	2-11-1585 (R.J.)	Z. F. PINTO E. EODMDO P. COSTA D. M. TOU- RAO J. BASILIO	Próprio puncto	A.	16-11-1585 A. Gomes	
122 3º 6 (98)	Traslado da fiança que deu Gonçalo de Aguiar para servir de Escrivão das Officis.	25-2-1588 (R.J.)		P. Costa	F.	27-2-1588 G. Aguiar	Não foi transcrita a provisão de S. SA' ou de autoridade superior. Logo Fernandes era Alcaide do mar.

N.º do ORDEN Gen. Livro	DOCUMENTO		REGISTRADO		REGISTRO		OBSERVAÇÕES
	Emenda	Valor e local	Signatário	Escritura	Data	Escritura	
121 3º 7 (106) (99)		Traslado da provisão de Gracia (bonaria) Ferreira para servir de Tabelião em esta cidade.	S. SA (R.J.)	G. Aguiar	27-2-1588	G. Aguiar	e Francisco Fernandes Provedor das Almoitads. Pedro do Casto era vereador. Traslado registado a fls. 13 e 14 do Livro da Câmara (2).
132 3º 8 (107) (100) 133		Traslado da provisão de Bellazar da Cade para servir de Escrivão da Câmara. Comprou-se e juramento de Bellazar do Casto.	S. SA (R.J.) 27-12-1591 A.G. ... RIO M.F. ZOURO F. ADMIN. GUES (R.J.)	Proprio punto G. Aguiar	7-12-1591 7-12-1591	G. Aguiar G. Aguiar	
134 3º 9 (108) (101)		Traslado da provisão de Bernardo de Quadras escrivão do Almoitadaria (e juramento). Comprou-se e "Requisitor" da Câmara	S. SA (R.J.) 18-1-1591 (R.J.)	G. Aguiar	4-3-1592	B. Casto	Doação da ermida de Santa Luzia, autorizada pelo contrario, reprobada pela administração dele. Barão de Simões Pereira, feitor das frechas menores da Ordem
134 3º 10 (102) (109)		Traslado de uma doação aos Padres Capuchos	S. SA (R.J.) 20-2-1592 (R.J.)	B. Casto	14-3-1592	B. Casto	

N.º do ORDEN Gen. Livro	DOCUMENTO		REGISTRADO		REGISTRO		OBSERVAÇÕES
	Emenda	Valor e local	Signatário	Escritura	Data	Escritura	
139 3º 11 (110) (103)		Registo da provisão de Francisco do Rego mediador das terras.	P. GONÇALVES YES D. MACHADO J. RAMSEL G. AGUIAR Alv. FER- NANDES P. GOMES J. DIAS B. P. FER- REIRA M. BRITO M. TORRES B. VAZ T. ALVA- RENGA G. GONÇAL- VES A. FEI- XEIRA F. SOUZA (S.) 9-4-1591 (S.)	M. Pereira	18-4-1592	B. Casto	de São Francisco, Capuchos do Coutado de Santa Antonia do Brasil e representados pelos frechos Antonio dos Martires e Antonia das Chagas, de ordem do seu Felado Frei Belchior de Santa Caterina. Conferenciado com G. Gonçalves, Ana Borrosa, padres da Companhia de Jesus e o feitor abarzo do Sr.
135		Comprou-se e "Registo" da Câmara e juramento de Francisco do Rego	D. M. NOU- RAO J. BASTO A. LEAO P. GONÇAL- VES	Proprio punto	18-4-1592	B. Casto	Alv. o "comprou-se" de Crispim da Cunha e a exigencia do sr. Francisco do Rego examinado por dois pilotes juramentados, feitor pelo G. Leão. Escrivão de Anajo e Pedro Gonçalves

N.º de Ordem do Livro	Arca Ordinária	DOCUMENTO		REGISTRO			REGISTRO		OBSERVAÇÕES	
		Emenda	Assentado	Signatário	Escritor	Data	Data	Escritor		
119	3º 12		Traslado do processo do Belchior Tavares para servir o ofício de Tabelião do público e judicial desta cidade.	17-7-1589 (L.)	REI	S. Maldonado	N.	12-7-1589	G. Fernandes (G. Ferreira)	Homagem para a sogra de António Rodrigues de Almeida, Felizardo Belchior reida a mais de 10 anos no Brasil e veio com S. Sa. Foi mandado examinar, de acordo com o registro feito em Lisboa, a 27-11-1587, por Miguel Couceiro.
120			Juramento de Belchior Tavares.	19-7-1589 (L.)		G. Maldonado	J.	12-7-1589	G. Fernandes (G. Ferreira)	Registro na Chancelaria por R. de Castinho e Simão Gonçalves Preto
124	3º 13		Traslado da preceito que deu Belchior Tavares para servir o ofício de Tabelião do público e judicial.	17-7-1589 (R.J.)	C. CUNHA D. MACUA	Proprio punho	A.	12-7-1589	G. Fernandes (G. Ferreira)	O escrito da Câmara e Tabelião ora se assina Gracia ou Garcia, ora Fernandes ou Ferreira. Sera esta de copia?
125	3º 14		Traslado do processo de Gracia Ferreira para servir o ofício de Escrivão da Câmara desta cidade	27-7-1589 (R.J.)	S. SA	G. Aguiar	N.	30-7-1589	G. Ferreira	O Tello da preceito refere-se a "Gracia Fernandes".
126	3º 15		Traslado da preceito de Miguel Carvalho de Provedor das Aldeias (E. juramento em 2-11-1588 perante Alferes Manoel, juiz ordinario no Rio)	16-7-1589 (S.?)	M. LEITÃO	L. Rabêlo	N. J.	29-11-1589	G. Ferreira	Martim Leitão era Provedor-mór da Fazenda de aldeias e ausente, no Brasil. Miguel Carvalho foi escrivão da Fazenda, Felizardo de S. Sa. e mais em Angola. M. Leitão, Também Curador-geral.
127	3º 16		Quitação que apresentou Crispim da Cunha de como tem dado sua conta de Almozenaria.	30-6-1589 (S.)	C. Borras	A. Ferras	A.	29-11-1589	G. Ferreira	Em 20-9-1588, A. Ferras registrou a quitação no conto de Crispim da Cunha. O "compro-se" e "registre-se".

N.º de Ordem do Livro	Arca Ordinária	DOCUMENTO		REGISTRO			REGISTRO		OBSERVAÇÕES	
		Emenda	Assentado	Signatário	Escritor	Data	Data	Escritor		
107	3º 17		Traslado de uma sentença de Jorge da Mota que se chamava Simão de Mota.	24-9-1576 (S.)	L. B. ALMEIDA DA S. ALVARES (Por ordem e em nome do Rei)	L. RABELO	A.	19-12-1583	J. Basto	-se", em 12-11-1588, foi dado por Luiz de Abreu, no Rio. Luiz de Brito e Almeida, governador. Sebastião Alves (Alferes) Curador-geral. Jorge de Mota acusado de matar Francisco de Costa, em 1567, para ficar com sua mulher Jeronima Rodrigues. Julião Rangel também foi envolvido. Os culpados seriam Simão Gonçalves ou Gaspar Fernandes.
119	3º 18		Traslado da preceito de Aires Fernandes de Mampoução-mór das colheias (Por morte de António de Maris)	11-9-1584 (S.)	M. T. BARRETO	G. Borralho	N.	9-2-1585	A. Gomes	"Compro-se" da Câmara e juramento de Aires Fernandes, em 19-1-1585, assinado por E. Eobano, P. Couto e D. F. Pinto.
127	3º 19		Traslado do preceito de Sebastião Coelho de Escrivão da Câmara desta cidade.	24-7-1589 (R.J.)	S. SA	G. Aguiar	N.	4-2-1589	S. Coelho	Nos impedimentos de Garcia Ferreira. "Compro-se" e "registre-se" por manda dos vereadores Domingos Machado, Julião Rangel e Manoel Fernandes Louro, em 4-2-1589, inclusive o juramento de S. Coelho.
128	3º 20		Traslado do preceito de Lopo Fernandes de Guarda-mór do mar.	3-10-1589 (S.)	C. BARROS O BISPO A. C. AGUIAR	A. Ferras	N.	17-4-1590	G. Ferreira	Preceito dirigido pelo juramento governativo de S. Sa. Lopo Fernandes reida a 18 anos no Rio e era menor. Ho o "compro-se" de S. Sa. e o "seja registado" da Câmara: Pedro de Costa, Manoel da Cunha, Diogo de Maris, Francisco Fernandes e Sebastião Coelho. Sem data.
129			Termo de juramento de Lopo Fernandes.	14-4-1590	F. FERREIRAS DES D. MARIS P. COSTA M. CUNHA S. COELHO	Proprio punho	J.	17-4-1590	G. Ferreira	

N.º de Ordem Real Livro	DOCUMENTO REGISTRADO				REGISTRO		OBSERVAÇÕES
	Ementa	Requ. local	Signatário	Escritura	NAT.	Data	
	<p>NOTA: O encerramento do livro 3º cumeço assim: "E não se contém mais no dito 3º Livro Velho de Ordens desse Senado" (...)</p> <p>O termo foi laurado pelo escrivão da Câmara Francisco de Almeida Jordão, em 10-9-1750.</p> <p>Os livros aqui chamados 1º, 2º e 3º foram copiados em um unico volume com 198 meias folhas; encerramento final, em 16-9-1750 por Manoel Jose Chereim.</p>						<p>IMPORTANTE: E' certo que estas livros transcritas não são as primeiras existentes na cidade, porque se deve ter existido um livro anterior ao denominado Livro 1º, antes de serem registradas as atas, antes de 3-9-1566. Nesse livro mais antigo, já desaparecido em 1750, figurariam provavelmente as nomeações de Pedro Martins nomeado para juiz ordinario, e de Pedro da Costa para Tabelião do publico e judicial, etc (Ver nota no fim do livro 1º)</p> <p>2º Ha dois lapsos do registro de ordens e provisões reais: em 17-9-1572 e 21-5-1576; entre 24-9-1576 e 4-8-1583. E pouca provavel que nesses dois períodos (de 3 anos e 4 meses e de 6 anos e 9 meses) não houvesse qualquer ata a registar.</p>

Ordem cronológica das "ORDENS E PROVISÕES REAIS" registradas

N.º	DATA	SIGN.	RESUMO DO ASSUNTO
1	16-9-1565	E.Sa	Carta das sesmarias de Pedro Rodrigues, de 11-7 e 13-7-1565.
2	18-9	M.Sa	Francisco Dias Pinão nomeado Alcaide-mor.
3	20-9	M.Sa	Pedro da Costa nomeado Tabelião de notas e escrivão das sesmarias
4	2-12	M.Sa	Miguel Ferrão nomeado tabelião do publico e judicial.
5	3-9-1566	E.Sa	Passo de Francisco Dias Pinão como Alcaide-mor.
6	4-9	E.Sa	Eleição e posse do Almotacé João Prose.
7	9-9	E.Sa	Para o juiz não tomar conhecimento das causas anteriores.
8	13-9	E.Sa	Francisco Fernandes nomeado Alcaide e Carcereiro
9	16-9	E.Sa	Gaspar Rodrigues de Góes nomeado Tabelião judicial.
10	16-9	Juiz	Pedro da Costa desiste de Tabelião do publico e judicial.
11	16-9	Juiz	Fiança para tabelião de notas e escrivão das sesmarias, de Pedro da Costa.
12	16-9	Juiz	Juramento de Gaspar Rodrigues de Góes para tabelião do judicial.
13	16-9	Juiz	Fiança de Gaspar Rodrigues de Góes para Tabelião do judicial.
14	19-9	E.Sa	Bautilista Fernandes nomeado porteiro e pregoeiro.
15	29-10	E.Sa	Fiança criminal de Mestre Vasco.
16	30-10	E.Sa	Fiança criminal de Gaspar Rodrigues de Moura.
17	30-10	Juiz	Juramento de Miguel Ferrão para Tabelião do publico e judicial.
18	30-10	Juiz	Fiança de Miguel Ferrão para Tabelião do publico e judicial.
19	6-11	E.Sa	Pedro da Costa recebe a guarda do selo de armas da cidade.
20	14-11	Escrivão	Juramento de Pedro da Costa para guarda do selo da cidade.
21	20-11	F.Silva	Provisão sobre missas; do Provedor-mor, em Salvador.
22	13-12	M.Sa	Estevão Peres para Provedor (já era antes) em toda a costa.
23	30-1-1567	M.Sa	Pedro da Costa para tesoureiro das deluntas.
24	22-2	M.Sa	Baltazar Fernandes para Tabelião do publico e judicial.
25	11-3	Ouvidor	Fiança de Baltazar Fernandes para Tabelião do publico e judicial.
26	5-4	M.Sa	Confirma Pedro da Costa no guarda do selo da cidade.
27	15-8	M.Sa	Francisco Dias Pinão para Alcaide-mor vitalicio.
28	17-8	M.Sa	Jorge da Mata para Cantador, Distribuidor, Inquiridor e Escrivão do Almotacaria.
29	22-9	M.Sa	Manoel Gonçalves para Escrivão do Campo.
30	2-10	M.Sa	Carta da sesmaria de Domingos Fernandes.
31	6-10	M.Sa	Francisco Fernandes para Escrivão dos Orlaões.
32	20-10	M.Sa	Francisco Fernandes para Tabelião do publico e judicial.
33	5-1-1568	M.Sa	Manoel Gonçalves autorizado a servir cargos publicos.
34	17-1	Câmara	Fiança de Francisco Dias Pinão para Alcaide-mor.
35	3-2	M.Sa	Gaspar Lourenço para medidor de terras.
36	3-3	Rei	Sobre as moedas; varias providências.
37	4-3	M.Sa	Salvador Correia de Sá para capitão e governador da cidade.
38	9-3	M.Sa	Cristóvão Monteiro para Ouvidor da cidade.
39	22-3	M.Sa	Habilitação de Julião Rangel, acusado de crime de morte.
40	7-4	M.Sa	João da Silveira para meirinho.
41	7-4	M.Sa	Mestre Vasco para porteiro e pregoeiro da cidade.
42	24-5	M.Sa	Clemente Peres ferreira para escrivão da Câmara.
43	24-5	M.Sa	Diogo Martins habilitado do crime cometido e autorizado a casar.
44	25-5	M.Sa	Manoel Gomes para escrivão do publico e judicial.
45	5-6	Câmara	Fiança de Manoel Gomes para escrivão do publico e judicial.
46	14-6	S.Sa	Francisco Fernandes para cantador e inquiridor na Ouvidaria.
47	14-6	S.Sa	Rui Gonçalves para guarda-mar da cidade.
48	5-10	M.Sa	Confirmação das sesmarias da Companhia de Jesus.
49	6-10	M.Sa	Financiamento das obras do Colegio da Companhia de Jesus.
50	7-10	M.Sa	Aires Fernandes para juiz de orlaões.
51	30-12	Ouvidor	Fiança de Francisco Fernandes para tabelião do publico e judicial.
52	12-1-1569	S.Sa	João da Fonseca para tabelião do publico e judicial.

Ordem cronológica das "ORDENS E PROVISÕES REAIS" registradas

Nº	DATA	SIGN.	RESUMO DO ASSUNTO
53	14-1-1569	Câmara	Fiança de Aires Fernandes para juiz de orlãos
54	15-1	Câmara	Juramento de João da Fonseca para tabelião do publico e judicial.
55	15-1	Câmara	Fiança de João da Fonseca para tabelião do publico e judicial.
56	21-1	S.Sa.	Fiança criminal de Catarina Gomes.
57	14-2	S.Sa.	Diogo Martins para medidor de cháos.
58	20-2	P.Leitão	Matheus Nunes para Vigario e Cura.
59	24-2	P.Leitão	Matheus Nunes para Vigario e Cura e Ouvidor eclesiastico.
60	27-4	S.Sa.	Fiança criminal de Ana Rodrigues e Vasco Lourenço.
61	27-4	S.Sa.	Fiança de Manoel da Costa por crime.
62	4-5	S.Sa.	Fiança criminal de Nuno Garcia.
63	5-5	S.Sa.	Lourenço Fernandes para porteiro.
64	25-5	Câmara	Fiança de Lourenço Fernandes para porteiro
65	8-7	F.Fernandes	Apresentação da degradada Vitória.
66	19-7	S.Sa.	Fiança criminal de João, criado de Manoel da Costa.
67	29-7	S.Sa.	Fiança criminal de António, indio fóro
68	27-8	S.Sa.	Confirmação de Pedro da Costa na guarda do selo da cidade.
69	18-9	S.Sa.	João da Fonseca para escrivão do juiz de orlãos.
70	6-10	S.Sa.	Mestre Vasco para porteiro da cidade, juiz de orlãos e provedoria.
71	8-10	S.Sa.	Fiança de João da Fonseca para escrivão do juiz de orlãos
72	8-10	S.Sa.	Fiança de Francisco Fernandes para Alcaide e Carcereiro
73	20-10	M.Sa.	Simão Barriga para Alcaide-do-mar da nova cidade.
74	1-12	M.Sa.	Rui Gonçalves para Guarda-mar do Campo e Serlão
75	12-12	S.Sa.	Fiança criminal de António Fernandes Gago e Manoel da Costa.
76	5-1-1570	S.Sa.	Fiança criminal de Francisco Fernandes, alcaide.
77	6-1	S.Sa.	Fiança criminal de João de São João e Juliana Martins.
78	27-1	S.Sa.	Fiança criminal de Manoel da Costa.
79	20-2	S.Sa.	Fiança criminal de Marim Paris.
80	13-3	S.Sa.	Fiança criminal de Domingos Alemão.
81	18-3	S.Sa.	Fiança criminal de João Carrasco.
82	19-4	S.Sa.	Fiança criminal de Manoel Gomes.
83	7-5	S.Sa.	Fiança criminal de Domingos Alemão e Baltazar Travassos.
84	30-5	S.Sa.	Reforma da fiança de Francisco Fernandes para alcaide.
85	27-6	S.Sa.	Fiança criminal de Duarte Martins Mourão
86	20-7	S.Sa.	Fiança criminal de Miguel Rodrigues.
87	8-8	G.Monteiro	Sentença de um ano de degrada de João de São João, no Rio.
88	20-8	S.Sa.	Fiança criminal de Guimar Fernandes (Sexo feminino).
89	23-8	S.Sa.	Fiança por crime, de Ana Dias.
90	30-10	Câmara	Fiança de Pedro da Costa para escrivão dos orlãos.
91	16-12	S.Sa.	Fiança de Francisco Fernandes para Alcaide.
92	6-1-1571	S.Sa.	António Rodrigues de Almeida para escrivão do publico e judicial.
93	18-1	S.Sa.	Fiança criminal de João da Fonseca.
94	5-10	M.Sa.	Julião Rangel para escrivão da Câmara.
95	11-10	M.Sa.	Julião Rangel para escrivão dos orlãos.
96	24-11	A.Maris	Fiança acima de Julião Rangel para escrivão dos orlãos.
97	26-11	S.Sa.	Sentença de S.Sa. desprezando os embargos de Pedro da Costa contra a nomeação de Julião Rangel para escrivão dos orlãos.
98	26-11	F.D.Pinto	"Cumpra-se" da sentença acima.
99	11-12	Câmara	Registra dos documentos 95 a 98 nos livros da Câmara.
100	31-3-1572	S.Sa.	André Cardoso para escrivão da Almotacaria.
101	5-5	S.Sa.	Francisco Dias Pinto para Ouvidor.
102	21-9	Câmara	Diogo Fernandes Pinto para substituto eventual de Francisco Dias Pinto
103	22-9	Câmara	Entrega de cartas para o Reino, a António Vaz.

Ordem cronológica das "ORDENS E PROVISÕES REAIS" registradas

Nº	DATA	SIGN.	RESUMO DO ASSUNTO
104	27-9-1572	Câmara	Térmo de reunião da Câmara.
105	21-1-1576	Câmara	Mestre Vasco desiste das seus officios, de porteiro e pregoeiro, em favor de Lourenço Fernandes.
106	A-8	J.Rangel	Fiança de Isabel Dias para vender em sua casa.
107	24-9	L.B.Almeida	Sentença do Rei absolvendo Jorge da Mata (Ou Simão da Mata)
108	27-9-1582	Rei	Sobre a correção do Calendario, pela bula de Gregorio XIII.
109	4-6-1583	M.T.Barreto	Sobre tomada de contas de todos os provedores.
110	26-7	S.Sa.	Julião Rangel para Ouvidor Geral.
111	26-7	S.Sa.	Juramento de Julião Rangel para Ouvidor Geral.
112	28-9	Câmara	"Cumpra-se" e registre-se dos documentos nos 110 e 111.
113	4-6-1584	S.Sa.	António Gomes para escrivão da Câmara
114	16-6	S.Sa.	Juramento de António Gomes para escrivão da Câmara.
115	11-9	M.T.Barreto	Aires Fernandes para Mamposteiro-mar dos cativos.
116	18-10-1585	S.Sa.	Bartolomeu Peres para meirinho.
117	23-10	S.Sa.	Juramento de Bartolomeu Peres para meirinho.
118	2-11	Câmara	"Cumpra-se" e registre-se dos documentos nos 116 e 117
119	17-12-1587	Rei	Belchior Tavares para tabelião do publico e judicial.
120	19-1-1588	-	Juramento de Belchior Tavares para tabelião do publico e judicial.
121	15-2	S.Sa.	Garcia Ferreira para Tabelião
122	23-2	-	Fiança de Gonçalo de Aguiar para escrivão dos orlãos.
123	30-6	G.Barras	Quitação dada ao almoxarife Crispim da Cunha.
124	11-7	-	Fiança de Belchior Tavares para Tabelião do publico e judicial.
125	16-7	M.Leitão	Miguel Carvalho para Provedor dos delinquentes.
126	27-7	S.Sa.	Garcia Ferreira para escrivão da Câmara.
127	24-1-1589	S.Sa.	Sebastião Coelho para escrivão da Câmara.
128	3-10	Junta Gm.	Lopo Fernandes para Guarda-mar-do-mar.
129	14-4-1590	Câmara	Juramento de Lopo Fernandes para Guarda-mar-do-mar.
130	19-9-1591	F.Souza	Francisco do Rego para medidor de terras.
131	18-11	S.Sa.	Bernardo de Quadros para escrivão da Almotacaria.
132	23-11	S.Sa.	Baltazar da Costa para escrivão da Câmara.
133	27-11	Câmara	Juramento de Baltazar da Costa para escrivão da Câmara.
134	28-2-1592	Câmara	Doação da igreja de Santa Luzia aos franciscanos. Várias signalários.
135	18-4	Câmara	Juramento de Francisco do Rego para medidor de Terras.

NOTA: Ha ainda 4 despachos sem data que não figuram na lista de documentos: 2º 57, 3º 7, 3º 9 e 3º 12.